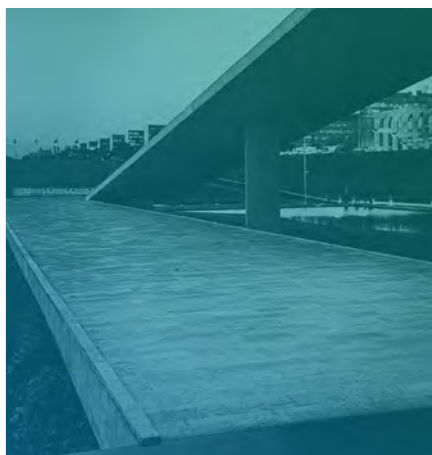
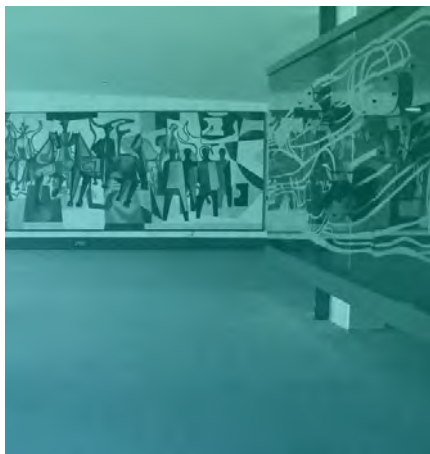






CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO



Câmara dos Deputados

Diretor-Geral: Guilherme Barbosa Brandão

Secretário-Geral da Mesa: Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Secretária-Geral da Mesa Adjunta: Christiane Satiê Moritsugu Bisinoto

Diretora-Geral Adjunta: Amanda Maria Ramalho de Carvalho

Diretor Administrativo: Mauro Limeira Mena Barreto

Diretor-Executivo de Comunicação e Mídias Digitais: Cláudio Roberto de Araujo

Diretora de Gestão de Pessoas: Cristina Cascaes Sabino

Consultor-Geral: José Evande Carvalho Araujo

Diretor de Inovação e Tecnologia da Informação: Sebastião Neiva Filho

Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão: Bruno Bitencourt de Amorim

Secretária de Controle Interno: Lília Ribeiro Fernandes

Diretor do Departamento de Finanças , Orçamento e Contabilidade: Evandro Lopes Costa

Coordenação de conteúdo: Assessoria de Projetos e Gestão

Projeto gráfico e diagramação: Ana Paula Araujo Diniz

Infográficos: Ana Carolina Lima da Silva

Revisão: Bárbara de Freitas

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, Assessoria de Projetos e Gestão

Palácio do Congresso Nacional – Anexo I – 2º andar – sala 204

Praça dos Três Poderes – Brasília/DF – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-2010

e-mail: aproge.dg@camara.leg.br

CÂMARA DOS DEPUTADOS
57ª Legislatura | 2023-2027

Hugo Motta
Presidente

Altineu Côrtes
1º Vice-Presidente

Elmar Nascimento
2º Vice-Presidente

Carlos Veras
1º Secretário

Lula da Fonte
2º Secretário

Delegada Katarina
3ª Secretária

Sergio Souza
4º Secretário

Antonio Carlos Rodrigues
1º Suplente

Paulo Folletto
2º Suplente

Dr. Victor Linhalis
3º Suplente

Paulo Alexandre Barbosa
4º Suplente

Lucas Ribeiro Almeida Júnior
Secretário-Geral da Mesa

Guilherme Barbosa Brandão
Diretor-Geral

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	9
1. A CÂMARA DOS DEPUTADOS	11
2. GOVERNANÇA E GESTÃO	19
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	27
4. RESULTADOS POR ÁREA DE GESTÃO	39
5. ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE	71
6. PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA	81
7. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	95
8. TÓPICOS ESPECIAIS	105
9. ANEXOS E APÊNDICES	111



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados apresenta à sociedade o Relatório de Gestão de 2025, em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, previsto no art. 70 da Constituição Federal.

Este relatório mostra, com transparência, o que a Câmara entregou, como trabalhou e como aplicou os recursos públicos. Reúne resultados e informações sobre as atividades que dão sentido ao Parlamento: representar o povo, fazer leis e fiscalizar o Poder Executivo. Também registra as principais ações das áreas técnico-legislativa e técnico-administrativa, que garantem o funcionamento regular da Casa e o atendimento ao interesse público.

Em 2025, os números confirmam a intensidade do trabalho e a publicidade dos debates. Foram 288 sessões do Plenário, com 316 proposições votadas. Nas Comissões, ocorreram 2.450 reuniões, com destaque para a análise conclusiva de 670 projetos.

A produção legislativa refletiu a capacidade da Câmara de responder, com rapidez e responsabilidade, a temas centrais para a sociedade brasileira. Destacam-se a conclusão da Reforma Tributária, que simplifica o sistema e amplia a segurança jurídica; a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, acompanhada da redução de alíquotas sobre salários de até R\$ 7.350, promovendo justiça fiscal; e a Lei da Reciprocidade Econômica, que fortalece a defesa dos interesses nacionais no comércio internacional.

No campo social, avançamos em políticas públicas estruturantes, como a criação do Sistema Nacional de Educação e o novo Plano Nacional de Educação, além de iniciativas voltadas à alfabetização infantil e à ampliação do acesso a serviços especializados de saúde no Sistema Único de Saúde. Na área de segurança pública e proteção de direitos, foram aprovados o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado, que fortalece os instrumentos de investigação e repressão a organizações criminosas, milícias e grupos armados; medidas de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital ("ECA Digital"), que estabelece deveres para provedores e plataformas e cria parâmetros de segurança e supervisão.

A Câmara ainda deliberou sobre iniciativas de impacto direto no cotidiano da população, como a criminalização da adulteração de alimentos e bebidas, a isenção de tarifa de energia elétrica para famílias de baixa renda e a proibição de cobrança por bagagem de mão em voos nacionais.

Na gestão administrativa, avançamos com planejamento, governança e modernização. O ano marcou o início da Estratégia 2025–2032 e a execução do Plano de Gestão 2025–2026, com foco em melhorar serviços aos deputados, ampliar a transparência, fortalecer a cidadania, qualificar a gestão de pessoas e acelerar a transformação digital. Em tecnologia, tivemos entregas relevantes, como a expansão de soluções institucionais de inteligência artificial, a evolução de sistemas do processo legislativo e a renovação da página inicial do Portal da Câmara, para facilitar o acesso do cidadão a informações e serviços.

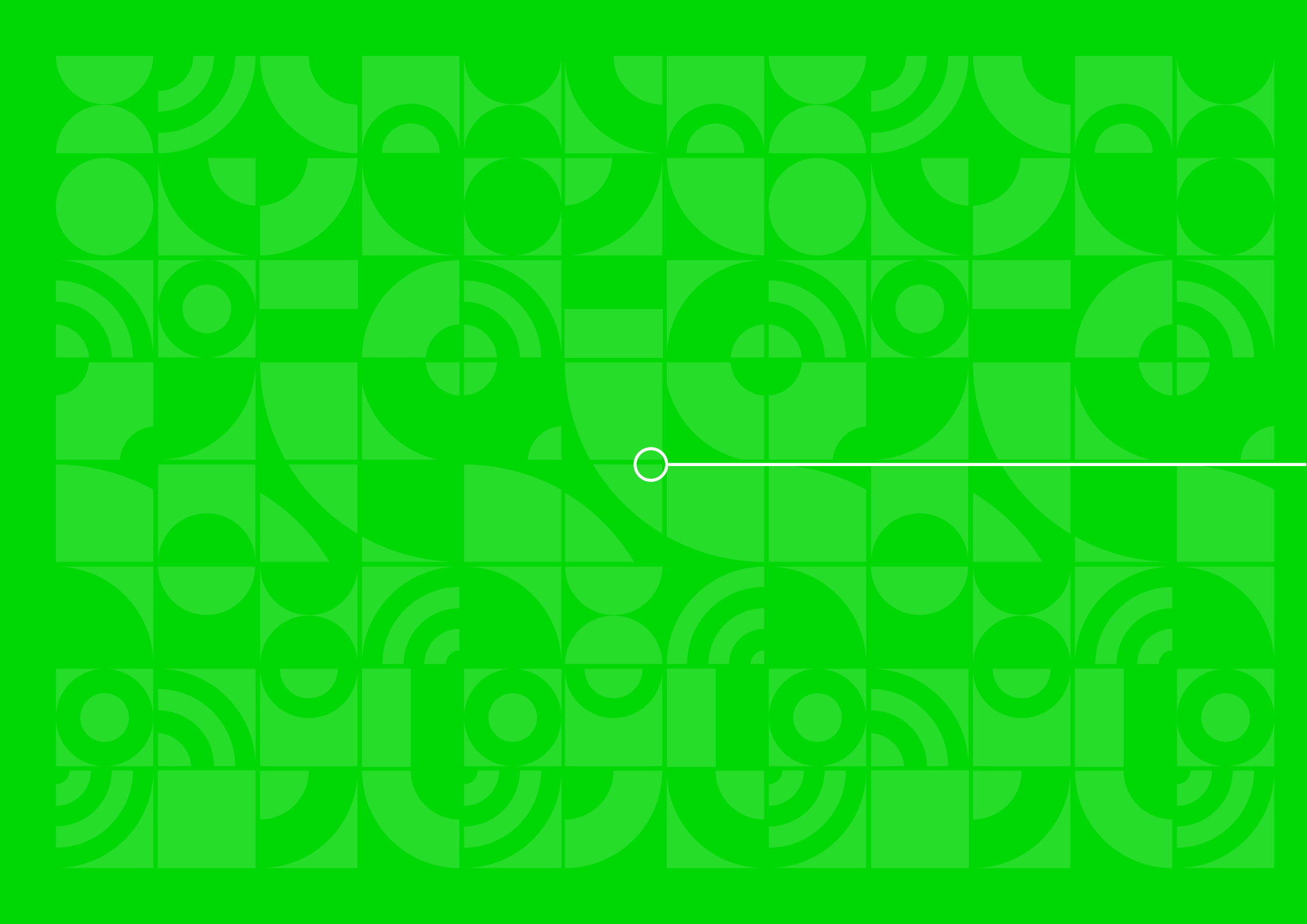
A aproximação com a população também avançou. O Portal da Câmara registrou 111,8 milhões de acessos em 2025, com 29 milhões de usuários no ano. Ampliamos canais de atendimento e participação, como o acesso ao "Fale Conosco" por WhatsApp. Reforçamos ações de acessibilidade, com adaptações físicas, recursos de comunicação e iniciativas de inclusão. Em sustentabilidade, mantivemos ações de consumo responsável, logística reversa e compostagem de resíduos orgânicos.

Boa gestão exige rigor, responsabilidade e controle. Por isso, o relatório apresenta resultados, riscos, controles e dados contábeis, para que a sociedade avalie com clareza como os recursos foram aplicados.

A Câmara também atuou em agendas internacionais, com destaque para o 11º Fórum Parlamentar do BRICS e a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP30. Além disso, iniciamos as ações preparatórias para celebrar, em 2026, os 200 anos da Câmara, fortalecendo a memória institucional, o vínculo com a sociedade brasileira e a atenção às demandas do futuro.

Esses são alguns destaques do Relatório de Gestão. A leitura fica mais completa com os links ao longo do texto e com os conteúdos disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados. Ao publicar este relatório, a Câmara reafirma um compromisso permanente: integridade, transparência e foco no interesse público, com reconhecimento ao trabalho de servidores e colaboradores que sustentam o funcionamento da Casa.

Deputado Hugo Motta
Presidente da Câmara dos Deputados





A CÂMARA DOS DEPUTADOS

A CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados (CD) é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada estado da federação e no Distrito Federal, para exercer mandato em uma legislatura, com duração de quatro anos. As competências desta Casa, estabelecidas na [Constituição Federal](#), abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar as proposições legislativas (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70).

1.1 ATIVIDADE LEGISLATIVA

Os deputados são eleitos para mandato de quatro anos, com atribuições de representar o povo brasileiro, propor e votar leis, discutir e votar o orçamento da União e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Além de manter toda a infraestrutura necessária para que os deputados possam realizar suas atribuições constitucionais, a Câmara dos Deputados oferece diversos serviços de informação e de interação com a sociedade, com o objetivo de compreender melhor as necessidades da população e dar voz aos diversos segmentos sociais.

Em 2025, as sessões do plenário ocorreram de forma presencial e foram realizadas algumas sessões de forma semipresencial (com a presença física ou online dos

parlamentares). As comissões realizaram reuniões presenciais, mas fizeram muitas audiências públicas semipresenciais, com o uso de sistemas de videoconferência.

As atividades do [Centro de Estudos e Debates Estratégicos](#), da [Procuradoria Parlamentar](#) e da [Corregedoria Parlamentar](#) também merecem destaque. Essas e outras informações sobre a atividade legislativa encontram-se permanentemente disponíveis para consulta nos diversos canais institucionais de comunicação: [portal da Câmara dos Deputados](#), [mídias sociais](#), [Rádio Câmara](#), [TV Câmara](#), [diários da Câmara dos Deputados](#), [relatórios técnicos e publicações oficiais](#), entre outros.

1.2 PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Os deputados desenvolvem sua atuação parlamentar de maneira individual e por meio de diversos órgãos parlamentares, destacando-se a realização de sessões de plenário e de reuniões das comissões.

1.2.1 Plenário

O plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados é um dos principais espaços de atuação parlamentar, em que os deputados debatem questões de interesse nacional e deliberam sobre propostas de lei. No plenário são realizadas sessões deliberativas e sessões não deliberativas.

As sessões deliberativas são divididas em ordinárias e extraordinárias. Ambas possuem ordem do dia, fase em que são discutidas e votadas as matérias incluídas na pauta da

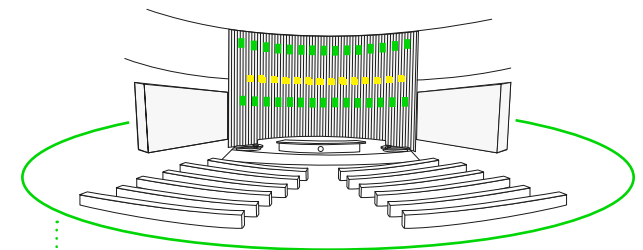
sessão. Nas sessões ordinárias, além das deliberações, há um período reservado para debates. Nas extraordinárias, apenas ocorre a ordem do dia.

As sessões não deliberativas dividem-se em duas categorias: sessões de debates, sobre temas variados; e sessões solenes, destinadas a homenagens e cerimônias.

O plenário da Câmara também pode ser convertido em comissão geral, um formato especial de reunião que permite debates aprofundados sobre temas importantes.

Em 2025, foram realizadas 288 sessões no Plenário, das quais 120 foram sessões deliberativas extraordinárias, cinco foram comissões gerais, uma sessão preparatória e 162 foram sessões não deliberativas solenes

Figura 1 - Sessões plenárias



- 288 sessões
- 120 sessões deliberativas extraordinárias
- 5 comissões gerais
- 1 sessão preparatória
- 162 sessões não deliberativas solenes



Em relação à produção legislativa no plenário, em 2025, tem-se um total de 316 proposições votadas no Plenário, entre as quais: seis propostas de emenda à Constituição, 16 medidas provisórias, 17 projetos de lei complementar, 165 projetos de lei, 64 projetos de decreto legislativo, 16 projetos de resolução e 32 outras proposições, como emendas do Senado Federal, representação, sustação de andamento de ação penal e mensagem, entre outras.

Há, ainda, que se contabilizar 170 urgências regimentais, 159 destaques e 296 requerimentos e pareceres votados em plenário. Ao todo, foram registradas 940 horas de sessões plenárias¹, o que levou a Câmara dos Deputados a publicizar 16.523 discursos individualizados de plenário.

Figura 2 - Produção legislativa no plenário

Proposta de emenda à Constituição	6
Medidas provisórias	16
Projetos de lei	165
Projetos de lei complementar	17
Projetos de decreto legislativo	64
Projetos de resolução	16
Outras proposições	32
Total	316

Dos principais resultados do ano, destaca-se o fortalecimento da segurança pública, da proteção de crianças e adolescentes, do estímulo ao crescimento econômico, das políticas educacionais e de saúde, da preservação do meio ambiente.

¹Os totais anuais de "tempo de sessão" (no plenário ou em comissões) podem apresentar variações em razão dos critérios de apuração utilizados. Enquanto o tempo total de duração da sessão compreende todo o período entre a abertura e o encerramento dos trabalhos, incluídas suspensões e intervalos, o total de áudio processado nas atividades taquigráficas refere-se, exclusivamente, aos trechos efetivamente captados e transcritos, podendo não abranger pausas, períodos sem registro de fala, interrupções ou ocorrências técnicas.



No campo da segurança pública, destaca-se a aprovação do [Marco Legal do Combate ao Crime Organizado](#), e em relação à proteção de crianças e adolescentes, a aprovação do [Eca Digital](#), com foco em proteção em ambientes digitais.

No que tange às pautas econômicas e sociais, foram aprovadas, entre outros temas, a isenção do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, a isenção de tarifa de energia elétrica para famílias de baixa renda e a conclusão da votação da reforma tributária.

Na área de educação, houve a criação do [Sistema Nacional de Educação](#), bem como [avanços com o novo Plano Nacional de Educação](#). Na linha ambiental, foi aprovada a [Lei do Mar](#), enquanto no campo dos direitos humanos, da proteção social e do bem-estar da população, destaca-se o [aumento gradual da duração da licença-paternidade](#).

1.2.2 Comissões

Por meio das [comissões permanentes](#) e das [comissões temporárias](#), os parlamentares, de forma temática, discutem e votam propostas legislativas, realizam audiências públicas com a participação de representantes da sociedade e realizam atividades fiscalizatórias, entre outras atribuições.

No âmbito das comissões, entre as proposições legislativas apreciadas, 670 projetos foram aprovados de forma conclusiva, 5.188 requerimentos deliberados, 5.536 pareceres

apresentados a projetos e 670 redações finais aprovadas. As comissões promoveram 2.450 reuniões, sendo 1.093 reuniões deliberativas e 1.357 audiências públicas, além de outros eventos. Complementa, ainda, o trabalho das comissões a apreciação de outros temas relevantes por comissões especiais, comissões externas e grupos de trabalho, como o da regulamentação da reforma tributária.

As reuniões de comissões e eventos legislativos resultaram na totalização de 3.430 horas de trabalho, viabilizando a publicização de 20.451 discursos de comissões com sumário e indexação.

Figura 3 - Produção legislativa nas comissões

- 670 Proposições legislativas aprovadas de forma conclusiva
- 5.188 Requerimentos deliberados
- 5.536 Pareceres a proposições
- 670 Redações finais aprovadas
- 1.093 Reuniões deliberativas
- 1.357 Audiências públicas e outros eventos

A relação de propostas apreciadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados pode ser acessada na página com as [estatísticas legislativas](#).

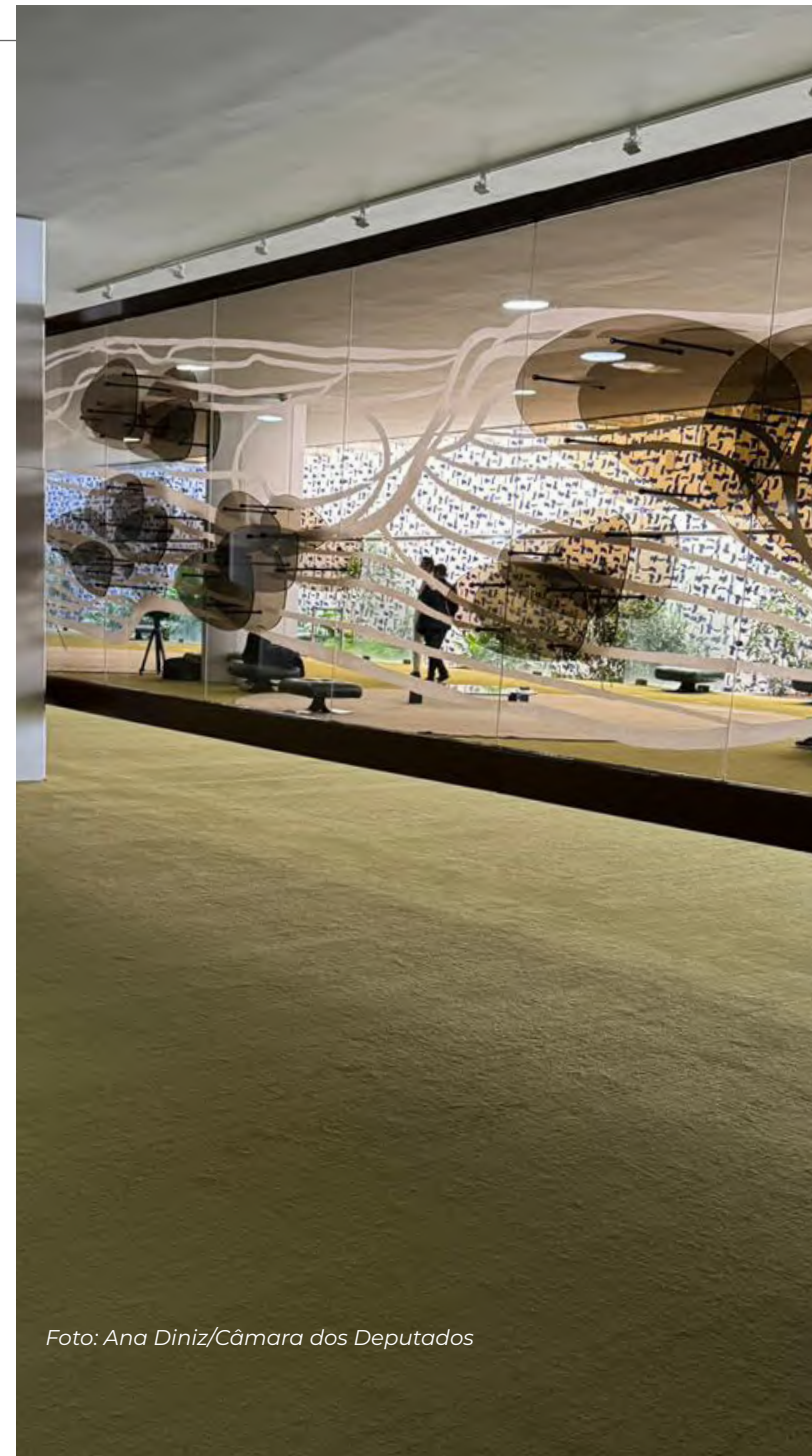
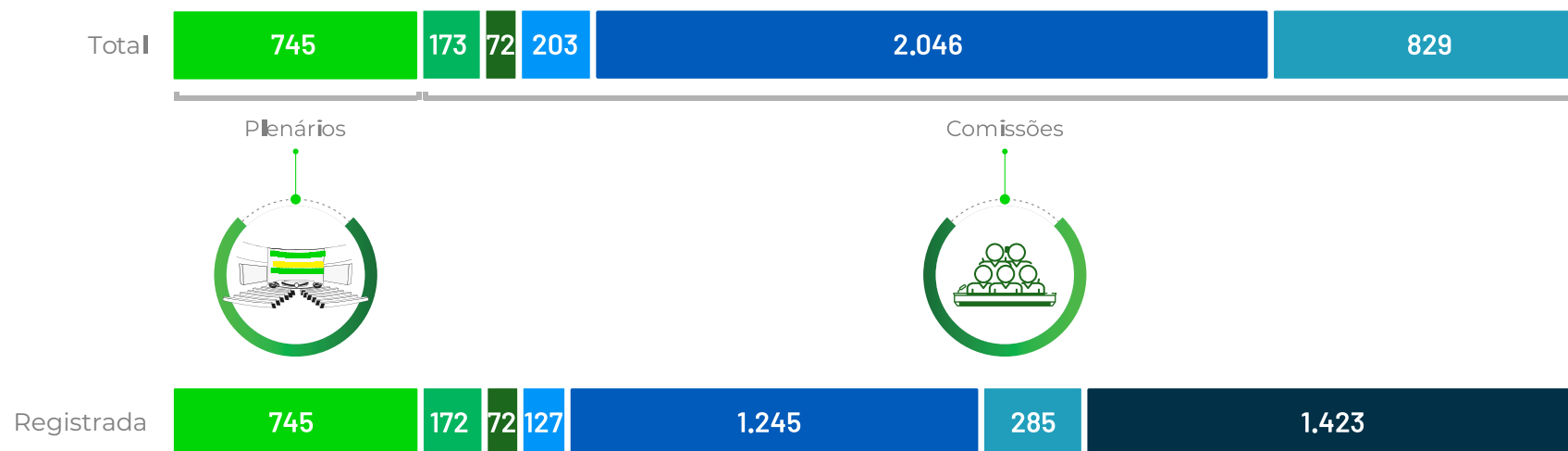


Foto: Ana Diniz/Câmara dos Deputados

Gráfico 1 - Tempo de Debate da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.



* em horas
Fontes: Sileg, Escriba, Sisaudio e MTDweb.

LEGENDA:

- Sessões Deliberativas e Não Deliberativas de Debates
- Reuniões de Comissões Especiais
- Pendentes
- Reuniões da CCJC ou da CMO
- Audiências Públicas e Outros Eventos Legislativos das Comissões
- Reuniões da COETICA ou de CPIs
- Reuniões das demais Comissões

Também foram disponibilizadas 154 atas de sessões plenárias, incluindo as atas das sessões solenes. O registro oficial e a ata das sessões foram publicados em até 1 hora e 30 minutos após o encerramento da sessão, com precisão e fé pública.

Na página [Sessões e Reuniões](#) do Portal da Câmara é possível ter acesso aos registros dos discursos, debates e votações. Em [Debates Históricos](#) é possível ter acesso aos registros das grandes questões na agenda da

Câmara ou aos debates de grande repercussão pública. Em [Pesquisa de Discursos](#) é possível encontrar pronunciamentos e debates dos deputados em sessões desde 1946, além de reuniões de comissões registradas desde o ano 2000.

1.2.3 Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

O [Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#), órgão responsável por examinar as condutas puníveis e propor as penalidades aplicáveis aos deputados submetidos ao processo disciplinar, realizou 24 reuniões, destinadas à apreciação de 28 representações.



1.3 AÇÕES DE SUPORTE À ATIVIDADE LEGISLATIVA

A Câmara dos Deputados conta com um sistema unificado de assessoramento institucional ao processo legislativo, responsável por orientar os parlamentares, as comissões permanentes e especiais, bem como a Mesa Diretora. Esse assessoramento abrange orientações técnicas, estudos, minutas de proposições e discursos parlamentares, além do acompanhamento em reuniões e sessões. Na Figura 4, estão apresentados os dados quantitativos em relação ao ano de 2025.

Figura 4 - Assessoramento Legislativo e orçamentário em 2025

- **9.102** Minutas de proposições legislativas
- **6.062** Minutas de pareceres de relatoria
- **6.371** Estudos, notas técnicas, notas descritivas e consultas
- **832** Minutas de discursos parlamentares
- **4.715** Atendimentos presenciais ou remotos aos parlamentares e seus colegiados (plenário, comissões, lideranças e gabinetes)
- **1.071** Análises de impacto orçamentário financeiro de proposições legislativas
- **9.933** Análises de emendas a proposições do ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA)

Destaca-se o assessoramento técnico às seguintes proposições legislativas deliberadas na Câmara dos Deputados: o Plano Nacional de Educação; o Sistema Nacional de Educação; a alteração na legislação do imposto sobre a renda; a regulamentação da reforma do consumo; o licenciamento ambiental; o combate ao crime organizado; a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual em plataformas digitais (ECA Digital); e alterações na Lei de Execução Penal. Importante ressaltar, também, a discussão da Reforma Administrativa, do enfrentamento a organizações criminosas e da regulamentação do transporte por aplicativos.

No que se refere ao ciclo orçamentário de 2025, houve o assessoramento durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA), realizando, entre outros aspectos, a análise de 168 vetos opostos pelo Poder Executivo à LOA 2025 e à LDO 2025. No que tange à fiscalização e controle, foram analisados 63 Avisos (acórdãos) encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), elaboradas 19 Propostas de Fiscalização e Controle, bem como assessoramentos ao Comitê de Avaliação das Informações (COI) sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Importante destacar que, do total de 6.371 estudos, notas técnicas, notas descritivas e consultas elaborados, 127 estudos e notas técnicas e 79 notas descritivas de medidas provisórias e projetos de lei foram publicados no Portal da Câmara dos Deputados. Eles são utilizados como fontes de pesquisa

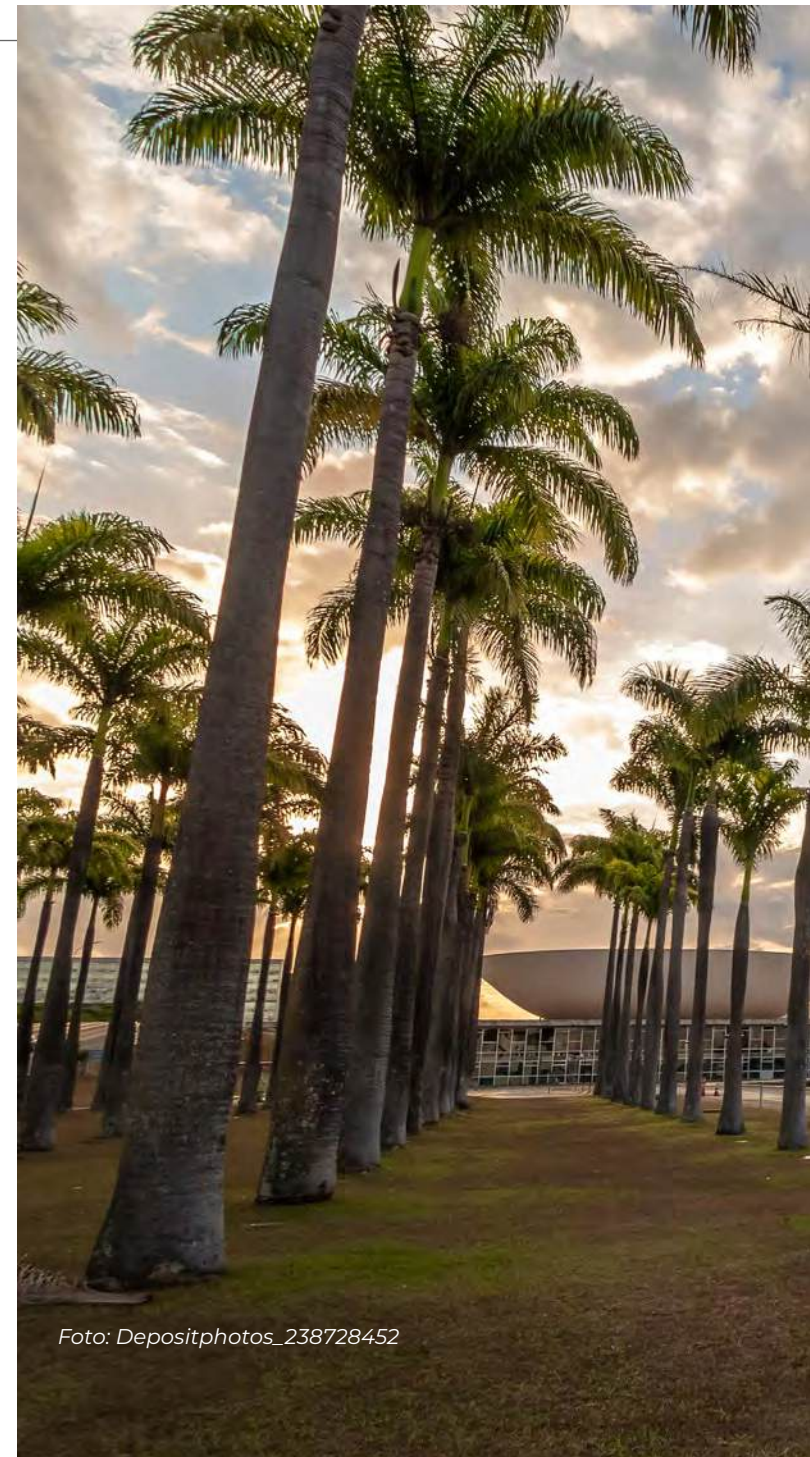


Foto: Depositphotos_238728452



Foto: Depositphotos_238728452



para gabinetes parlamentares e para a sociedade, além de subsidiar a elaboração de páginas eletrônicas específicas no Portal da Câmara dos Deputados: [Orçamento aberto: como fiscalizar o dinheiro público](#), [ECA Digital: mais proteção para crianças e adolescentes](#), [Reforma Administrativa](#), [PNE 2024-2034: conheça as principais mudanças](#), [Como funciona o financiamento do Pé-de-Meia por fundo privado](#) e [Mudanças climáticas afetam a produção de alimentos](#).

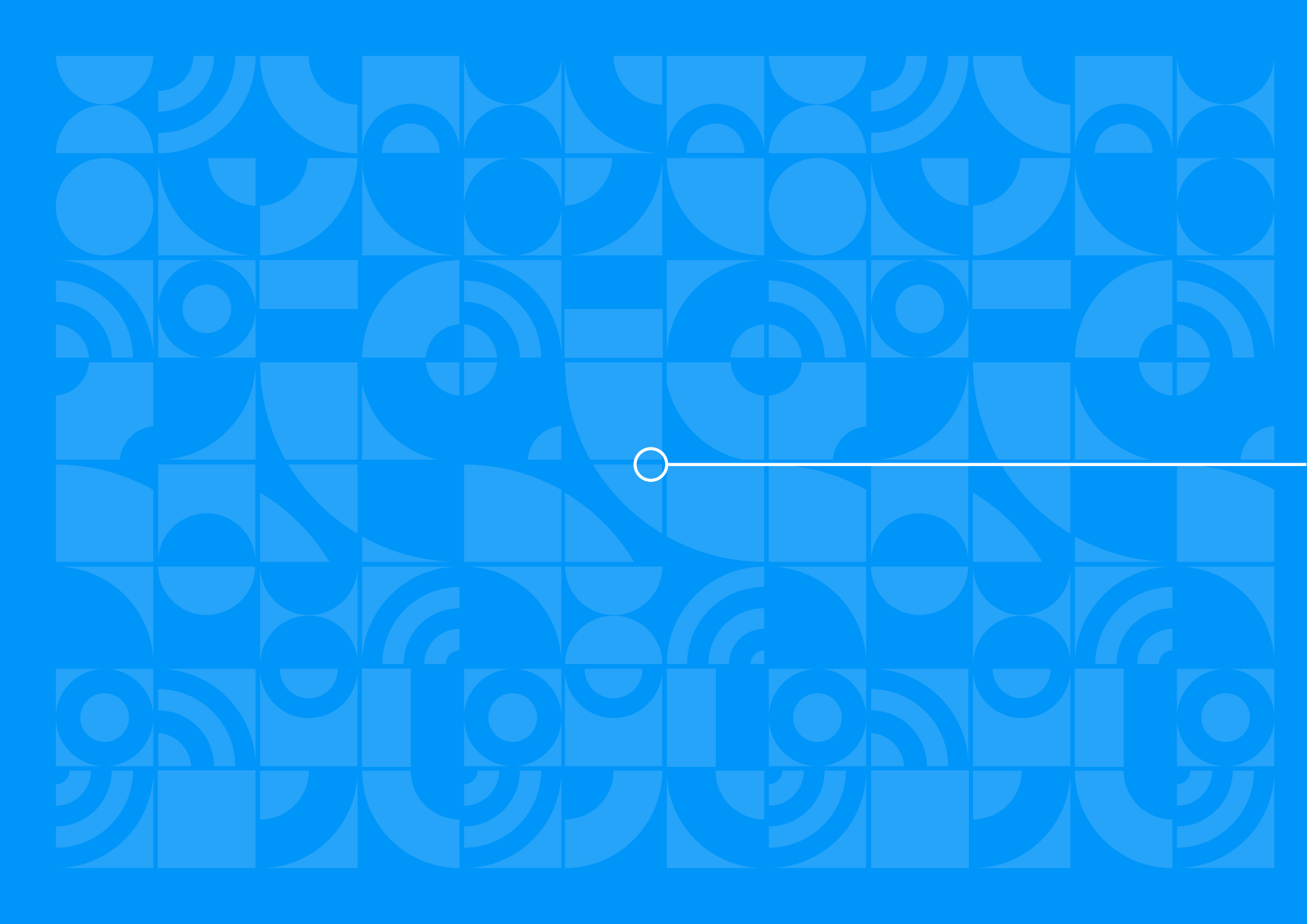
Em 2025, foi lançado o podcast [Economia Direta](#), uma série que aborda temas orçamentários em linguagem acessível, com o objetivo de aproximar a sociedade das decisões relacionadas às finanças públicas. Ao longo do ano, foram produzidas 17 edições do programa.

Há ainda o [Bora Entender](#), programa transmitido ao vivo pela TV Câmara e por outros canais institucionais, com a participação de especialistas e consultores, que teve 39 edições em 2025. O programa tem como objetivo explicar, de forma clara e acessível, temas em debate no Congresso Nacional, abordando semanalmente novos assuntos e oferecendo ao cidadão a oportunidade de esclarecer dúvidas e formar sua própria opinião.

Buscando fortalecer o assessoramento legislativo baseado em evidências, foram implementados 12 [Painéis de dados dinâmicos](#) que permitiram o acompanhamento de 169 indicadores em áreas estratégicas como eleições, esporte, cultura, saúde indígena e seguro-

desemprego. Essa estrutura de análise de dados amplia o monitoramento de políticas públicas e sociais, ao otimizar a atuação dos consultores em temas complexos por meio de visualizações dinâmicas de dados públicos e orçamentários.

Por fim, foram realizados, eventos sobre temas relevantes para o Parlamento, como os Impactos da Pejotização no Brasil, o Plano Nacional da Juventude, Conectividade e Inclusão Digital nas Favelas e Comunidades Urbanas, além da publicação do estudo sobre "Combate à violência e promoção da cidadania nas escolas".





GOVERNANÇA E GESTÃO

GOVERNANÇA E GESTÃO

2.1 RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E A ATIVIDADE LEGISLATIVA

Os pilares da governança e gestão da Câmara dos Deputados estão fundamentados na sua estrutura organizacional, em seus processos de trabalho e em sua arquitetura de processos, com foco no bom desempenho da atividade legislativa.

2.1.1 Estrutura organizacional e de processos de trabalho

A estrutura organizacional da Câmara dos Deputados reflete suas funções primordiais e busca garantir a realização da atividade legislativa com a qualidade, a celeridade, a confiabilidade e a transparência necessárias ao fortalecimento da democracia no país.

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas exclusivamente pelos deputados federais, individualmente e em órgãos colegiados, segundo organização legislativa própria que inclui o Plenário, a Mesa Diretora, as comissões permanentes e temporárias e o Colégio de Líderes, entre outros.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados dirige os trabalhos legislativos e administrativos da instituição e é composta

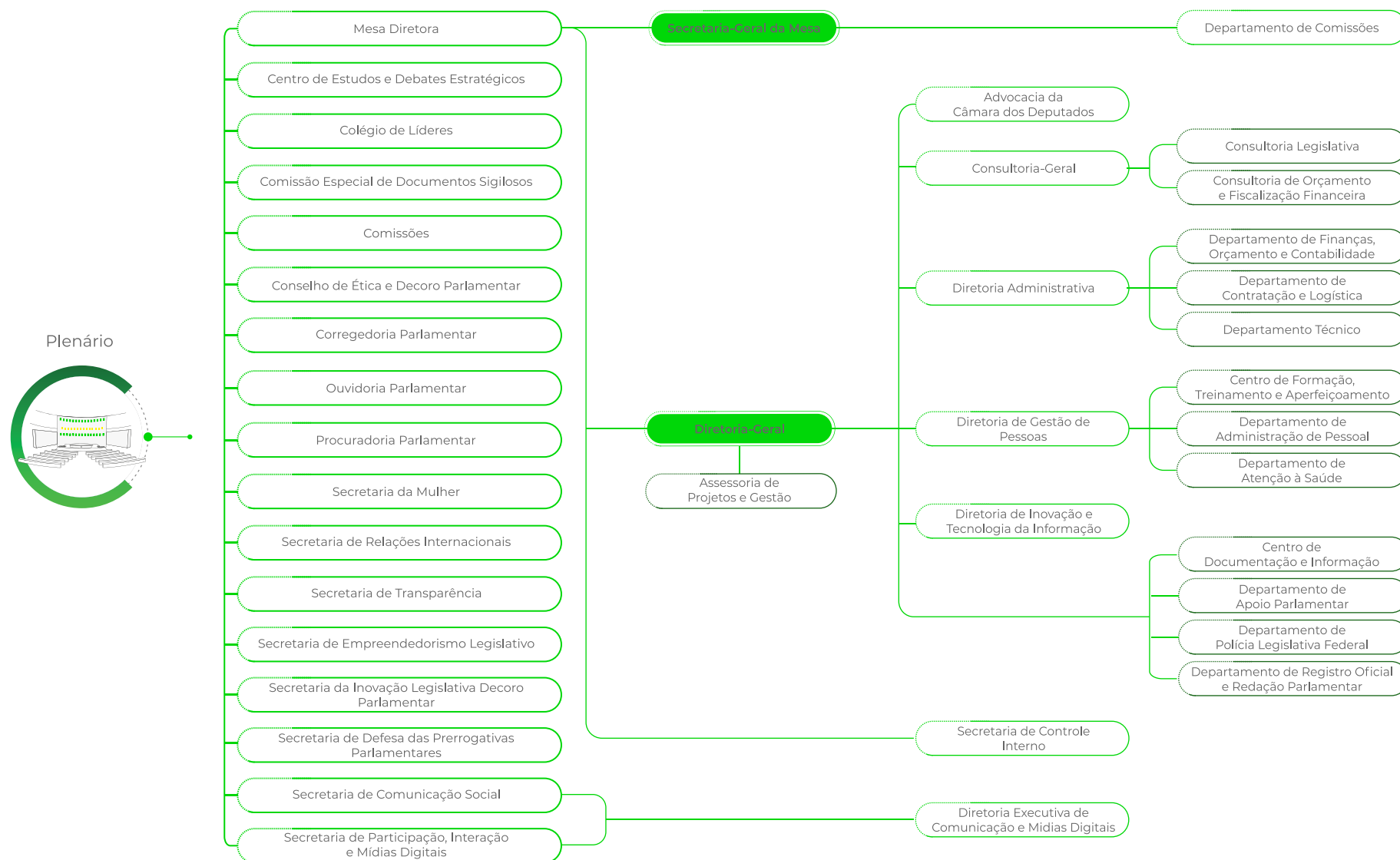
por presidência, duas vice-presidências, quatro secretarias, quatro suplências e órgãos auxiliares. Seus titulares são eleitos, entre os deputados, para mandato de dois anos. Os serviços administrativos têm como superintendente o primeiro-secretário, que é o responsável por monitorar se as diretrizes da Mesa estão sendo observadas, direcionando a gestão. A competência dos membros da Mesa foi fixada no [Ato da Mesa n. 95/2013](#) e sua composição ao final de 2025 era a seguinte:

Figura 5 - Composição da Mesa Diretora, em 31/12/2025



De forma diversa do que ocorre no Poder Executivo, em geral, as decisões legislativas são colegiadas. O presidente da Câmara dos Deputados tem o papel de representante da Casa e de supervisor dirigente dos trabalhos e da ordem. As áreas técnicas são diretamente subordinadas à Mesa e se subdividem em Diretoria-Geral (DG) e em Secretaria-Geral da Mesa (SGM), situadas no mesmo nível hierárquico. A Diretoria-Geral é a estrutura técnico-administrativa e a Secretaria-Geral da Mesa é a estrutura técnico-legislativa.

Figura 6 - Estrutura organizacional



Estrutura em 31/3/2026

2.1.2 Reorganização administrativa

Ao longo do ano de 2025, a Câmara dos Deputados promoveu uma série de mudanças organizacionais, tendo por diretriz o aperfeiçoamento institucional a partir da revisão de competências e da análise de processos de trabalho, a fim de buscar sua adaptação às necessidades das atividades legislativas e administrativas da Casa.

2.1.3 Arquitetura de processos de trabalho

A relação entre o trabalho parlamentar e as atividades de apoio técnico é também expressa por meio da arquitetura corporativa de processos de trabalho da Câmara dos Deputados. A arquitetura de processos de trabalho organiza as atividades da Casa em grupos temáticos, desdobrados em macroprocessos. Os grupos temáticos finalísticos referem-se às funções constitucionais da Câmara dos Deputados. Os grupos temáticos de suporte tratam do apoio aos trabalhos legislativos e ao funcionamento da Casa.

Figura 7 - Arquitetura de processos de trabalho



2.2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

CONFORMIDADE

Ato da Mesa

[n. 245/2018](#)

Atos do presidente do CGE

[n. 1/2018](#)

[n. 2/2018](#)

[n. 3/2018](#)

[n. 1/2019](#)

Além da estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, existe um modelo de governança que estabelece a conexão entre a Governança Político-Administrativa e a Governança Organizacional. Neste modelo, a partir da relação entre a Mesa Diretora e a estrutura técnico-administrativa, são estabelecidas as diretrizes e as metas estratégicas para o funcionamento administrativo interno, o acompanhamento periódico de ações e o desenvolvimento de projetos.

Figura 8 - Modelo de governança

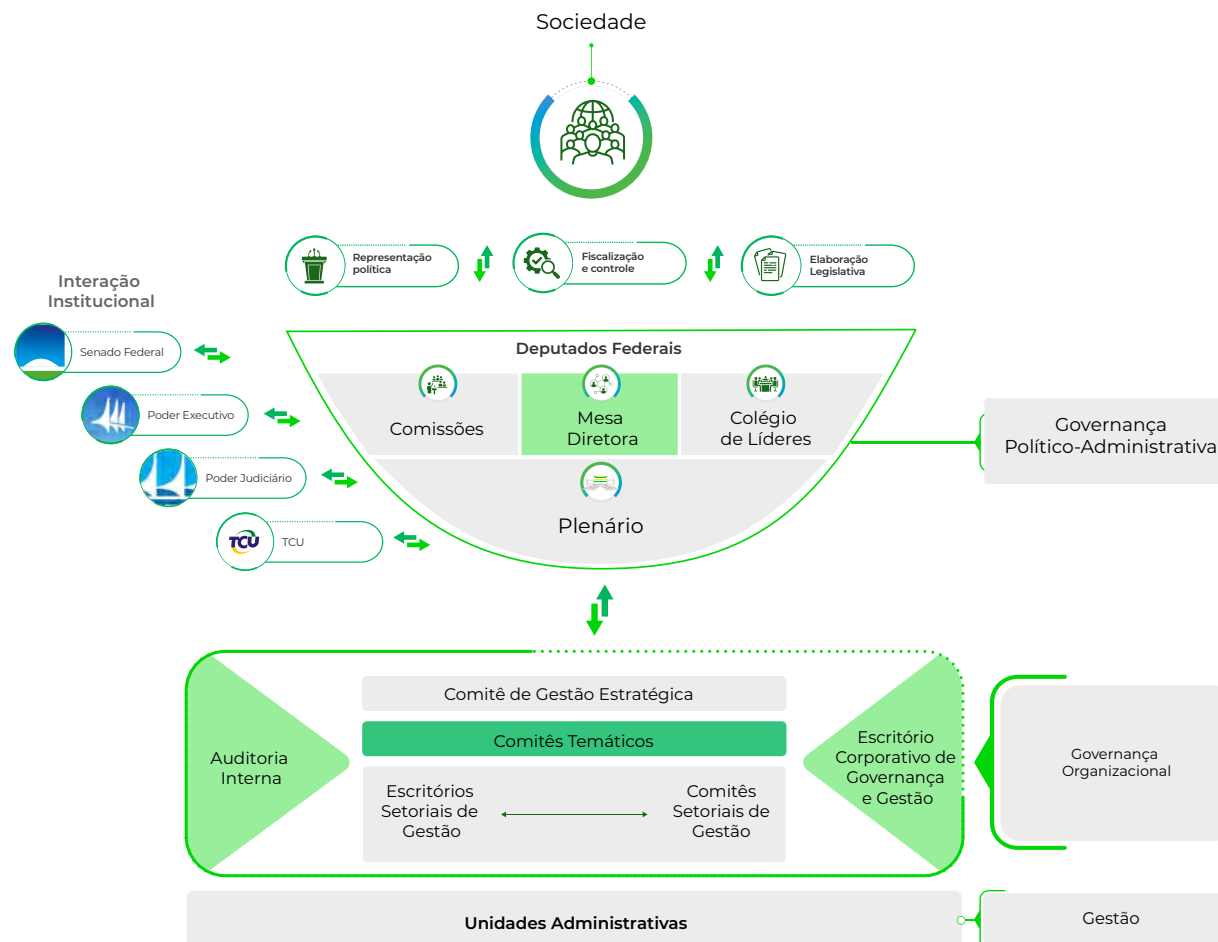




Foto: Depositphotos_104809712

A estrutura da governança organizacional da Câmara dos Deputados foi estabelecida pelo [Ato da Mesa n. 245/2018](#), quando foram definidas as competências e as relações entre as instâncias deliberativas e as instâncias de assessoramento que compõem o modelo adotado.

A instância deliberativa superior do modelo de governança da gestão estratégica é o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), cujo presidente é o diretor-geral. Esse colegiado superior, composto pelos dirigentes das oito unidades superiores das áreas técnico-administrativa e técnico-legislativa, é responsável por avaliar os cenários interno e externo, definir a estratégia, direcionar a gestão e monitorar seu desempenho, zelando pela conformidade, pela transparência e pela prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

O CGE é assessorado pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão (ECGG), cujo objetivo é viabilizar o efetivo exercício das competências do colegiado superior.

Os membros do CGE participam de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs) ordinárias e extraordinárias ao longo do ano, com a finalidade de dirigir, monitorar e avaliar o desempenho da gestão da Câmara dos Deputados.

Em nível setorial, cada uma das oito unidades administrativas superiores representadas no CGE compõe um Comitê Setorial de Gestão (CSG), integrado pelos

titulares das unidades administrativas diretamente subordinadas. Os CSGs orientam e acompanham o processo de gestão da respectiva diretoria ou secretaria, garantindo alinhamento das ações à estratégia corporativa.

Os CSGs são assessorados por Escritórios Setoriais de Gestão (ESGs), que atuam de forma alinhada com as metodologias e as orientações do ECGG. As competências dessas instâncias estão detalhadas no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2018](#).

Além do CGE e dos CSGs, compõem o modelo de governança da Câmara dos Deputados os comitês temáticos, colegiados temporários que se reúnem periodicamente para deliberar ou se manifestar sobre temas que impactam a estratégia da Casa e que dependem de decisões e ações conjuntas de diferentes unidades administrativas. As regras de funcionamento desses comitês estão dispostas no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2019](#).

Figura 9 - Comitês temáticos



COMITÊ DIRETIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CDTI)

Desdobra as estratégias de tecnologia da informação definidas pelo CCE, prioriza ações e acompanha seus resultados



COMITÊ GESTOR DO RELACIONAMENTO (CGR)

Zela pelo cumprimento das normas e dos procedimentos estabelecidos para a gestão do relacionamento



COMITÊ GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICA (CGSIC)

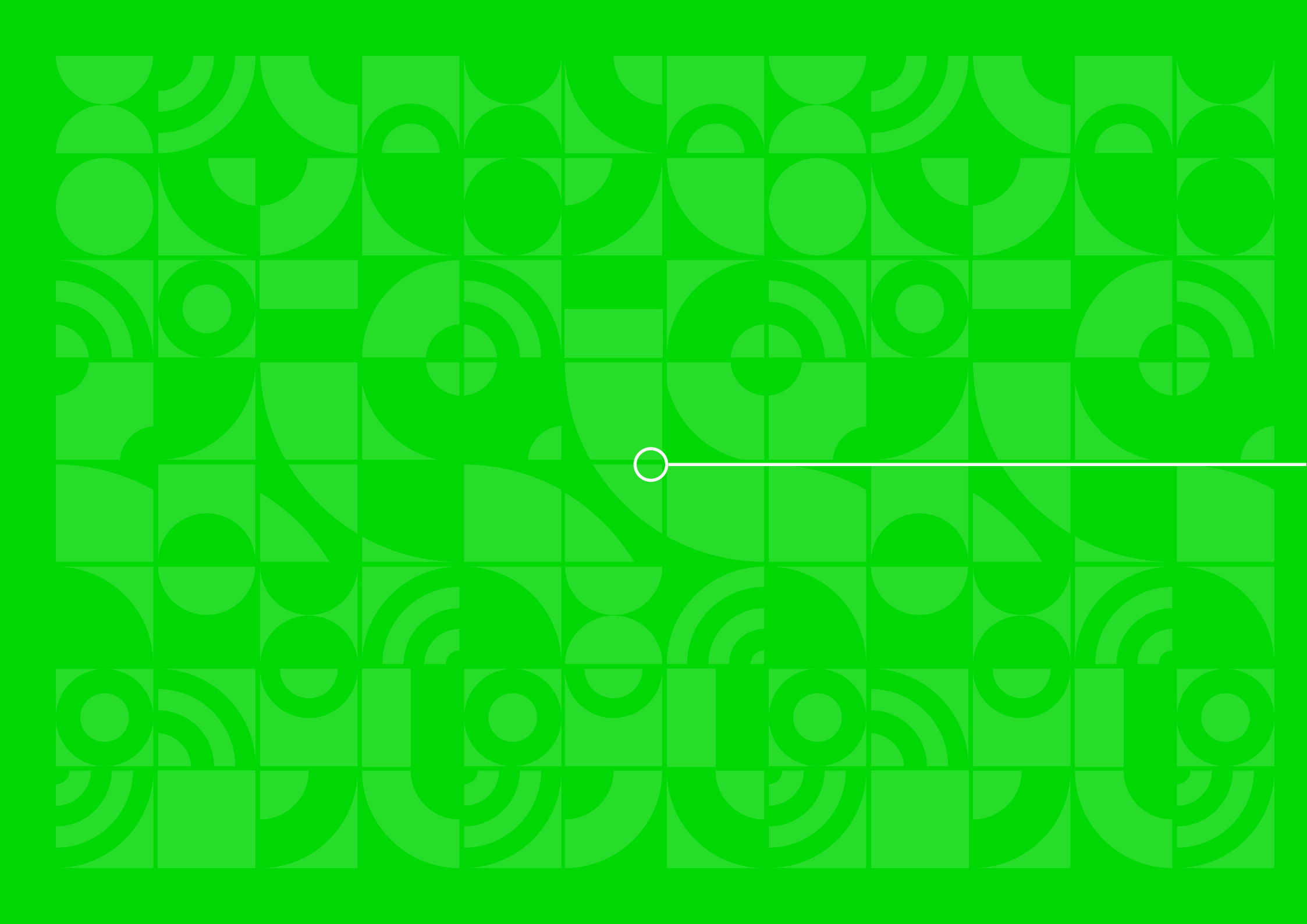
Propõe, promove e acompanha ações relativas à segurança da informação e cibernética.



COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Promove ações sistematizadas, integradas e permanentes relativas à acessibilidade, à equidade, à sustentabilidade e à qualidade de vida no trabalho

* O Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) passou a ser denominado Comitê Gestor de Segurança da Informação e Cibernética (CGSIC) e teve sua composição alterada por meio do [Ato da Mesa n. 231, de 22/12/2025](#).





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.1 ESTRUTURA DA ESTRATÉGIA 2025-2032 E EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO 2025-2026

O exercício de 2025 marcou o início da vigência da [Estratégia de Longo Prazo da Câmara dos Deputados 2025-2032](#), instituída pelo [Ato da Mesa n. 202/2025](#). Superada a etapa de elaboração, o foco da gestão voltou-se para a materialização do novo modelo, cuja representação visual ilustra a integração entre os fundamentos permanentes da instituição e os ciclos de execução (Figuras 10 e 11).

Figura 10 - Elementos institucionais da Estratégia



MISSÃO INSTITUCIONAL

Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.



VISÃO DE FUTURO

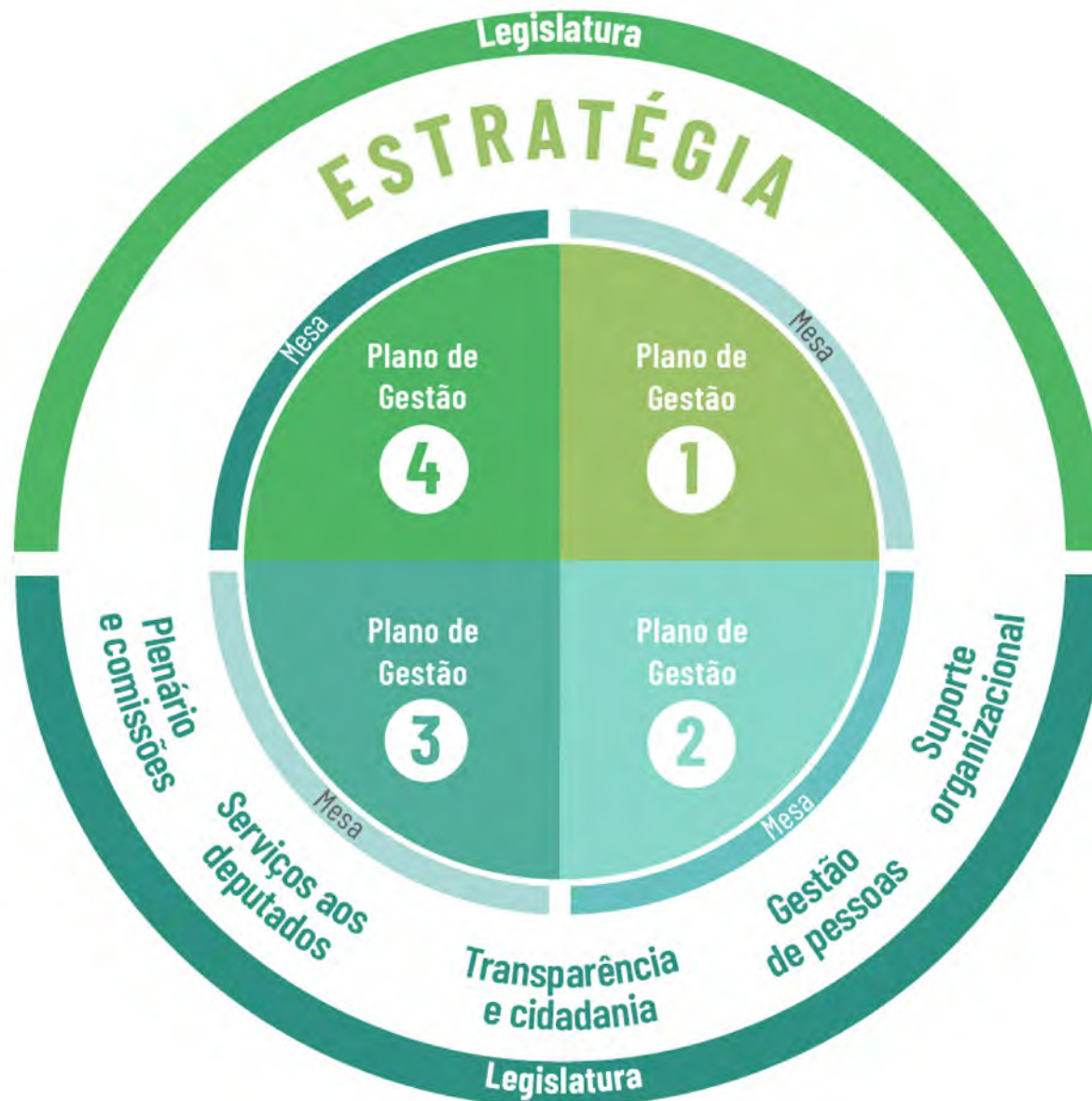
Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.



VALORES

Ética: Busca pela excelência; Independência do Poder Legislativo; Legalidade; Pluralismo e Responsabilidade Social

Figura 11 - Modelo da Estratégia da Administração



O modelo estrutura-se em três níveis integrados:

Direcionamento institucional

Representados no topo da figura, a missão, a visão e os valores atuam como a bússola que orienta todas as ações da Casa;

Ciclo estratégico (círculo central)

A estratégia de oito anos é visualizada como um ciclo contínuo dividido em quatro quadrantes, em que cada número (1 a 4) corresponde a um Plano de Gestão bianual alinhado ao mandato da Mesa Diretora;

Eixos temáticos

O anel externo destaca as áreas prioritárias que sustentam a estratégia, quais sejam: plenário e comissões; serviços aos deputados; transparência e cidadania; gestão de pessoas; suporte organizacional.

A execução da estratégia no período foi orientada pelo Plano de Gestão 2025-2026 (Ciclo 1). Este plano tático traduz as diretrizes de longo prazo em iniciativas concretas e organiza-se em torno das seguintes prioridades estratégicas e desafios:



Sessões do plenário e reuniões das comissões

Garantia de agilidade e dinamicidade no apoio ao processo legislativo e consolidação da transformação digital das funções-chave do Parlamento;



Serviços aos deputados

Aperfeiçoamento do assessoramento legislativo e orçamentário, além

do provimento de instalações e ferramentas adequadas para o exercício do mandato;



Transparência e cidadania

Incentivo ao entendimento do processo legislativo e garantia de que os conteúdos institucionais sejam acessíveis e compreensíveis aos diversos segmentos da sociedade;



Gestão de pessoas

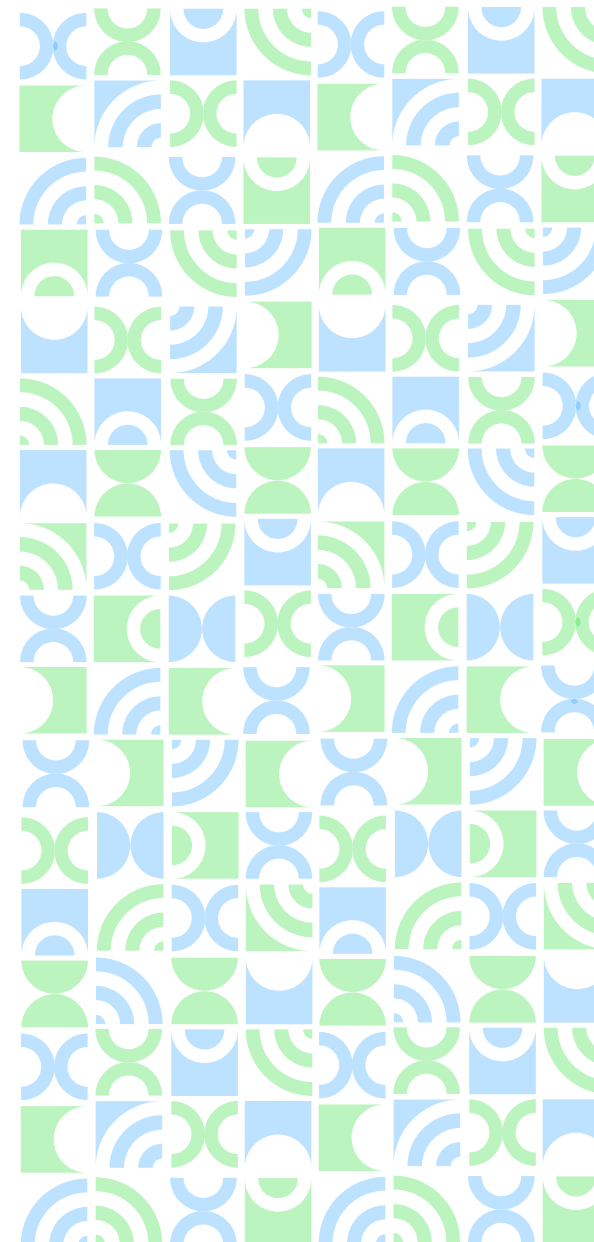
Promoção de um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e produtivo, com investimento na formação de líderes;



Suporte organizacional

Impulso à transformação digital, fortalecimento da gestão de riscos e aprimoramento da sustentabilidade e acessibilidade.

Para concretizar essas prioridades, o [Plano de Gestão](#) do biênio agrupou os projetos em eixos temáticos como "**Câmara 360°**" (focado em segurança e qualificação de espaços), "**Expansão da Transformação Digital**" (incluindo o uso de inteligência artificial), "**Câmara Eficiente**" (modernização administrativa) e iniciativas institucionais de grande porte, como a organização da COP30 e as celebrações dos 200 anos da Câmara dos Deputados.





3.2 GESTÃO CORPORATIVA DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos na Câmara dos Deputados é feita de maneira integrada para melhorar a sua capacidade de lidar com incertezas, antecipar-se aos possíveis problemas, proteger a instituição e criar valor para toda a sociedade. O modelo de três linhas foi escolhido como o adequado para fortalecer sua governança. Enquanto a primeira linha (gestão operacional) foca na execução, a segunda linha (riscos, controles e conformidade) fornece assistência ao gerenciamento de riscos e monitoramentos para evitar falhas graves e a terceira linha (auditoria interna) fiscaliza e avalia de forma independente a atuação institucional.

Para aperfeiçoar a capacidade de atuação da segunda linha, o projeto estratégico “Aprimoramento da Segunda Linha: controles de gestão” propõe ações que efetivam o Modelo Corporativo de Gestão de Riscos da Câmara dos Deputados (MCGR), instituído pelo [Ato da Mesa n. 233/2018](#), complementado pelo [Ato do Presidente do CGE n. 1/2022](#), em que se definiu o nível de risco que a Casa está disposta a aceitar.

O projeto amplia a articulação para ajudar as áreas internas e as instâncias de governança a identificarem e avaliarem riscos em toda a Casa. Conta com metodologia colaborativa para elaborar uma Biblioteca de Riscos Relevantes, implementar o Monitoramento de Controles Internos da Gestão e realizar treinamentos e oficinas com foco na prevenção, no aprimoramento dos controles e na mitigação de riscos institucionais na Câmara dos Deputados.



Foto: Depositphotos_238729074

3.3 RESULTADOS PARCIAIS E BENEFÍCIOS DO PLANO DE GESTÃO 2025-2026

Como o exercício de 2025 corresponde ao primeiro ano do ciclo do [Plano de Gestão 2025-2026](#), os benefícios alcançados refletem a conclusão de etapas estruturantes, a realização de projetos de curto prazo e algumas entregas parciais de iniciativas complexas.

Com base no monitoramento realizado pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE) ao final de 2025, destacaram-se os seguintes resultados e benefícios entregues à sociedade e à instituição no período.



Modernização da Segurança e Qualificação de Espaços (Câmara 360°)

- **Diagnóstico e planejamento de segurança:** conclusão das atividades do Grupo de Trabalho de Segurança, resultando na definição de protocolos para substituição do videomonitoramento por tecnologias com inteligência artificial e controle de acesso por reconhecimento facial.
- **Melhoria da experiência do visitante:** entrega de novos espaços de interação, como a réplica da tribuna do Plenário e a Lojinha da Câmara no corredor das Secretarias,

além da revitalização do jardim do 10º andar do Anexo IV, promovendo ambientes mais acolhedores e propícios ao engajamento digital. Também foi aprimorado o programa de visitas com a criação do roteiro teatralizado “Visite Encena” e do Espaço Plenarinho para o público infantojuvenil.

- **Melhoria de espaços físicos:** foram requalificados o corredor das comissões no Anexo II, com a troca de piso e forro, e gabinetes parlamentares no Anexo III.
- **Eficiência energética:** instalação da nova iluminação LED no Plenário Ulysses Guimarães, visando a uniformização da cor e redução do consumo energético.



Inovação e Inteligência Artificial (Expansão da Transformação Digital)

- **Acesso à IA corporativa:** dentro do Programa Ulysses, foi realizada a contratação do serviço de processamento de IA nas nuvens externas, habilitando a infraestrutura necessária para o uso seguro de inteligência artificial generativa na Casa. Além disso, foram disponibilizadas plataformas gerais de inteligência artificial para uso

estritamente institucional.

- **Otimização do processo legislativo:** avanço nos pilotos de IA para sumarização de proposições, despacho inicial e apoio jurídico. Além disso, incorporação de melhorias nas funcionalidades de edição estruturada de proposições legislativas, preparando a instituição para ganhos expressivos de celeridade na produção e tramitação legislativa.
- **Portal focado no cidadão:** lançamento da nova home do [Portal da Câmara](#), em novembro de 2025, com destaque para serviços ao cidadão e participação popular, facilitando a navegação e o acesso à informação pela sociedade.
- **Evolução do Aplicativo Infoleg APP:** o projeto, concluído em 2025, entregou uma plataforma clara e intuitiva para consulta às informações do processo legislativo, agenda parlamentar e atividades do Plenário e das Comissões. A nova versão do aplicativo, destinado a deputados e assessores parlamentares, conta com experiência de uso aprimorada, organização clara das informações e integração de conteúdos produzidos pelas lideranças nas pautas de sessões e reuniões. Foram também incorporados novos recursos de notificação, ampliando o apoio às rotinas legislativas.



Eficiência Administrativa e Governança (Câmara Eficiente)

- **Fortalecimento dos controles internos:** finalização do Modelo de Monitoramento de Controles Internos e do método de priorização para a segunda linha de defesa, com piloto concluído na gestão da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP), visando aumentar a segurança jurídica e a conformidade dos processos.
- **Modernização de processos de pessoal:** desenvolvimento de protótipos e fluxos para o sistema de reembolso de despesas de saúde e avanços na automação do credenciamento, visando a redução de burocracia e maior agilidade administrativa.
- **Capacitação de lideranças:** lançamento do programa “Integra”, focado no desenvolvimento de competências de liderança para os gestores da Casa.



Fortalecimento Institucional e Imagem

- **Liderança internacional:** realização bem-sucedida do 11º Fórum Parlamentar do BRICS, em junho de 2025, reunindo presidentes de parlamentos para debater governança global e sustentabilidade, resultando na adoção de documento final encaminhado à Cúpula de Líderes. Organização da agenda parlamentar da COP30, realizada em Belém, em novembro, posicionando a Câmara dos Deputados como protagonista no debate global sobre mudanças climáticas e transição ecológica. (ver mais no item 8 Tópicos Especiais)
- **Preservação da Memória:** início das celebrações dos 200 anos da Câmara dos Deputados, com o reconhecimento de acervos históricos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco e lançamento de marca comemorativa, fortalecendo a identidade institucional e o vínculo histórico com a sociedade.



Foto: Depositphotos_538302448

3.4 OUTRAS AÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO EM 2025

Além dos projetos estratégicos monitorados no Plano de Gestão, o exercício de 2025 foi marcado por diversas ações estruturantes que impulsionaram a eficiência administrativa, a modernização da infraestrutura e a valorização do corpo funcional. As principais entregas estão detalhadas a seguir, organizadas por eixos temáticos:

Planejamento e Gestão por Resultados:

A gestão administrativa promoveu a atualização da metodologia do Programa de Resultados, por meio da [Portaria n.164/2025](#). A nova fase da iniciativa conferiu maior dinamismo e transparência à avaliação de desempenho institucional, incluindo ajustes nas metas, regras para banco de horas e a adesão de novas unidades administrativas ao programa.

Infraestrutura, Sustentabilidade e Logística:

A Câmara realizou investimentos significativos na preservação do patrimônio e na infraestrutura predial:

- **Obras em imóveis funcionais:** continuidade da reforma dos blocos K e L da SQN 202, visando duplicar o número de unidades disponíveis (de 24 para 48 por bloco) para reduzir o déficit habitacional parlamentar.

- **Sustentabilidade:** no âmbito socioambiental, destacam-se a retomada da Ecofeira permanente, de incentivo à economia local, e o envio de 134 toneladas de resíduos orgânicos para compostagem. (ver mais na seção de sustentabilidade).

Inovação e Reconhecimento Externo:

A busca pela excelência na gestão digital e na transparência gerou reconhecimentos importantes para a Casa:

- **Premiações:** o Portal da Câmara recebeu o Selo Ouro no Prêmio Nacional de Transparência Pública, emitido pela Associação dos Tribunais de Contas (Atricon). Além disso, dois acervos históricos receberam a certificação “Patrimônio Documental da Humanidade” da Unesco.
- **Tecnologia corporativa:** início da preparação técnica para a migração das ferramentas de escritório para a suíte Microsoft 365, visando um ambiente de trabalho mais colaborativo e eficiente.
- **Atendimento ao cidadão:** implementação de canal oficial de atendimento via *WhatsApp*, ampliando os meios de contato direto com a sociedade.

Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional:

O ano foi marcado pela renovação da força

de trabalho e cuidado com o servidor:

- **Renovação do quadro funcional:** posse de 73 novos servidores aprovados em concurso público e autorização de novo certame para os cargos de Analista e Técnico Legislativo.
- **Saúde e bem-estar:** modernização do Departamento de Atenção à Saúde (DAS) com ampliação de agendas e, no âmbito do Pró-Saúde, com a publicação do [Ato da Mesa 220/2025](#), a permissão para reinscrição de genitores dos titulares como beneficiários.
- **Combate ao assédio:** lançamento de campanha e guia sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação.

Imagem Institucional e Memória:

Fortalecendo a identidade da instituição e de seu bicentenário, foram realizadas as seguintes ações:

- **Padronização da Comunicação:** lançamento dos novos Manual de Identidade Visual e Manual de Comunicação, normatizando o uso da marca e os procedimentos de cobertura legislativa.
- **Produção intelectual:** lançamento da edição inaugural da Revista Plenário, periódico jurídico que articula teoria e prática legislativa.



3.5 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE E DE CORREÇÃO

3.5.1 Auditoria Interna

● CONFORMIDADE ●

**Constituição Federal de 1988,
artigos 37, 73 e 74**

Resoluções CD

[n. 20/1971](#)

[n. 17/1989](#)

[n. 69/1994](#)

Atos da Mesa

[n. 46/2012](#)

[n. 133/2016](#)

[n. 233/2018](#)

Portarias Secin

[n. 1/2016](#)

[n. 1/2018](#)

[n. 1/2019](#)

[n. 2/2019](#)

[n. 1/2024](#)

[n. 1/2025](#)

Ordens de Serviço Secin

[n. 1/2019](#)

[n. 2/2019](#)

[n. 1/2022](#)

Instrução Normativa TCU

[n. 84/2020](#)

Decisão Normativa TCU

[n. 198/2022](#)

Foto: AdobeStock_500586481

As ações de auditoria interna desenvolvidas são priorizadas a partir da avaliação de risco em termos de materialidade, relevância, imagem institucional e criticidade dos processos auditáveis, buscando o alinhamento com a estratégia da Casa.

Em 2025, foram priorizados trabalhos relacionados à auditoria nas contas anuais (auditoria integrada financeira e de conformidade). A partir dos parâmetros qualitativos e quantitativos de materialidade estabelecidos, foram avaliadas as contas discriminadas na Tabela 1.

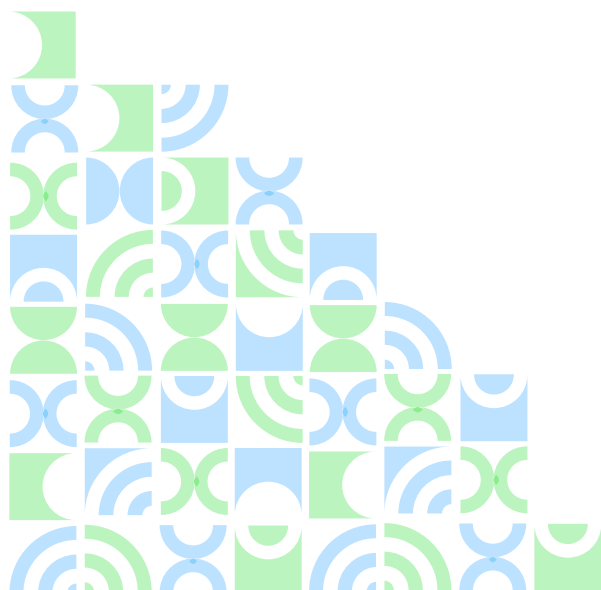


Tabela 1 - Contas contábeis auditadas

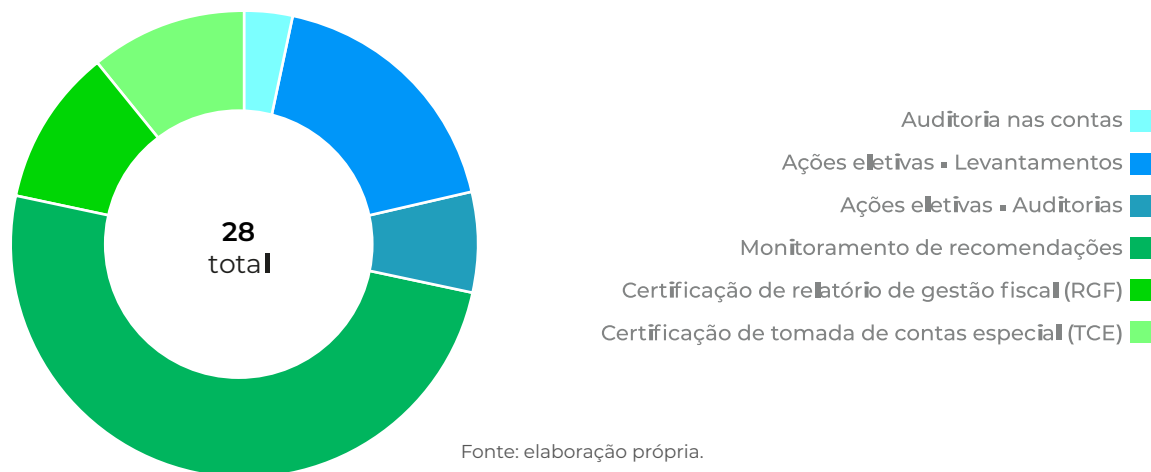
Nome da conta	Valor (R\$)
● Cota recebida	7.988.495.028,34
● Superávits ou déficits de exercícios anteriores	3.825.224.799,72
● Limite de saque com vinculação de Pagamento - OFSS	2.865.783.232,01
● Proventos - pessoal civil	1.604.938.939,71
● CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	1.367.137.433,89
● Gratificações - RPPS	929.087.548,94
● Gratificações - RGPS	913.669.421,74
● Imóveis residenciais / comerciais	863.485.726,70
● Edifícios	757.697.698,08
● Aposentadorias/Pensões/Outros benefícios	696.582.048,48
● Pensões civis	442.059.508,30
● Vencimentos e salários - RPPS	408.964.279,85
● Serviços técnicos profissionais	367.139.104,01
● Férias a pagar	351.895.446,72
● Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	336.359.973,14
● Contribuições previdenciárias - INSS	289.810.056,78
● Aposentadorias/Pensões/Outros benefícios	232.204.486,20
● Contribuição patronal para o RPPS	226.344.937,68
● Vencimentos e salários - RGPS	225.604.813,90
● Auxílio alimentação	225.050.327,95
● Indenizações	222.494.100,34
● Férias - RPPS	179.079.169,72
● Depreciação acumulada – bens móveis	136.832.605,55
● Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	135.031.504,39
● 13º salário - pessoal civil 16/91	127.966.573,09
● Superávits ou déficits de exercícios anteriores (valor criado pela STN)	126.993.079,43
● 13º salário - RPPS	119.024.051,63
● Remuneração de aplicações financeiras	103.913.911,93
● Estacionamento e garagens ¹	98.295.000,00
● 13º salário - RGPS	95.882.436,68
● Férias - RGPS	83.417.823,86
● Adiantamento de férias ²	Conta seleciona pela natureza

Fonte: elaboração própria a partir de dados extraídos do Siafi em 28/1/2026.

[1] O saldo da conta "Terrenos e Glebas" foi transferido para a conta "Estacionamentos e garagens" no âmbito da Auditoria nas Contas de 2024. [2] Cumpre informar que a conta "Adiantamento de Férias" foi selecionada para avaliação por sua natureza, tendo o seu saldo zerado ao final do exercício.

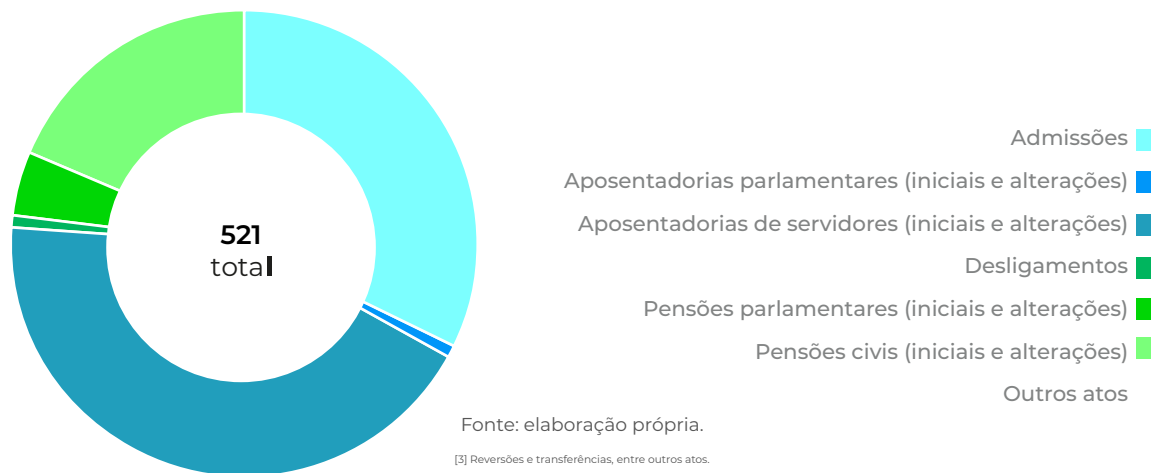
As ações de auditoria interna planejadas e executadas pela unidade de Auditoria Interna podem ser consultadas no [Relatório de Atividades da Secretaria de Controle Interno](#). Foram realizadas as seguintes ações em 2025, conforme o Gráfico 2:

Gráfico 2 - Ações de auditoria interna



No que se refere à certificação de atos de pessoal, foram analisados 521 atos, conforme o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Atos de pessoal certificados



3.5.2 Ações de Controle Externo

As recomendações e as determinações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) à gestão da Câmara dos Deputados são analisadas e as diligências decorrentes são monitoradas até o deslinde do processo. O andamento dos processos gerados pelas ações de controle externo em 2025, assim como ações residuais dos anos anteriores, estão evidenciados na página de [prestação de contas](#).

3.5.3 Atividades do sistema de Correição

CONFORMIDADE

Constituição Federal de 1988

Leis

[n. 8.112/1990](#)

[n. 9.784/1999](#)

Resolução CD

[n. 20/1971](#)

[n. 14/2012](#)

Portaria DG

[n. 12/2016](#)

[n. 11/2025](#)

[n. 28/2025](#)

Investigações preliminares sumárias

As Investigações Preliminares Sumárias (IPS), nos termos da [Portaria n. 12, de 2016](#), são procedimentos disciplinares instaurados

para coletar elementos para fins de verificação do cabimento de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar em decorrência do teor de notícias de fatos disciplinares (NFDs), recebidas por meio de denúncias (anônimas ou não) e representações.

No ano de 2025, estiveram em andamento a apuração de 77 denúncias/representações. Foram produzidos, 37 pareceres de admissibilidade, dos quais resultou a instauração de 13 PAD, 2 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) e 10 arquivamentos. Em 31 de dezembro de 2025, 12 pareceres aguardavam decisão da autoridade competente.

Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

O Processo Administrativo Disciplinar, regulado no Título V, Capítulo III, da [Lei n. 8.112, de 1990](#), tem por objetivo apurar a responsabilidade de servidor por infração disciplinar cometida no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições de seu cargo. Ressalte-se que o ato de julgamento é de competência do titular da Diretoria-Geral, da Primeira-Secretaria ou do Presidente da Câmara dos Deputados, conforme regramento estabelecido no art. 141, da já citada Lei n. 8.112, de 1990, combinado com o art. 147, inciso XXX, da [Resolução CD n. 20, de 1971](#).

Ao longo do ano de 2025, estiveram em curso 60 processos administrativos disciplinares. Dentre os 13 PAD instaurados em 2025, 21 foram julgados pela autoridade

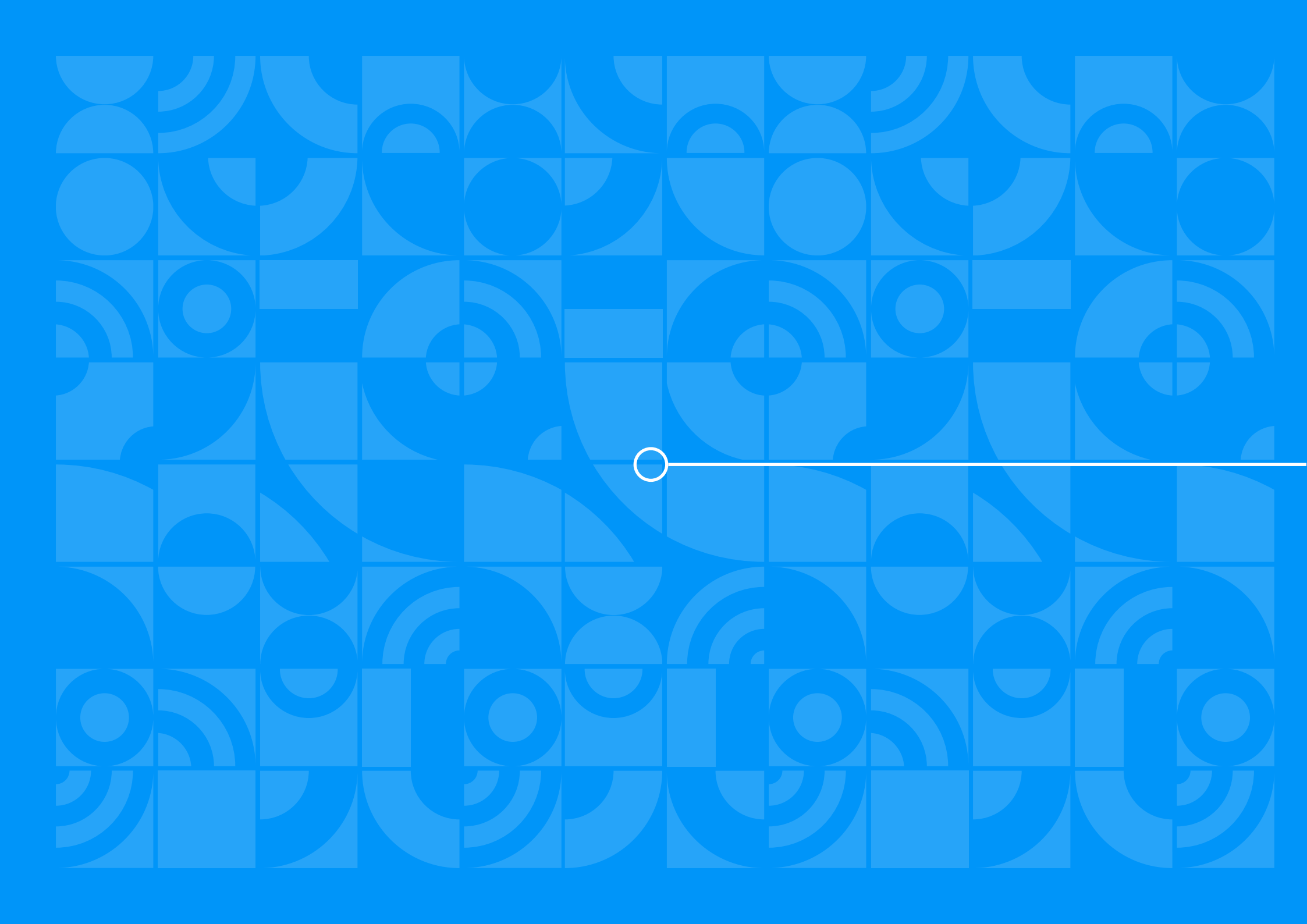
competente e 17 aguardam julgamento.

Ao término do ano de 2025, havia 31 processos disciplinares em curso, dos quais 13 foram iniciados em 2025 e 18 nos anos anteriores. As ações de correição no ano de 2025 resultaram em duas absolvições, a celebração de sete Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e a aplicação de 17 penalidades (destas, uma prescrita), entre as quais uma advertência, cinco suspensões, quatro destituições de cargo em comissão, cinco conversões de exoneração em destituição de cargo em comissão e uma demissão.

Note-se que o somatório das penalidades, absolvições e TAC celebrados pode não corresponder ao total de PAD julgados, uma vez que um processo pode ter mais de um acusado.



Foto: Depositphotos 478138530





RESULTADOS POR ÁREA DE GESTÃO

RESULTADOS POR ÁREA DE GESTÃO

4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CONFORMIDADE

Constituição Federal de 1988

Lei Complementar
[n.101/2000 - LRF](#)

Leis
[n.14.802/2024 - PPA](#)
[n.15.080/2024 - LDO](#)
[n.15.121/2025 - LOA](#)

A atividade-fim da Câmara dos Deputados está contemplada, em sua maior parte, no âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 (Lei nº 14.802, de 2024), no Programa 0034 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo –, classificado como Programa de Gestão. A Casa possui duas unidades orçamentárias: Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

4.1.1 Perfil do gasto

A partir de 2024, passou a vigorar o limite de despesas previsto na [Lei Complementar n. 200/2023](#) – denominada Lei do Arcabouço Fiscal –, que instituiu o Regime Fiscal

Sustentável (RFS) e fixou novos limites anuais para despesas primárias, com relação ao Novo Regime Fiscal (NRF). Pelo NRF, que havia sido instituído pela Emenda Constitucional n. 95, de 2016 (alterado pelas Emendas Constitucionais n. 113/2021, 114/2021 e 126/2022), o teto de gastos de cada órgão, em um ano, poderia ser majorado segundo o percentual do IPCA aplicado sobre o teto do ano anterior.

O RFS passou a atrelar o crescimento das despesas públicas também à elevação da arrecadação de receita pelo governo. A partir da nova sistemática, iniciada em 2024, o RFS permitiu que o limite de gastos de um ano ultrapasse a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) verificada no período de doze meses, encerrado em junho do ano anterior. Tal medida fundamenta-se em critérios que considerem a variação real da receita primária, de modo que o crescimento real da despesa primária (além da variação do IPCA) não seja inferior a 0,6% nem superior a 2,5%.

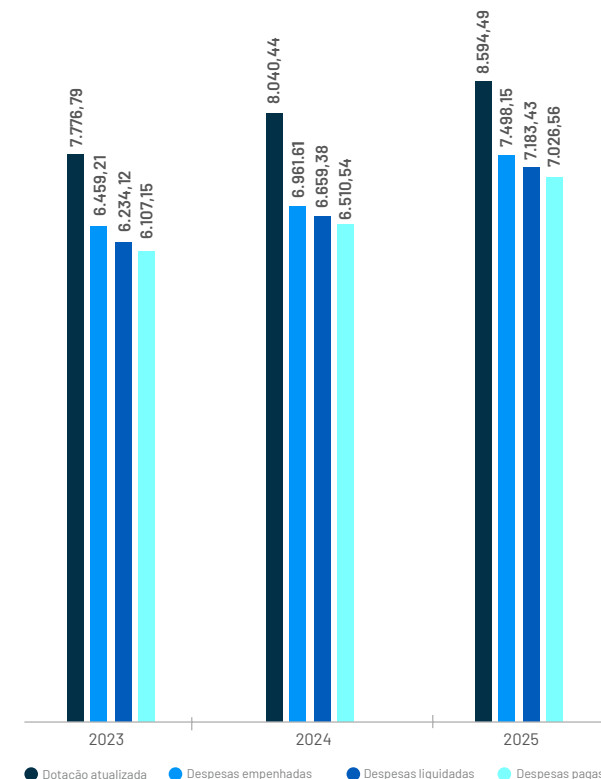
O limite de despesas primárias em 2024 equivaleu a R\$ 7.830,0 milhões, e a variação do IPCA verificada de julho de 2023 a junho de 2024 foi de 4,23%. Como, a partir de 2024, os limites anuais passaram a registrar crescimento real, o limite de despesas primárias em 2025 chegou a R\$ 8.365,30 milhões – um acréscimo de 6,84%.

4.1.2 Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa

A [Lei n. 15.121/2025](#) – Lei Orçamentária Anual

de 2025 (LOA/2025) –, consignou inicialmente à Câmara dos Deputados dotação orçamentária de R\$ 8.594,49 milhões.

Gráfico 4 - Execução orçamentária 2023 a 2025 (R\$ em milhões)



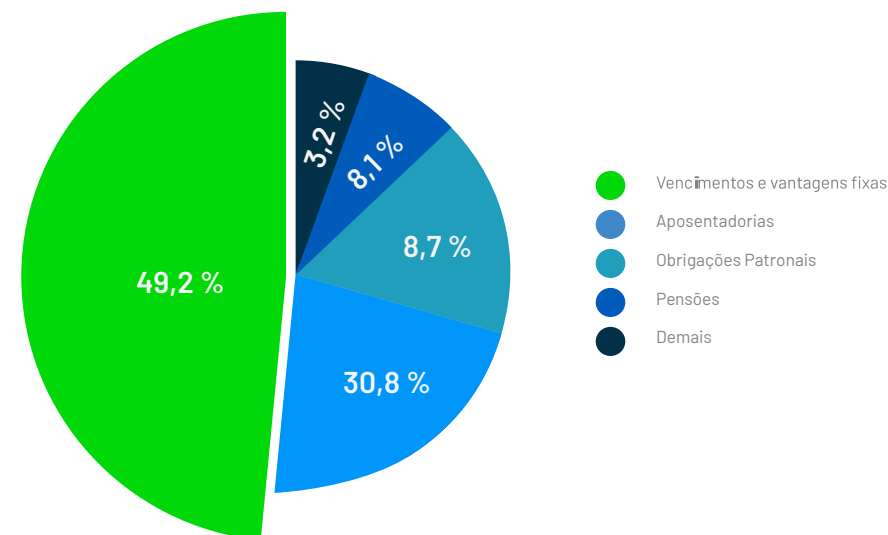
Em 2025, foram pagos R\$ 7.026,56 milhões referentes ao orçamento autorizado para aquele exercício, o que equivale a 81,8% das dotações consignadas na LOA/2025. Nos anos de 2023 e 2024, as despesas pagas equivaleram a 78,5% e 81,0%, respectivamente.

4.1.3 Despesas por grupo e elemento de despesa

No tocante à execução orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa (GND) e por Elemento de Despesa, importante ressaltar que, em 2025, aproximadamente 77,5% das despesas executadas pela Câmara dos Deputados referem-se a Pessoal e Encargos Sociais e equivalem a R\$ 5.814,78 milhões.

Neste grupo de despesa (GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais), aproximadamente 49,2% da execução referem-se aos vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos e 38,9% aos servidores inativos e pensionistas, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 - Detalhamento da despesa executada com pessoal em 2025

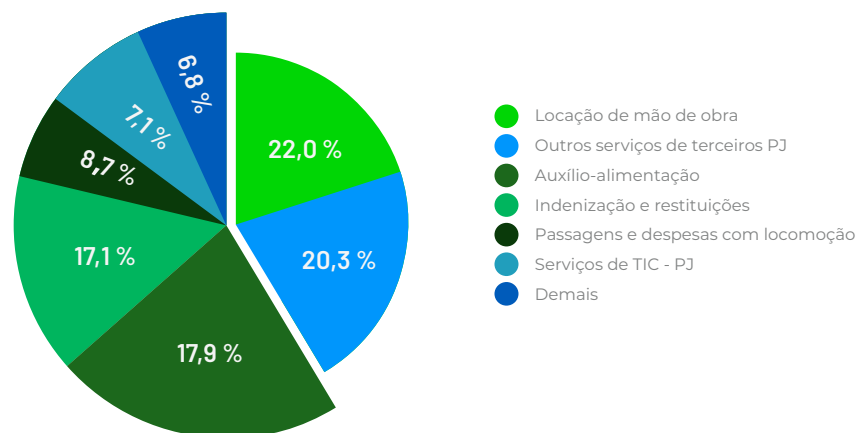


Relativamente ao GND 3 – Outras Despesas Correntes –, que totalizou a execução de R\$ 1.570,14 milhões (equivalente a 20,9% das despesas executadas), conforme Gráfico 6. Desse montante, aproximadamente 49,4% da despesa executada estão relacionados a contratos de serviços voltados à manutenção das atividades da Casa, sendo 22,0% relativos à locação de mão de obra, 20,3% a serviços contratados de pessoas jurídicas e 7,1% de serviços de TIC – pessoas jurídicas.

Foto: Ana Diniz/Câmara dos Deputados



Gráfico 6 - Detalhamento da despesa executada com custeio em 2025



Com relação aos investimentos (GND 4), a despesa executada em 2025 foi de apenas 1,5% da despesa total do órgão, totalizando R\$ 113,23 milhões, de acordo com o detalhamento do Gráfico 7. Essa despesa foi concentrada basicamente em obras e instalações, equipamentos e material permanente.

Gráfico 7 - Detalhamento da despesa executada com investimento em 2025

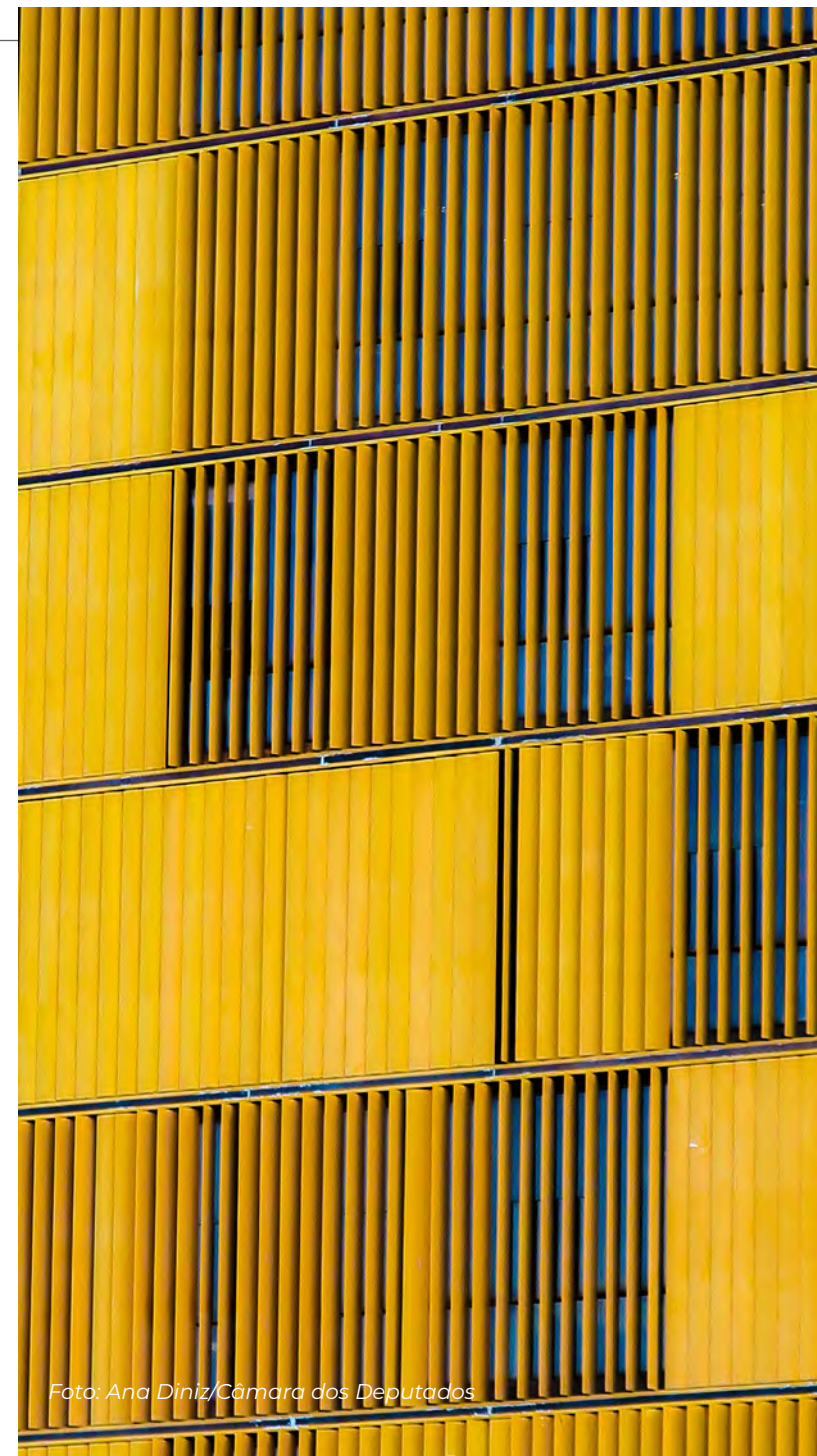
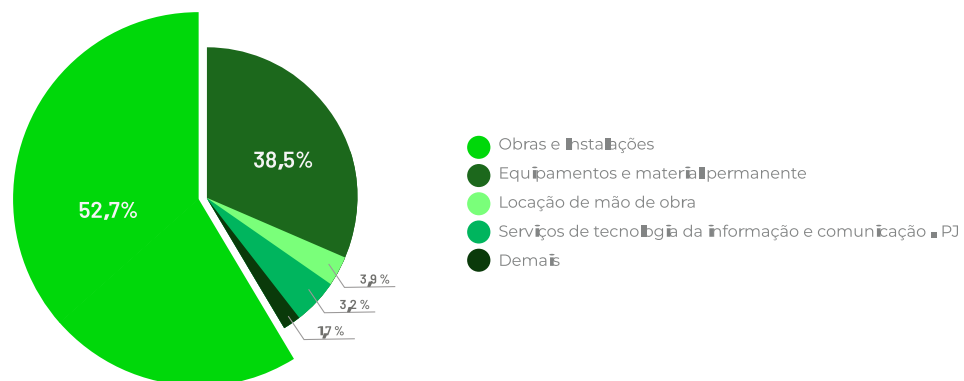
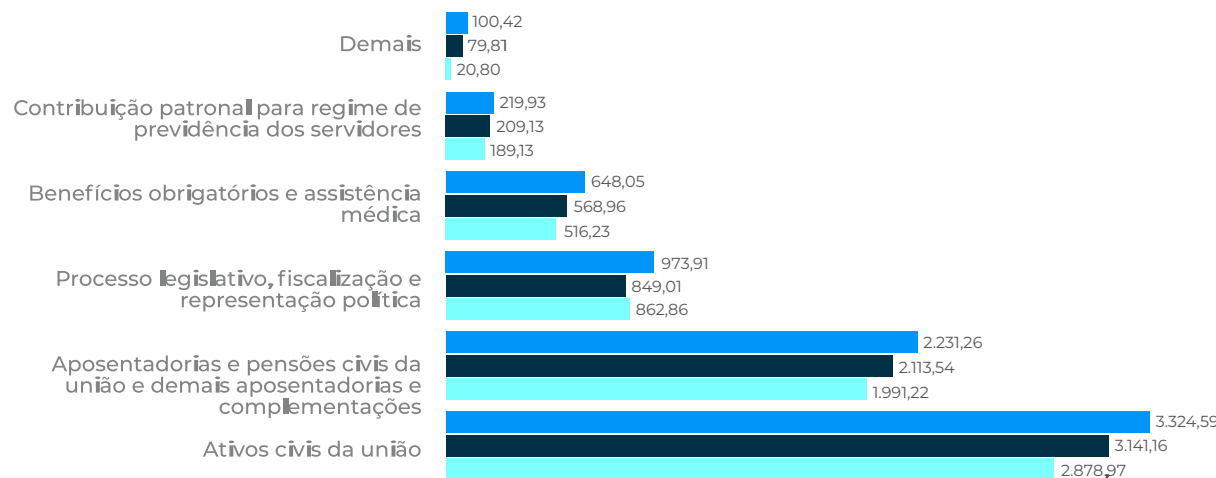


Foto: Ana Diniz/Câmara dos Deputados

4.1.4 Execução orçamentária das principais ações

Gráfico 8 - Execução orçamentária por Ação – 2023 a 2025



* em R\$ milhões

Obs: A ação “Demais Aposentadorias e Complementações” se refere à ação “Aposentadorias e Pensões do Ex-IPC”, cujo nome foi alterado a partir de 2024.

Analisando a execução das despesas da Câmara dos Deputados, por ação orçamentária, observa-se que a maior parte das despesas executadas em 2025 se concentrou nas ações que abrangem gastos com pessoal:

1. **R\$ 3.324,59 milhões** com “Ativos Civis” e
2. **R\$ 2.231,26 milhões** com “Aposentadorias e Pensões da União” e “Demais Aposentadorias e Complementações”.

Também merecem destaque as despesas com a ação “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, da ordem de R\$ 973,91 milhões, que asseguram a manutenção do órgão e o desempenho das atividades finalísticas da Casa, bem como as com “Benefícios Obrigatórios” e “Assistência Médica e Odontológica”, que respondem por R\$ 648,05 milhões das despesas executadas, seguidos pela “Contribuição da União, de suas Autarquias e

Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais”, cuja execução foi R\$ 219,93 milhões. As demais ações somaram R\$ 100,42 milhões.

Comparando com o ano de 2024, percebe-se que a ação “Ativos Civis” apresentou um aumento de 5,8% (R\$ 183,43 milhões) na execução. Tal acréscimo era esperado devido à posse de novos servidores ao longo dos exercícios de 2024 e 2025 e, também, à terceira parcela do reajuste dos servidores prevista na [Lei n. 14.528/2023](#).

Merece destaque, também, o crescimento de aproximadamente 59,5% das despesas executadas em 2025, em relação ao ano de 2024, na ação “Benefício Especial – [Lei n. 12.618, de 2012](#)”, relativa ao pagamento do benefício especial a servidores públicos federais, no âmbito do regime de previdência complementar. Essa ação está abarcada pela categoria “Demais” do Gráfico 8.

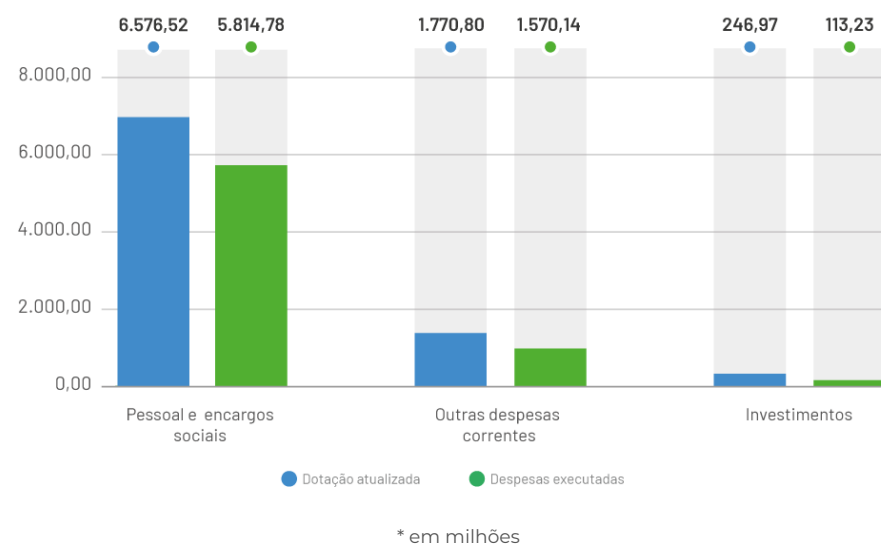


4.1.5 Desempenho atual x desempenho orçado

Em 2025, o orçamento da Câmara dos Deputados foi de R\$ 8.594,49 milhões. Destes, R\$ 6.576,52 milhões foram destinados a “Pessoal e Encargos Sociais”, R\$ 1.770,80 milhões a “Outras Despesas Correntes” (custeio) e R\$ 246,97 milhões a “Investimentos” (despesas de capital).

Comparando a execução de cada Grupo de Natureza de Despesa (GND) frente à respectiva dotação autorizada, verifica-se que foram executados 88,4% da dotação relativa a “Pessoal e Encargos Sociais” (GND 1), 88,7% de “Outras Despesas Correntes” (GND 3) e 45,8% de “Investimentos” (GND 4).

Gráfico 9 - Dotação x Despesas Executadas (2025)



4.2 GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE

Constituição Federal de 1988

Leis

[n. 8.112/1990](#)
[n. 9.506/1997](#)
[n. 12.777/2012](#)

Resolução CD

[n. 39/1982](#)
[n. 17/1989](#)
[n. 28/1998](#)
[n. 1/2007](#)
[n. 8/2023](#)

Atos da Mesa

[n. 72/1997](#)
[n. 76/2013](#)
[n. 131/2016](#)
[n. 198/2021](#)

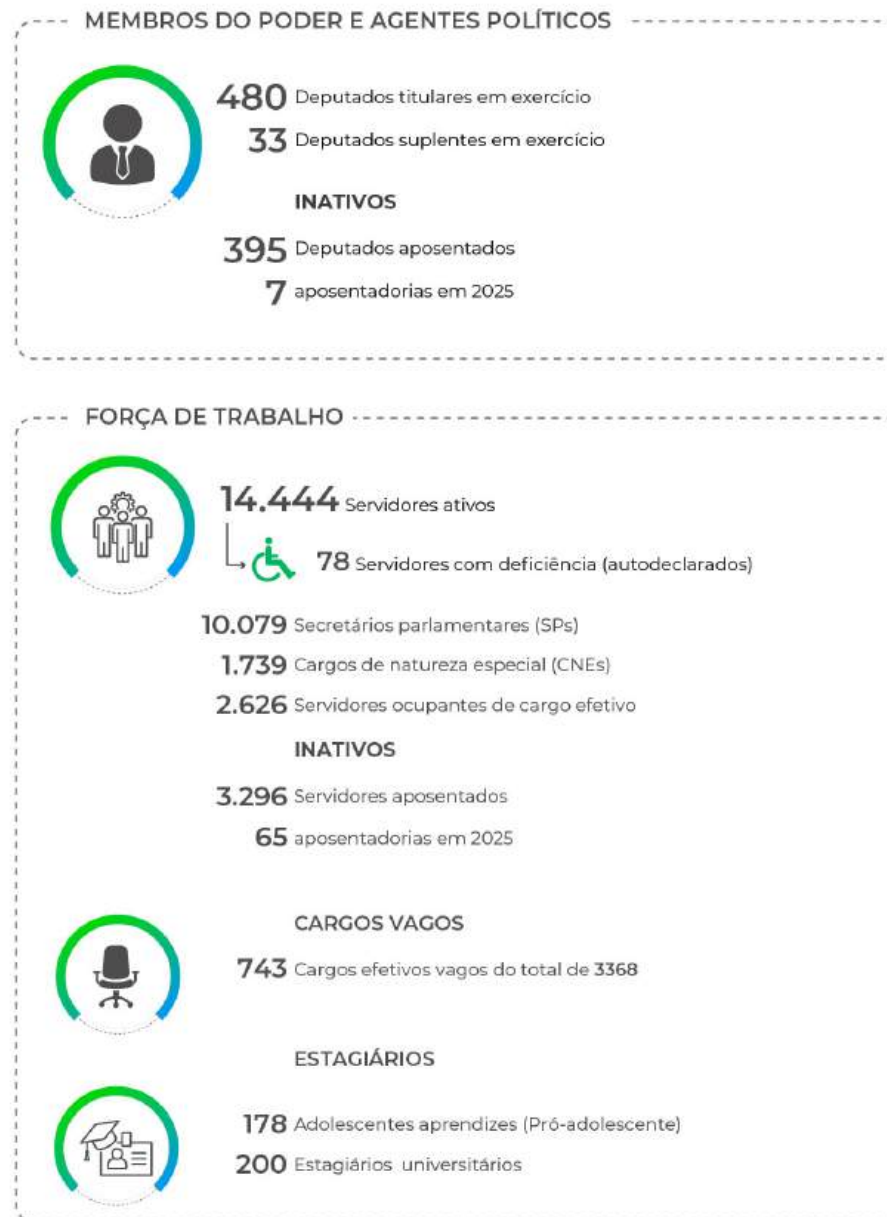
Portarias

[n. 70/1997](#)
[n. 166/2007](#)
[n. 145/2008](#)
[n. 53/2022](#)
[n. 130/2022](#)
[n. 162/2024](#)

4.2.1 Panorama de Pessoal

Devido às características intrínsecas de cada agrupamento, é preciso que seja dada uma visão geral da composição de cada tipologia e, a partir disso, fazer uma análise específica da força de trabalho.

Figura 12 - Panorama de Pessoal



a) Avaliação da força de trabalho

Devido ao seu papel institucional de representatividade, a Câmara dos Deputados possui uma força de trabalho bastante variada composta por Servidores Efetivos (analista e técnicos legislativos)¹, Cargos de Natureza Especial (CNE)² e Secretários Parlamentares (SP)³.

a.1) Servidores ativos

Em 31 de dezembro de 2025, havia um total de 14.444 servidores ativos. Os dados atualizados estão disponíveis na página [Recursos Humanos](#) do Portal, na qual também é possível obter mais informações sobre servidores, lotação e remuneração.

Em 2025, a Câmara dos Deputados contratou 200 estagiários universitários, oriundos das instituições de ensino superior conveniadas. O estágio universitário proporciona aos estudantes de graduação uma experiência laboral supervisionada e a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Mais informações encontram-se disponíveis em [Estágio Universitário](#) ([Ato da Mesa n. 217/2021](#)).

No âmbito do Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente - Pró-Adolescente ([Lei n.º 10.097/2000](#)), que tem por objetivo dar oportunidades de inclusão social a jovens de baixa renda por meio da educação profissionalizante, foram contratados 178 jovens pró-adolescentes, na função de adolescente aprendiz.

a.2) Servidores aposentados

Ao longo do ano de 2025, foram concedidas 65 aposentadorias de servidores efetivos, o que levou ao total de 3.296 aposentados.

a.3) Ocupação dos cargos

Em relação ao total de cargos efetivos, é preciso separar quantos estão ocupados, quantos estão vagos, assim como identificar qual a projeção de novas aposentadorias.

Figura 13 - Cargos vagos, ocupados e total de cargos efetivos

Cargo	Quant.
● Cargos vagos (servidores efetivos)	743
● Cargos ocupados (servidores efetivos)	2.626
● Total de cargos efetivos vagos e ocupados	3.368 ¹

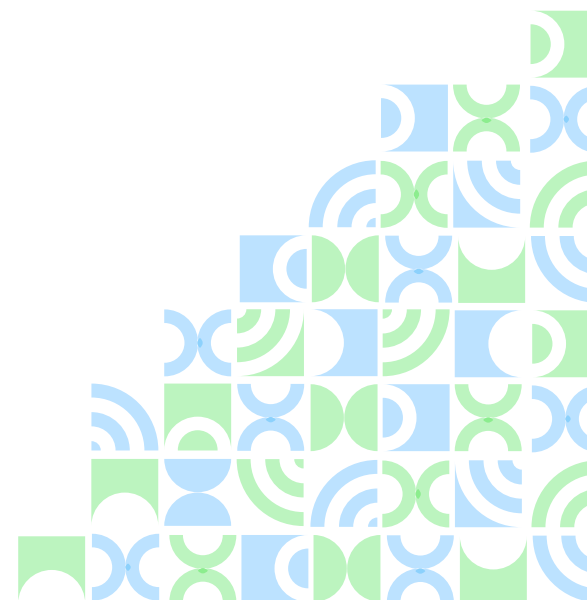
Considerando os cargos efetivos vagos, eles representam 22,06% dos cargos existentes. Há um total de 643 servidores aptos à aposentadoria nos próximos três anos, denotando uma tendência de ampliação da quantidade de cargos vagos.

No intuito de detalhar o perfil da força de trabalho de servidores efetivos, cargos de natureza especial e secretários

parlamentares apresentam-se, a seguir, dados complementares estratificados para os grupos de servidores com deficiência, sexo e raça/cor, faixa etária e escolaridade.

a.4) Servidores com deficiência

O total de 78 servidores com deficiência corresponde a 68 servidores efetivos (autodeclarados), seis ocupantes de cargos de natureza especial e quatro ocupantes de cargos de secretário parlamentar. Outras informações estão apresentadas no item de Acessibilidade.



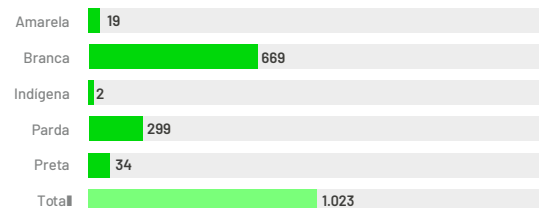
Notas

¹Os cargos efetivos da carreira legislativa da Câmara dos Deputados são essenciais à atuação institucional do Poder Legislativo e devem prover as condições técnicas, operacionais e materiais para a atividade parlamentar e o processo legislativo. – ([Resolução n. 8/2023](#)). No total de cargos efetivos houve acréscimo de um servidor na condição de cargo excedente. ²Destinam-se à prestação de serviços de assessoramento aos órgãos ligados à Mesa, às Lideranças e aos órgãos administrativos da Casa ([Resolução CD n. 1/2007](#)). ³Destinam-se à prestação de serviços de secretaria, assistência e assessoramento direto e exclusivo nos gabinetes dos deputados ([Ato da Mesa n. 72/1997](#)). Na página de transparência do portal da Câmara dos Deputados ([Recursos Humanos](#)) podem ser obtidas informações complementares sobre cargos vagos e aposentadorias.

a.5) Sexo e Raça/ Cor

Gráfico 10 - Quantidade de servidores efetivos por sexo e raça/cor

SERVIDORES EFETIVO DO SEXO FEMININO



SERVIDORES EFETIVO DO SEXO MASCULINO

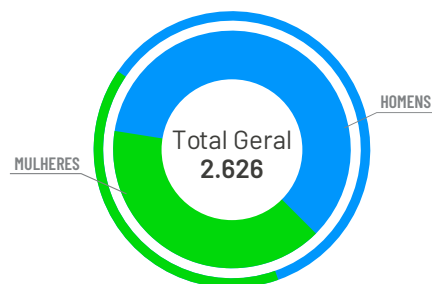
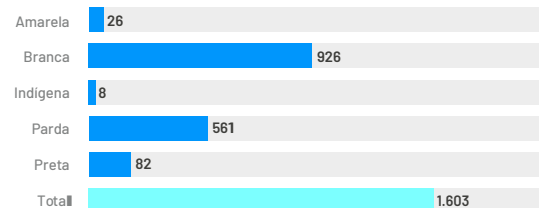
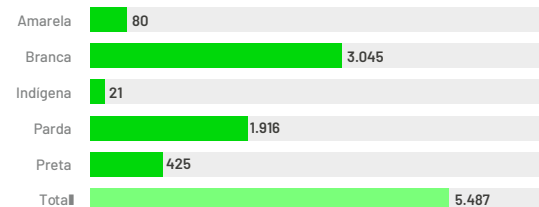
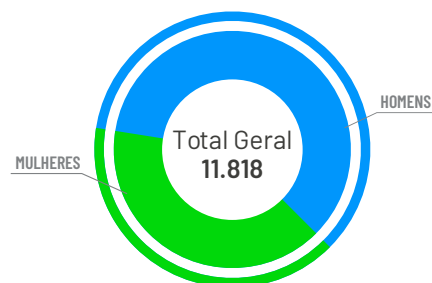
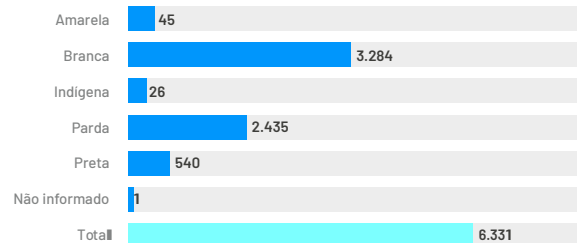


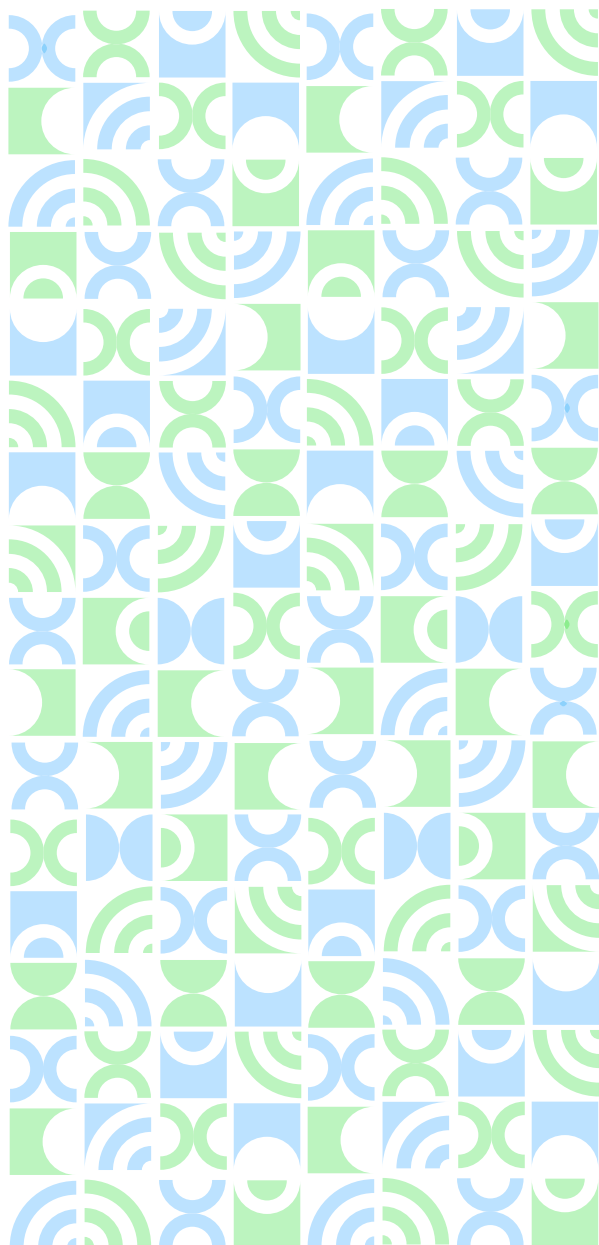
Gráfico 11 - Quantidade de CNE e SP por sexo e raça/cor

SERVIDORES CNE E SP DO SEXO FEMININO

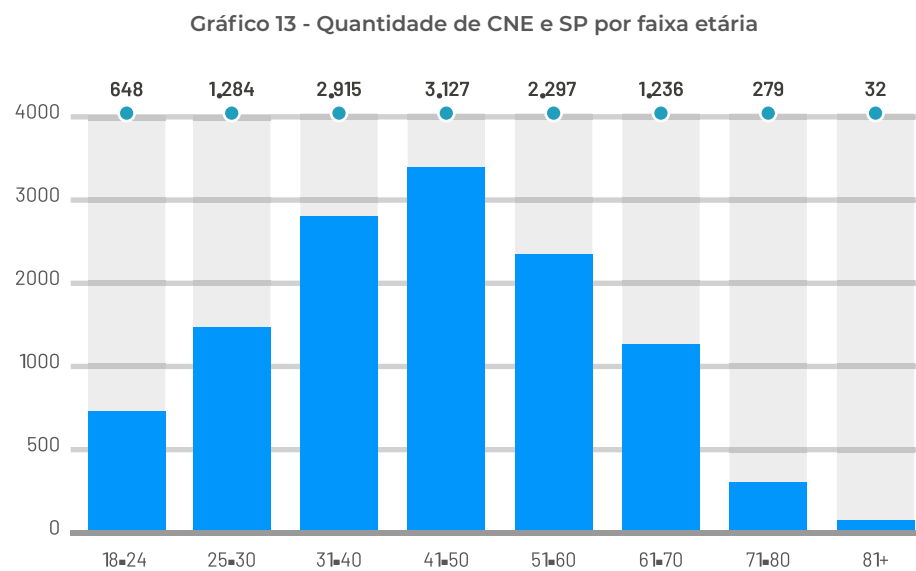
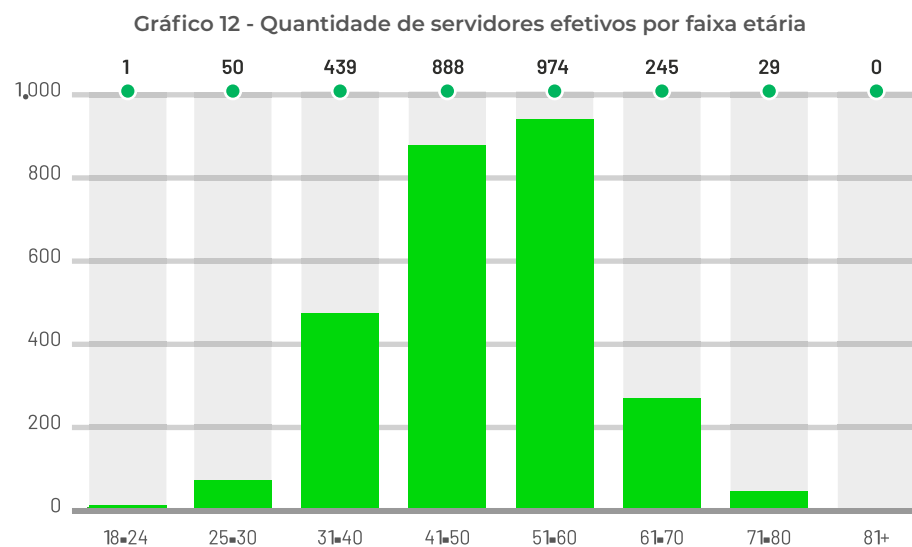


SERVIDORES COMISSIONADOS DO SEXO MASCULINO





a.6) Faixa etária



a.7) Escolaridade

Gráfico 14 - Quantidade de servidores efetivos por escolaridade

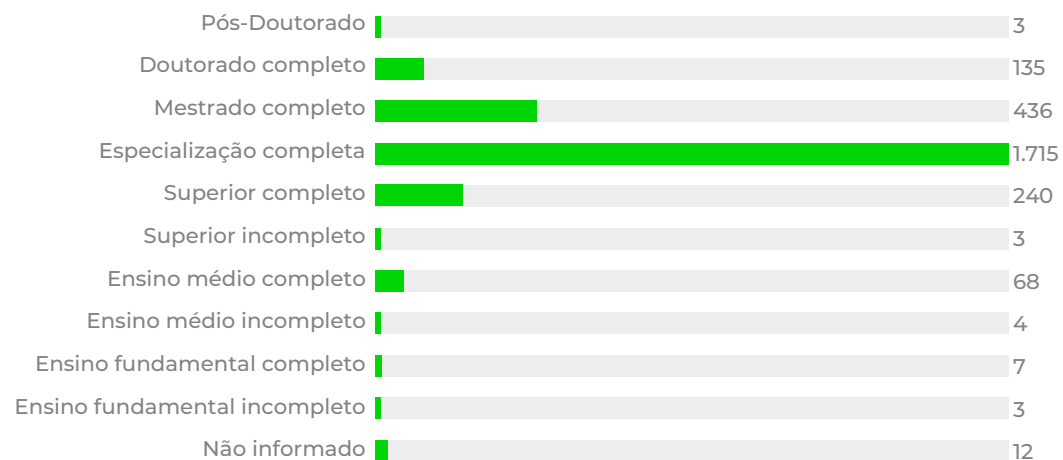


Gráfico 15 - Quantidade de CNE e SP por escolaridade

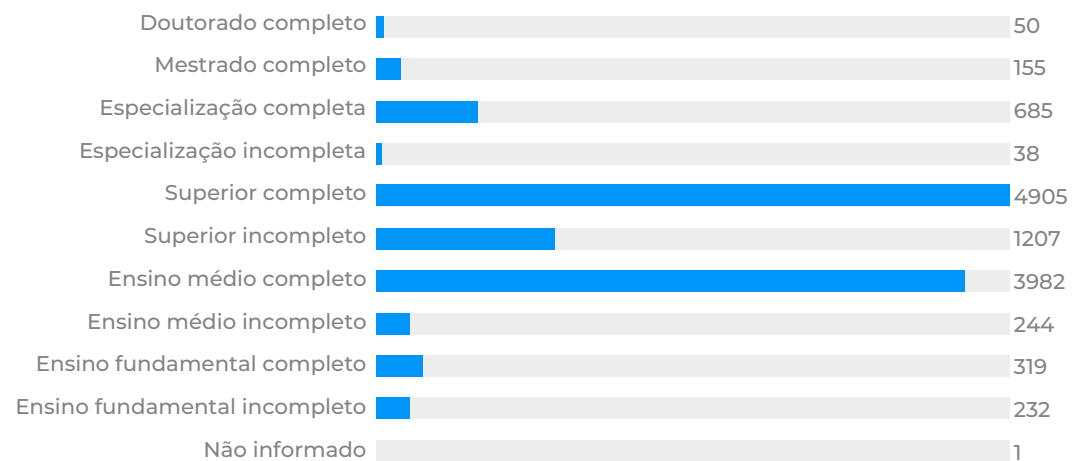


Foto: Ana Diniz/Câmara dos Deputados



4.2.2 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Em 2025, ingressaram 73 novos servidores aprovados em concursos públicos no cargo efetivo de Analista Legislativo, em diversas especialidades.

No que tange à alocação, foram realizadas entrevistas com os servidores recém-empossados na Câmara, bem como elaborados os respectivos perfis psicográficos com vistas à adequada lotação.

4.2.3 Ações voltadas à gestão de pessoas

Na área de gestão de pessoas, foram realizadas ações em diversas frentes: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, orientação em dependência química, adaptação funcional, preparação para aposentadoria, promoção da atividade física, apoio à lotação de pessoal, pesquisa de clima organizacional, prevenção e combate ao assédio moral e sexual, apoio e acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e concessão de homenagens aos servidores e colaboradores em celebração ao mês do servidor.

No que diz respeito ao bem-estar das pessoas, foi finalizada a consolidação dos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação no Trabalho de 2024 com a divulgação do relatório geral, de 23 relatórios setoriais e de nove relatórios temáticos. Além disso, para fortalecer o compromisso com a promoção de um ambiente saudável, inclusivo e livre de violência, foi lançado o Guia Servidor Legal – Módulo I: **Combate ao assédio e à discriminação**, com informações detalhadas sobre conceitos, formas de lidar com as situações e unidades da Casa que tratam as ocorrências.

Em 2025, houve mais uma iniciativa para contribuir para o enfrentamento da violência doméstica, a partir da celebração do Acordo de Cooperação Técnica n. 179 de 2025, que assegura a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social, no percentual de 2% das vagas dos contratos de terceirização firmados pela Casa. A medida busca oferecer uma oportunidade de trabalho e autonomia econômica a mulheres em condição de vulnerabilidade econômico-social.

Figura 14 - Cerimônia de posse de novos servidores



Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Figura 15 - Divulgação aos servidores das políticas voltadas à gestão de pessoas

Quanto à formação e capacitação, em 2025, foram realizadas 139 ações educacionais para o público interno relacionadas aos temas: atuação legislativa e parlamento; gestão estratégica; aquisições e contratos; orçamento e finanças; dentre outros. Houve um total de 6.051 participações nessas ações educacionais. Na plataforma para ensino a distância [ELEVE](#) atingiram-se seis mil novos inscritos, perfazendo um total de 91 mil inscritos e 831.792 visualizações.

Destaca-se, ainda, o canal da [Escola da Câmara](#) no Youtube que registrou 3.400 novos inscritos, totalizando 36 mil usuários e 413.460 visualizações; o [Programa de Pós-Graduação](#), com o Mestrado Profissional em Poder Legislativo que possui conceito 5 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e a revista eletrônica [E-Legis](#).



Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

4.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

● CONFORMIDADE ●

Lei

[n. 8.666/1993](#)

[n. 10.520/2002](#)

[n. 14.133/2021](#)

Atos da Mesa

[n. 80/2001](#)

[n. 206/2021](#)

4.3.1 Panorama das contratações realizadas em 2025

A Tabela 2 apresenta as aquisições de bens e serviços realizadas durante o ano de 2025. A informação relaciona a quantidade de procedimentos e valores de acordo com cada tipo de modalidade de licitação ou aquisição direta realizada.

Tabela 2 - Contratações por modalidade de licitação

Modalidade	Quant.	Valor (R\$)
● Pregão	85	126.849.052,57
● Dispensa de licitação (demais incisos do art. 75 da Lei 14.133/21)	5	55.236.573,36
● Inexigibilidade de licitação	129	12.807.403,94
● Dispensa de licitação por baixo valor (incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/21)	84	1.185.560,05
● Outras	14	845.789,29

As licitações e aquisições diretas, além dos respectivos contratos e atas de registro de preços decorrentes, encontram-se à disposição da sociedade para consulta no [Portal da Câmara dos Deputados](#). O usuário poderá utilizar filtros e ordenar as informações desejadas.

Foto: Ana Diniz/Câmara dos Deputados

Em relação à racionalização nos contratos, ressalta-se a contratação de locação unificada, junção em apenas um contrato, realizada no início de 2025, de modo a proporcionar menores custos anuais com esse tipo de contratação, tendo em vista a obtenção de economia de escala, bem como a redução de custos administrativos com o gerenciamento desses contratos.

4.3.2 Contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

A partir da consulta ao Portal da Câmara dos Deputados é possível obter informações sobre os [contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra](#). Na página são listados os funcionários vinculados aos contratos vigentes. O interessado também tem acesso a informações e documentos referentes aos contratos ativos e finalizados.

Os principais dados sobre postos de serviço terceirizados estão contidos em cada um dos contratos disponibilizados na página [Recursos Humanos e Concursos](#). A partir desse caminho também é possível obter informações sobre a relação nominal dos funcionários, cargo, lotação, empresa contratante e o respectivo contrato.

Segue a distribuição do total de postos de trabalho e de valor anual dessas contratações por área de atuação:

Tabela 3 - Contrato por postos de trabalho

Área de atuação	Quant. de postos de trabalho	Valor anual (R\$)
Manutenção predial e de equipamentos	549	85.010.052,56
Comunicação Social	495	82.624.853,52
Informática	360	79.702.375,92
Limpeza e conservação	743	57.568.982,54
Vigilância e brigadistas	356	44.941.157,15
Apoio administrativo	416	27.714.615,96
Copa	288	19.961.147,52
Atendimento ao público	192	18.931.212,50
Transporte	127	13.948.172,40
Orçamentistas	65	12.745.785,11
Gráfica	71	7.041.386,40
Logística	83	6.284.606,64
Jardinagem	35	2.957.905,08
TOTAL	3780	459.432.253,30



Foto: Matheus Andrade/Câmara dos Deputados

4.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO

CONFORMIDADE

Ato da Mesa
n. 63/1997

4.4.1 Imóveis da União sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados

Há 467 imóveis da União em uso pela Câmara dos Deputados. A Tabela 4 apresenta o detalhamento desses imóveis:

Tabela 4 - Imóveis da União sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados

Classe	Tipo	Quant.	Local	Valor (R\$ mil)
Imóveis da União para uso administrativo	Edifício administrativo	6	Brasília	757.698
	Sala comercial	7		963
	Estacionamento	2		98.295
	Casa (Residência Oficial)	1		10.781
Imóveis funcionais da União para uso por parlamentares	Apartamento	447		852.705
Imóvel da União em uso pela Câmara registrado na unidade gestora SPU-DF	Apartamento	1		1.609
Imóveis da União em uso pela Câmara registrados na unidade gestora Senado Federal	Apartamento	3		8.945
Total de Imóveis		467	Total	1.730.996

Nota: Os valores dos imóveis de outras unidades gestoras foram informados pela SPU-DF.

4.4.2 Desfazimento de bens

O desfazimento de bens inservíveis da Câmara dos Deputados ocorreu por meio dos leilões listados na Figura 16:

Figura 16 - Relação de leilões para desfazimento de bens

- [Leilão 001/2025](#)
4.348 - Bens leiloados
R\$ 440.390,00 - Valor líquido arrecadado
- [Leilão 002/2025](#)
2.331 - Bens leiloados
R\$ 134.580,00 - Valor líquido arrecadado
- **TOTAL**
6.679 - Bens leiloados
R\$ 574.970,00 - Valor líquido arrecadado

4.5 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÕES

● CONFORMIDADE ●

Resolução CD
[n.18/1971](#)

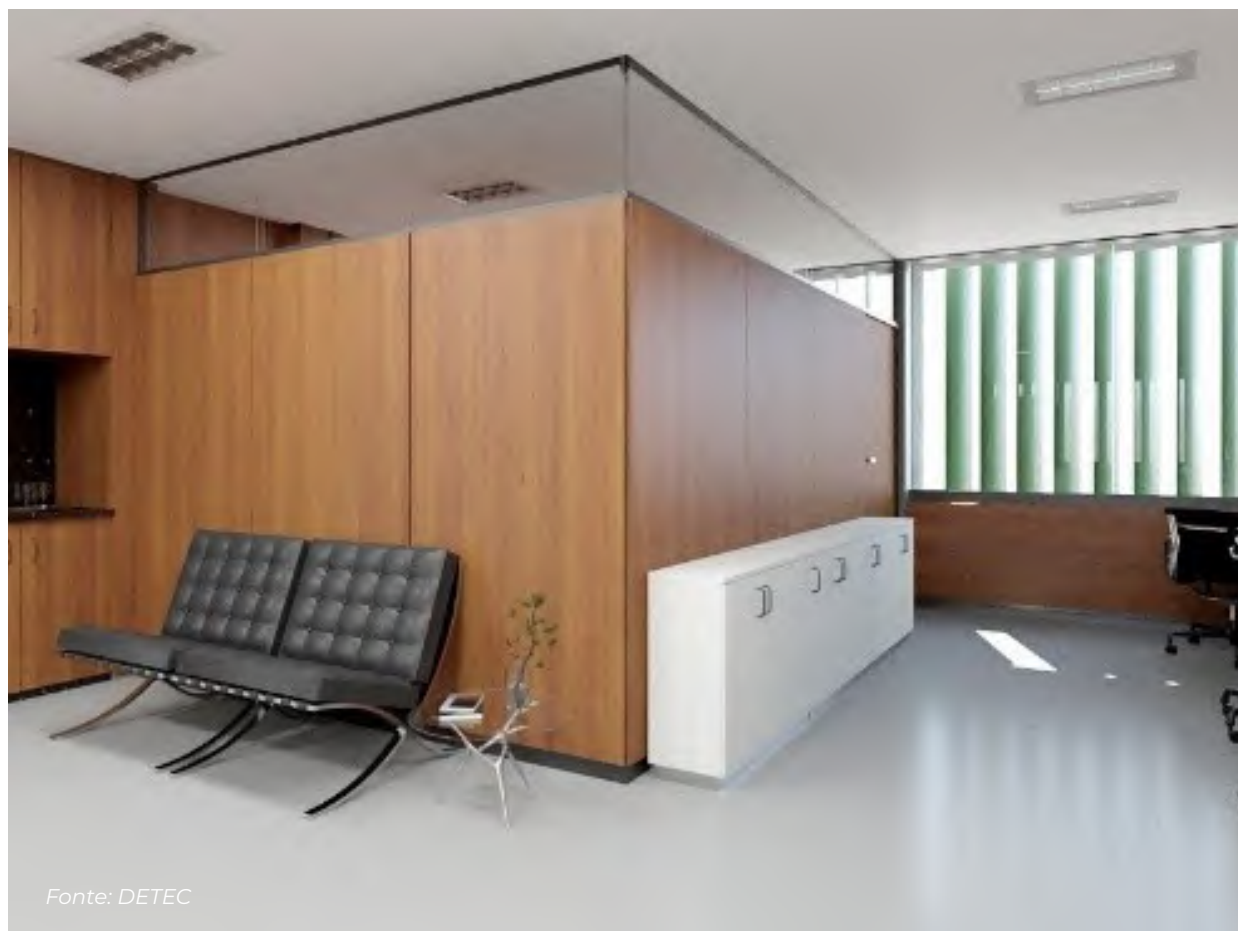
Ato da Mesa
[n. 61/2005](#)
[n.140/2014](#)
[n.154/2021](#)

Portarias
[n. 69/2007](#)
[n. 53/2018](#)

4.5.1 Preservação e conservação do patrimônio edificado

Em 2025, obedecendo às diretrizes de preservação do complexo arquitetônico e urbanístico definidas no [Ato da Mesa n. 154 de 2021](#), deu-se continuidade às intervenções no edifício Anexo III, iniciadas em 2020, visando a recuperação de suas instalações e espaços quanto aos aspectos de acessibilidade, de segurança contra incêndio e de qualidade do ar, da acústica e do mobiliário. Dos 85 espaços de escritórios, 26 foram concluídos e entregues no período.

Figura 17 - Projeto dos gabinetes



Fonte: DETEC

Figura 18 - Corredor dos gabinetes parlamentares do Anexo III



Fonte: DETEC

Figura 19 - Obras em gabinetes parlamentares do térreo do Anexo III



Fonte: DETEC

4.5.2 Segurança das pessoas e do patrimônio edificado

Algumas das edificações desse complexo arquitetônico são contemporâneas à inauguração de Brasília e, por isso, tombadas nas esferas cabíveis com os reconhecidos valores histórico e artístico. Nesse sentido, as intervenções necessárias para adequação de suas instalações devem ser projetadas de modo a conciliar a segurança do público em geral, tanto quanto possível, com a preservação do patrimônio cultural.

Em 2025, em continuidade ao plano de adequação das instalações prediais às normas contra incêndio, a instalação do novo sistema de detecção, alarme e combate a incêndio foi finalizada no edifício Anexo IV.

Ademais, houve significativos avanços nas obras de pressurização da escada do edifício Anexo I e de adequação do espelho d'água para comportar a reserva técnica de incêndio (RTI), com conclusão prevista para 2026.

Figura 20 - Obras de adequação do espelho d'água



Fonte: DETEC

Figura 21 - Teste de estanqueidade da nova impermeabilização



Fonte: DETEC

Figura 22 - Conclusão do sistema de impermeabilização e estrutura

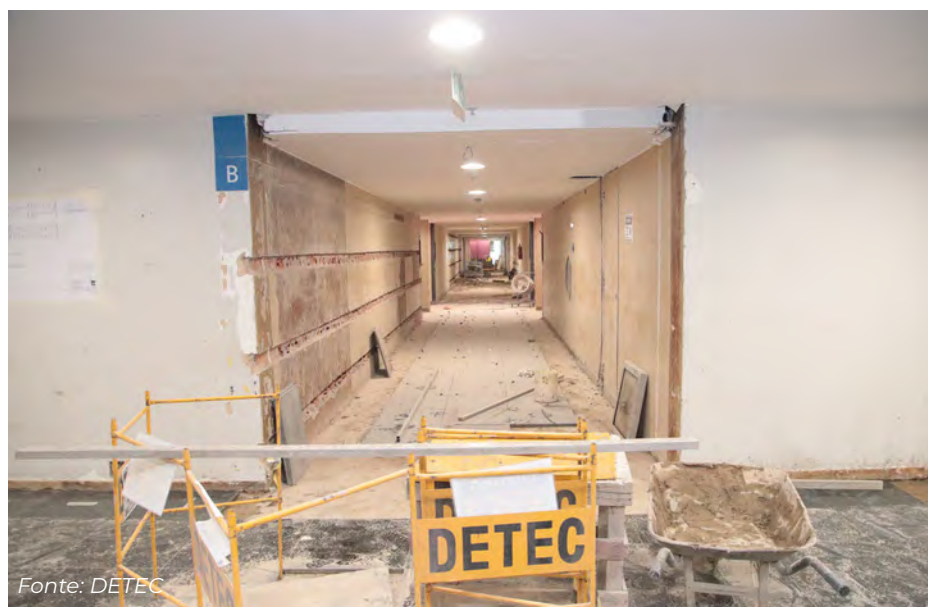


Fonte: DETEC

4.5.3 Cessão de espaço físico e imóvel da União

A cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados é regulada pelo [Ato da Mesa n. 61, de 2005](#) e, quando a cessão é onerosa, segue metodologia de cobrança regulamentada pela [Portaria da Primeira-Secretaria n. 69, de 2007](#). A relação dos [espaços cedidos e de seus usuários](#) está disponível no Portal da Transparência da Câmara dos Deputados e os valores arrecadados decorrentes dessa cessão constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe o inciso XV do art. 2º da [Resolução CD n. 18, de 1971](#).

Figura 23 - Revitalização dos corredores das Comissões – Ala B



4.5.4 Revitalização dos corredores das comissões

A revitalização dos Corredores das Comissões, localizados no Edifício Anexo II da Câmara dos Deputados, visa modernizar a infraestrutura da Casa para atender aos atuais padrões de funcionalidade, segurança e acessibilidade. Esta intervenção, objeto de projeto estratégico para o biênio 2025-2026, tem o objetivo de prover instalações adequadas ao exercício do mandato parlamentar e aprimorar a conservação das edificações, assegurando um fluxo de trabalho mais ágil e seguro para parlamentares e servidores, além de otimizar a experiência do público em um dos eixos de maior circulação da Casa.

A ação abrange melhorias de infraestrutura e estéticas em acabamentos e mobiliário, atualização da sinalização informativa e aprimoramentos estruturais no sistema de iluminação. A intervenção do corredor principal (Ala B) foi finalizada em meados de 2025, durante o recesso parlamentar. Já as intervenções nos corredores secundários (Alas A e C) iniciaram no final de 2025 e têm previsão de finalização até fevereiro de 2026.

Figura 24 - Preparação para colocação de novo revestimento





Figura 25 - Obras nos corredores das Comissões

Fonte: DETEC

4.5.5 Reforma dos apartamentos funcionais dos Blocos K e L da SQN 202

A Câmara dos Deputados enfrenta, há décadas, desafios relacionados ao estado de conservação dos 18 prédios funcionais sob sua administração e à insuficiência de unidades habitacionais para atender à demanda dos deputados federais. Esses imóveis, construídos há mais de 40 anos, nunca passaram por reformas significativas, resultando em deterioração progressiva e elevados custos de manutenção. Entre eles, os blocos K e L da SQN 202 encontravam-se desocupados e em avançado estado de degradação. Como parte de um projeto abrangente de reforma dos 432 apartamentos funcionais, a Câmara já revitalizou 216 unidades em nove blocos na SQN 302 e agora avança na modernização dos dois blocos da SQN 202.

A reforma dos blocos K e L, contratada por cerca de R\$ 100 milhões, prevê a entrega de 96 apartamentos reformados – 48 por bloco – a partir da divisão das 48 unidades originais em duas autônomas por apartamento. Essa duplicação aumentará o total de apartamentos funcionais na SQN 202, de 96 para 192, oferecendo moradias adequadas e modernizadas aos parlamentares. A medida reduzirá gastos com manutenção e auxílio-moradia, além de representar uma valorização patrimonial. Iniciada em 2024, as obras avançaram significativamente em 2025, alcançando patamares de execução da ordem de 30%, e marcam um importante passo na solução do déficit habitacional dos deputados federais e na preservação do

patrimônio da Câmara dos Deputados.

Para o detalhamento das informações acerca dessas intervenções, é possível ser feita a consulta no [Portal da Câmara dos Deputados](#).

Figura 26 - Obras apartamentos funcionais



Fonte: DETEC

Figura 27 - Obras apartamentos funcionais



Fonte: DETEC

Figura 28 - Obras apartamentos funcionais



Figura 29 - Obras apartamentos funcionais



Figura 30 - Obras apartamentos funcionais



4.5.6 Transporte

CONFORMIDADE

Resolução CD

[n. 20/1971](#)

Ato da Mesa

[n. 63/2005](#)

[n. 123/2013](#)

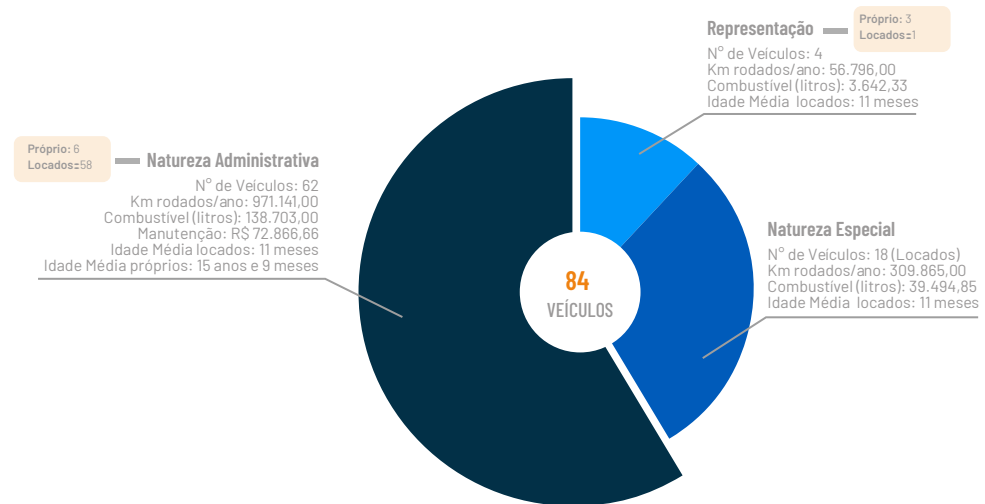
Portarias

[n. 151/2018](#)

Conforme o Ato da Mesa n. 63/2005, os veículos são classificados conforme as seguintes categorias de serviço:

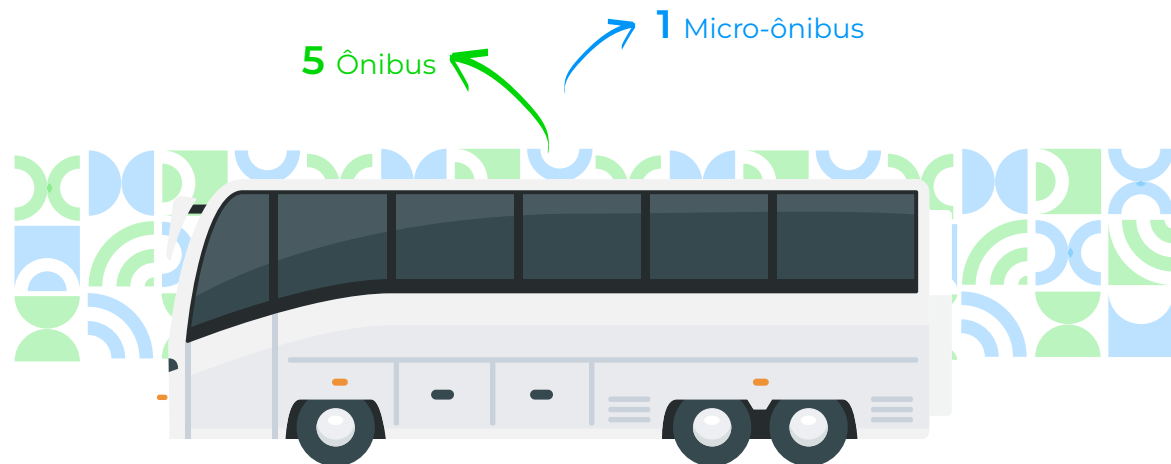
- representação: destinado ao presidente da Câmara dos Deputados e escolta;
- natureza especial: direcionados aos membros da Mesa Diretora, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria-Geral, Procuradoria Especial da Mulher, Conselho de Ética, Corregedoria Parlamentar, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa;
- natureza administrativa: designado para o apoio às unidades administrativas da Casa.

Figura 31 - Frota de veículos



Atendendo às normas relativas à acessibilidade nos veículos de transporte coletivo, determinadas pela [Lei n. 10.098/2000](#), pelo [Decreto n. 5.296/2004](#) e por normas correlatas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Câmara dos Deputados dispõe de cinco ônibus e um micro-ônibus, todos com sistema de acesso para pessoas com deficiência que prestam serviços à Casa conforme suas demandas.

Figura 32 - Veículos acessíveis

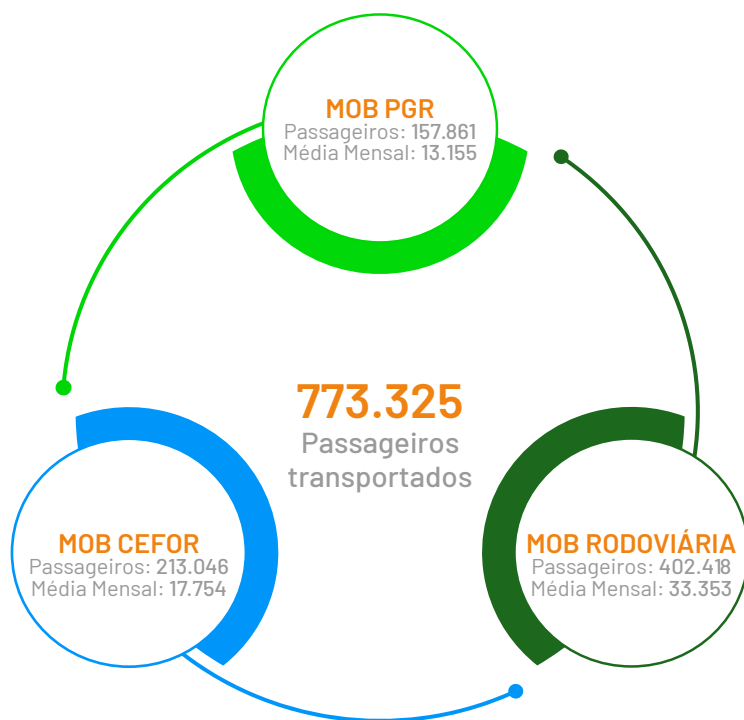


Além disso, a Câmara dos Deputados mantém o programa de mobilidade sustentável (MOB), com o propósito de diminuir o impacto do trânsito nas imediações da Esplanada dos Ministérios, proporcionando melhoria da segurança do veículo, economia de tempo no deslocamento e redução da emissão de poluentes no ar.

Assim, a partir de estacionamentos remotos, veículos autorizados transportam servidores e colaboradores até o Palácio do Congresso Nacional e anexos.

Ressalta-se que o número de passageiros transportados em 2025 aumentou 1,8% em relação ao ano de 2024.

Figura 33 - Mobilidade sustentável



O Táxi Leg continua sendo utilizado pela Câmara dos Deputados como serviço de agenciamento de transportes por meio de aplicativo ou via web. Em 2025, a média mensal foi de 377 utilizações, um decréscimo de 19,5% em relação ao que foi utilizado no ano anterior.



Foto: Ana Diniz/Câmara dos Deputados

4.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

CONFORMIDADE

Ato da Mesa

[n. 215/2017](#)
[n. 202/2025](#)
[n. 225/2025](#)
[n. 231/2025](#)

Atos do Presidente

[n. 7/2021](#)

Portarias

[n. 266/2016](#)
[n. 88/2019](#)
[n. 214/2020](#)
[n. 261/2020](#)
[n. 7/2024](#)
[n. 181/2025](#)
[n. 190/2025](#)
[n. 226/2025](#)
[n. 227/2025](#)

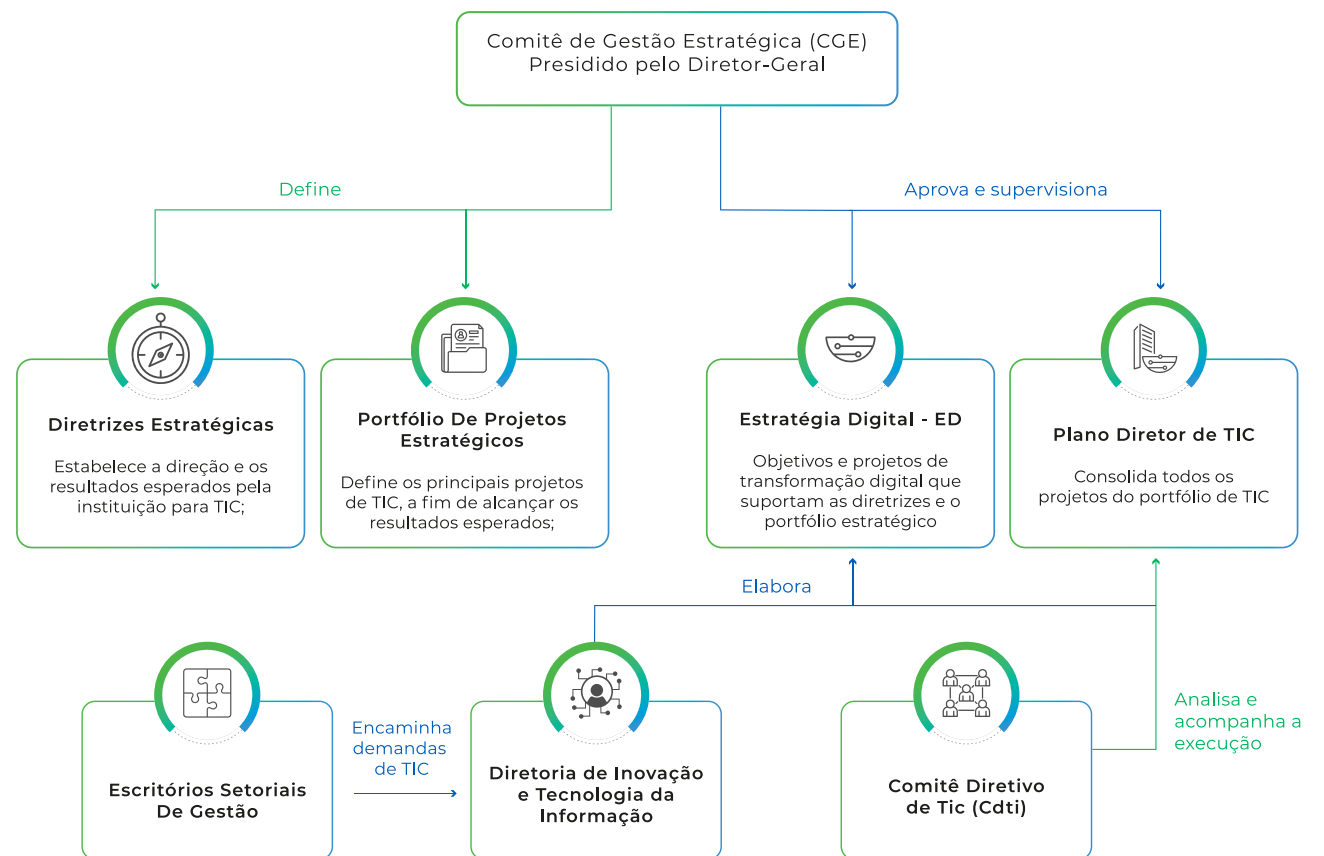
A gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação na Câmara dos Deputados é responsável por prover os serviços digitais e engloba as ações relacionadas à inovação, governança e planejamento, projetos, desenvolvimento de novas soluções digitais, sustentação de produtos, inteligência artificial, infraestrutura e suporte aos usuários.

4.6.1 Modelo de governança de TIC

A governança de TIC da Câmara dos Deputados, conforme [Ato do Presidente do CGE n. 7/2021](#), complementa o modelo de governança corporativa estabelecido pelo [Ato da Mesa n. 245/2018](#).

A governança de TIC estabelece a estratégia de TIC, alinhada à estratégia institucional, a fim de garantir que os resultados esperados pela instituição sejam alcançados, por meio de mecanismos de estrutura decisória, processos e relacionamentos que possibilitem avaliar, direcionar e monitorar as ações de TIC

Figura 34 - Modelo de Governança de TIC da Câmara dos Deputados



4.6.2 Estratégia digital 2025-2028

O avanço da transformação digital da Câmara dos Deputados impõe agilidade, integração de esforços e ousadia para inovar de modo simultâneo ao surgimento das mudanças tecnológicas, enquanto se redesenham os processos de trabalho e relacionamentos sustentados pelo arcabouço digital.

A [Estratégia Digital 2025-2028](#) (ED) está alinhada à Estratégia da Câmara dos Deputados 2025-2032, especialmente no atendimento às seguintes prioridades: plenário e reuniões das comissões; serviços aos Deputados; transparência e cidadania; gestão de pessoas e suporte organizacional. A ED é composta de sete objetivos estratégicos, que contêm ações voltadas ao alcance desses propósitos.

4.6.3 PDTI 2025-2026

Para permitir o alcance desses objetivos estratégicos, os projetos para este ciclo de dois anos constam no Plano Diretor de TIC (PDTI) 2025-2026.

Para a formação do PDTI 2025-2026, as áreas de negócio apresentaram suas demandas e, de acordo com a viabilidade e capacidade de atendimento, foram submetidas à apreciação do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (CDTI), e à aprovação do Comitê de Gestão Estratégica (CGE).

Figura 35 - Objetivos Estratégicos da Estratégia Digital 2025-2028 da Câmara dos Deputados





4.6.4 Inteligência Artificial na Câmara dos Deputados

A expansão da inteligência artificial da Câmara dos Deputados para o biênio 2025-2026 está focada no Programa Ulysses, cujo objetivo é utilizar algoritmos avançados e agentes de IA generativa, para modernizar e aprimorar o processo legislativo e a gestão interna da Casa. Desta maneira, o programa alinha-se ao Objetivo Estratégico 3 - Prover processos, plataformas e sistemas integrados que suportem a gestão e o aumento da eficiência digital da Casa”.

A implementação do programa Ulysses atende à garantia de práticas responsáveis e éticas em todo o ciclo de vida das soluções de inteligência artificial; visa à otimização de esforços e à promoção de reuso de módulos e agentes; promove o equilíbrio no desenvolvimento de novos sistemas de IA com monitoração e evolução contínua e o fortalecimento da cultura de uso seguro e confiável dessa tecnologia.

4.6.5 Segurança Cibernética

Para atender ao [Acórdão 1768/2022-TCU](#) para mitigação da probabilidade de ocorrência de ataques cibernéticos e robustecer a segurança digital, foi publicada a [Portaria n. 181/2025](#), que dispõe sobre a gestão de identidade digital e de acesso aos recursos computacionais no âmbito da Câmara dos Deputados alinhado ao Objetivo Estratégico 6 - Robustecer a segurança digital da Câmara dos Deputados”.

Com o intuito de sensibilizar e conscientizar os usuários da Câmara dos Deputados, a disseminação da cultura de segurança da informação e cibernética tem ocorrido por meio de campanhas de conscientização em 2025. Alguns dos temas abordados por essas ações foram: vishing; mídias removíveis; deepfakes e inteligência artificial; identidade digital mais segura; boas práticas em segurança cibernética; dia da segurança da informação: conhecimento também protege; e limpeza digital.

Com isso, os benefícios esperados são aumentar a consciência e maturidade dos usuários em segurança digital, além de reduzir as vulnerabilidades e os potenciais danos.

Foto: Matheus Andrade/Câmara dos Deputados

4.6.6 Principais produtos de TIC entregues em 2025

Alguns projetos já iniciados possuem previsão de entrega para 2026, outros avançaram com a atualização ou definição de arquitetura.

Uma parcela das soluções digitais entregues em 2025 faz parte do portfólio de projetos estratégicos e foram citadas no item [3.3 Resultados parciais e benefícios do Plano de Gestão 2025-2026](#). Apresentam-se, nos itens seguintes, outras entregas setoriais e estruturantes de grande valor para a Casa:

● Política de governança de inteligência artificial (IA)

Foi instituída pela [Portaria n. 227, de 2025](#), que define os princípios éticos, diretrizes e responsabilidades para o uso, o desenvolvimento, a contratação e a implantação de soluções de IA na Câmara dos Deputados.

A política considera todo o ciclo de vida dessas soluções e estabelece cuidados relacionados à gestão de riscos, à transparência, à proteção de dados, à supervisão humana e à responsabilização, de forma a garantir o uso seguro, responsável e alinhado aos objetivos institucionais e ao interesse público.

● Política de Governança de Dados

Instituída pela [Portaria n. 226, de 2025](#),

que define diretrizes e processos para o gerenciamento dos ativos de dados da Câmara dos Deputados, abrange todo o ciclo de vida da informação e de todas as unidades administrativas.

A iniciativa fortalece a organização, a segurança, a padronização e o uso estratégico dos dados, contribuindo para a eficiência institucional.

● Confiança Digital – Implantação de programa de educação em segurança cibernética

O programa consiste na produção e divulgação de materiais de conscientização em segurança da informação e cibernética nos canais da Câmara dos Deputados, ampliando o alcance das orientações sobre uso seguro de recursos digitais.

As campanhas visam o fortalecimento da cultura de segurança ao reforçar boas práticas no dia a dia, ao apoiar a redução da exposição a golpes direcionados aos usuários e ao incentivar comportamentos mais prudentes durante o acesso a sistemas e informações da Casa.

Na Figura 36, são apresentados os exemplos de campanhas realizadas em 2025.

MESMO EM FESTAS SÓ PARA CONVIDADOS, PODEM APARECER **PENETRAS.**

Pendrives, HDs externos e cartões de memória facilitam o dia a dia, mas também podem trazer **convidados indesejados**. Dispositivos infectados com **vírus** e **malware** corrompem arquivos, expõem dados e comprometem toda a rede.

Use mídias confiáveis, antivírus atualizados e evite conexões duvidosas. Dê preferência à nuvem corporativa.

Intrusos? Nem pela porta dos fundos.

Saiba mais **aqui**.



Figura 36 - Campanha de Segurança Cibernética

● **Fluência em dados e IA**

O fortalecimento da cultura de dados na Câmara dos Deputados, focado em capacitações e conscientização sobre governança, qualidade e uso ético de dados e IA para servidores, de cinco departamentos/diretorias da Casa, ocorreu pela realização de: workshops para levantamento de necessidades relacionadas à cultura de dados; cursos de Ensino a Distância (EAD) voltados à proteção de dados pessoais, governança e visualização de dados; e treinamentos presenciais de análise de dados e Power BI.

● **Acessibilidade Digital**

A iniciativa integra um programa institucional mais amplo voltado à acessibilidade digital, cuja fase inicial está concentrada na área de tecnologia. Nessa etapa, foram realizadas as seguintes entregas: definição de diretrizes; mentorias de capacitação junto aos desenvolvedores; a capacitação dos designers; a contratação de licenças para testes automatizados mais aprofundados.

Houve ainda o lançamento do Portal UX, com conteúdo sobre acessibilidade digital, além de iniciada a inclusão de pessoas com deficiência nos testes de acessibilidade, fortalecendo a qualidade, a inclusão e a aderência dos sistemas às necessidades reais dos usuários.

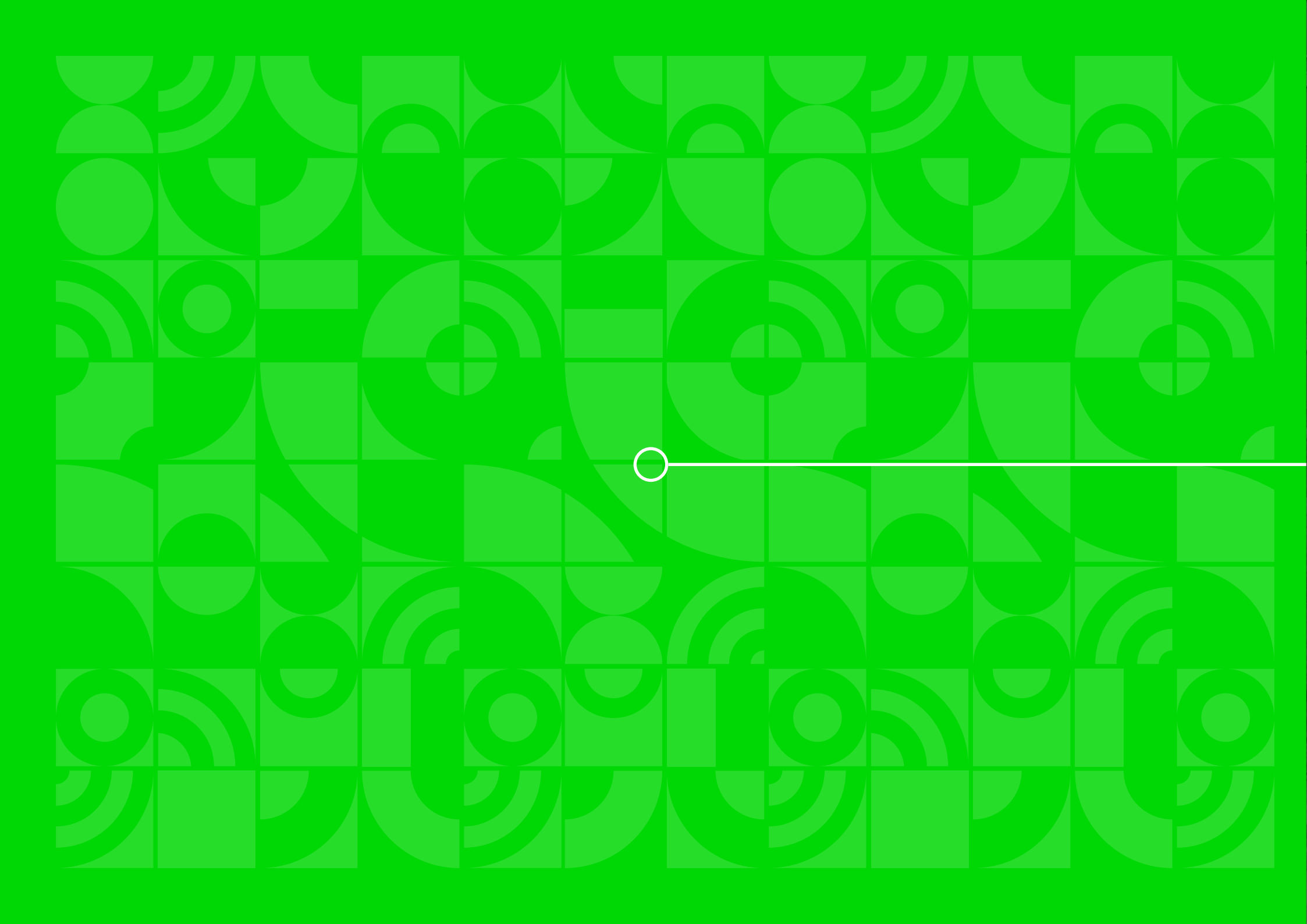
4.6.7 OUTRAS AÇÕES DE TIC

Foram realizadas as seguintes ações de TIC:

- automação da trilha de auditoria para certificação da conta de contribuição patronal INSS e RPPS;
- expansão do WebCâmara para novos locais de transmissão ao vivo da TV Câmara para o YouTube, provendo os computadores (encoders) com placas de captura de vídeo para processamento do sinal e a construção da infraestrutura de ligação entre os datacenters;
- condução de oficinas de ideação e modelagem para alunos do ensino médio e seus professores, garantindo o foco na inovação e na experiência dos participantes para o projeto do desafio cultural e educacional, dentro das ações de comemoração dos 200 anos da Câmara dos Deputados;
- instalação de novos totens nos corredores das comissões com aplicação que permite ao deputado registrar sua presença biométrica nas diversas reuniões que estejam acontecendo nas comissões, sem a necessidade de se deslocar para cada uma delas; e
- implantação de novas funcionalidades do Sistema de Rede Legislativa de Rádio e TV Digital, voltadas para a gestão de canais, a gestão de contatos e a gestão de tabelas de apoio do novo Sisrede, a fim de garantir o cumprimento de prazos e controles legais.



Foto: Matheus Andrade/Câmara dos Deputados





ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE

ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE

5.1 ACESSIBILIDADE NA CÂMARA

Para garantir que a Câmara dos Deputados seja uma instituição acessível e inclusiva, capaz de permitir a participação de visitantes, internautas e telespectadores, bem como a realização do trabalho por deputados, servidores efetivos, cargos de natureza especial, secretários parlamentares, estagiários universitários, menores aprendizes e funcionários de postos de trabalho com deficiência em condições de igualdade com os demais colaboradores sem deficiência, as ações de acessibilidade e de inclusão vêm sendo desenvolvidas desde 2004.

Tabela 5 - Total de pessoas com deficiência em atividade em 2025, posição em 31/dez/2025

Categorias funcionais da Câmara dos Deputados	Quantidade de pessoas com deficiência por categoria funcional
Deputados	05
Servidores efetivos	89 68 (autodeclarados) + 21 (fora da cota)*
Cargos de natureza especial	06
Secretários parlamentares	04
Estagiários universitários	18
Pró-adolescentes	10
Funcionários de Postos de Trabalho	65
Total	197

Obs: *Fora da cota – são pessoas com deficiência que ingressaram na Casa fora do percentual de vagas destinadas às pessoas com deficiência.

A gestão da acessibilidade estabeleceu seis linhas de atuação: i) acessibilidade física; ii) acessibilidade de comunicação; iii) acessibilidade tecnológica; iv) sensibilização e capacitação;



Foto: Ana Diniz/Câmara dos Deputados

v) interação externa; vi) inclusão social.

No ano de 2025, as ações já disponibilizadas anteriormente, por meio de produtos e serviços acessíveis, continuaram sendo realizadas em parceria com os diversos departamentos da Casa.

Dentre as recentes ações inovadoras de 2025, destacam-se:

- a realização de 72 planos de atendimento em acessibilidade de colaboradores com deficiência para manutenção de condições dignas no ambiente de trabalho;
- oferecimento, pelas portarias da Câmara, de cordão de fita com desenhos de girassol para identificação de colaboradores e visitantes com deficiência oculta nas dependências da Casa;
- disponibilização de protetor auditivo para pessoas com sensibilidade auditiva;
- capacitação das equipes de recepção das portarias e da visitação institucional para o atendimento de pessoas com deficiência oculta;
- instalação de mapa tátil no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor);
- construção de seis sanitários acessíveis, sendo um no 10º andar do Anexo IV, três no térreo do Anexo III e dois no pavimento superior do Anexo III;
- obras de reforma e adaptação no Auditório Nereu Ramos iniciadas em meados de dezembro/2025, para instalação do aro magnético (sistema de escuta assistida para pessoas que utilizam aparelhos auditivos);
- construção de área para estacionamento de pessoas em cadeiras de rodas ou triciclos motorizados e assentos para seus acompanhantes, e adequação da rampa de acesso ao palco.

As demais ações de acessibilidade podem ser consultadas em [principais resultados](#) na página da Acessibilidade no Portal da Câmara dos Deputados.

I - Acessibilidade Física

Figura 37 – Obra para reforma e adaptação em acessibilidade no Auditório Nereu Ramos

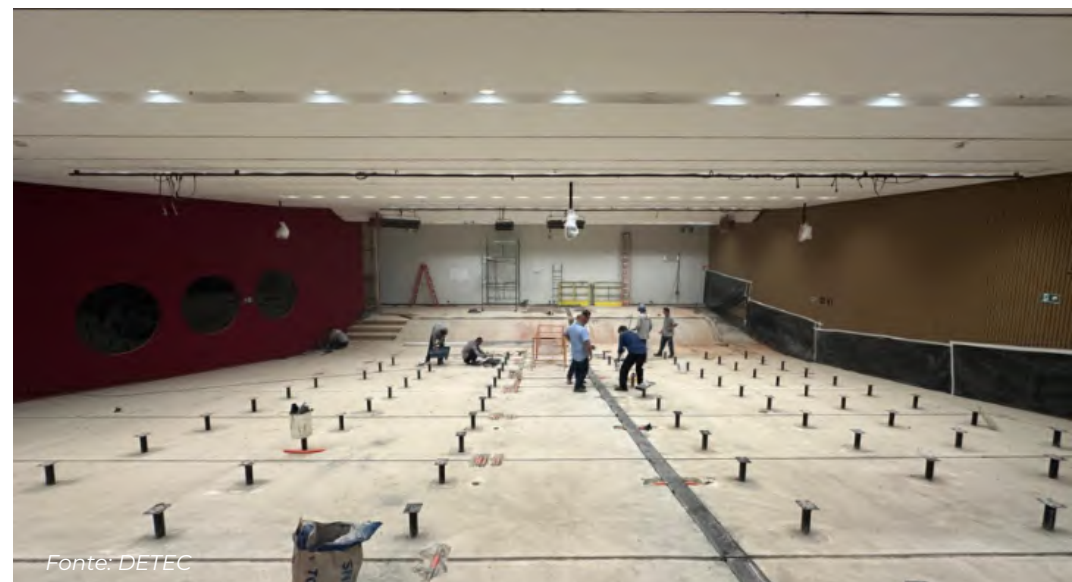


Figura 38 – Obra para reforma e adaptação em acessibilidade no Auditório Nereu Ramos





Figura 39 – Campanha de sensibilização sobre o atendimento a pessoas com deficiência oculta



II - Acessibilidade de comunicação

Dentro deste escopo, podem ser exemplificadas as seguintes ações:

- sensibilização sobre atendimento a pessoas com deficiência oculta;
- instalação de mapa tátil no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor);
- distribuição de 112 cordões de fita com desenhos de girassol distribuídos a visitantes e colaboradores com deficiência oculta;
- publicação de 26 e-books no formato acessível ePub com texto alternativo em todas as imagens;
- tradução/interpretação de Libras de 267 horas e 30 minutos em eventos legislativos ou institucionais presenciais, virtuais ou híbridos, tais como audiências públicas, reuniões deliberativas, sessões solenes, seminários, palestras, debates, cerimônias e aulas;
- disponibilização de 17 horas de audiodescrição em eventos legislativos presenciais;
- transmissão de 1.335 horas e 14 minutos de audiodescrição transmitidas na programação da TV Câmara;
- transmissão de 2.442 horas e 15 minutos de Libras, pela TV Câmara, em sessões do Plenário Ulysses Guimarães, audiências públicas e reuniões das comissões;
- transmissão de 8.760 horas de legenda oculta transmitidas na programação da TV Câmara.

Figura 40 – Cartaz divulgação Carta de Serviços de Acessibilidade

MATERIAL EM LETRA PEQUENA

ACESSE A CARTA DE SERVIÇOS
DE ACESSIBILIDADE



MATERIAL EM LETRA AMPLIADA

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
OCULTA PODEM SOLICITAR SEU
CORDÃO DE GIRASSOL E/OU
PROTETOR AUDITIVO À RECEPÇÃO.





III - Acessibilidade tecnológica

Dentro deste escopo, podem ser exemplificadas as seguintes ações:

- adequação dos terminais do sistema de pauta eletrônica em 16 plenários de comissão para acesso à transmissão de legenda em tempo real gerada pela Plataforma Zoom e Libras (agosto/2025);
- atualização do navegador Chromium para a versão 113.0.5672.126-1 em 890 terminais de computador, instalados nos 16 plenários das comissões, com os objetivos de otimizar a performance técnica dos terminais de pauta eletrônica, melhorar o funcionamento nas transmissões de videoconferência e tornar possível o acompanhamento da legenda em tempo real, ambos por meio da ferramenta ZOOM;
- realização de testes de usabilidade da ferramenta Ulysses Chat com colaboradores com deficiência.

IV - Sensibilização e interação externa

Dentro deste escopo, podem ser exemplificadas as seguintes ações:

- quatro cursos de Libras para servidores (dois de nível básico, dois de nível intermediário);
- três turmas de recepcionistas foram sensibilizadas para atendimento de pessoas com deficiência oculta

V - Inclusão ao trabalho

Dentro deste campo de ações, foram realizados 72 planos de atendimento em acessibilidade para colaboradores com deficiência para acolhimento de necessidades individuais específicas no ambiente de trabalho, promoção de qualidade de vida laboral, inclusão e otimização do desempenho profissional.

5.2 SUSTENTABILIDADE NA CÂMARA

● CONFORMIDADE ●

Atos da Mesa

[n. 4/2011](#)
[n. 34/2015](#)
[n. 79/2019](#)
[n. 206/2021](#)
[n. 103/2023](#)

Portarias

[n. 336/2010](#)
[n. 227/2014](#)
[n. 251/2016](#)
[n. 53/2018](#)
[n. 1/2019](#)
[n. 164/2022](#)

Agenda 2030 da ONU

Objetivos do desenvolvimento sustentável

A Câmara dos Deputados tem a sustentabilidade como diretriz estratégica transversal aos seus processos de gestão, orientada pelos objetivos institucionais de sustentabilidade, estruturada no Plano de Logística Sustentável (PLS) e alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, da ONU. Em sua quarta edição, o [PLS 2024-2026](#) prioriza o monitoramento das ações previstas, bem como a manutenção dos avanços institucionais alcançados nos ciclos anteriores.

Os resultados apresentados para o exercício de 2025, especialmente quando comparados aos de 2019, último ano de funcionamento regular da Casa antes da pandemia de Covid-19, ainda indicam relevantes reduções nos níveis de consumo, conforme dados apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Painel de sustentabilidade

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2025x2019	2025x2023
Papel (resmas)	26.056	5.743	8.184	11.409	12.497	12.018	11.000	-58%	-8%
Impressões (pág)	22.022.233	6.281.275	6.678.276	10.024.708	11.582.017	9.706.177	9.890.961	-55%	2%
Garrafas descartáveis (un)	542.100	139.716	235.044	268.020	363.708	334.044	322.128	-41%	-4%
Água tratada (m3)	137.277	68.986	81.985	110.393	108.021	136.254	146.727	7%	8%
Copos descartáveis	6.932.200	2.242.900	3.581.300	4.307.400	5.514.400	5.508.600	5.357.900	-23%	-3%
Energia (kWh)	20.265.540	20.265.540	20.265.540	20.265.540	18.759.228	19.011.274	18.758.065	-7%	-1%
Combustível (Lt)	199.810	92.598	132.804	163.133	185.689	176.119	181.455	-9%	3%
Resíduos aterro (kg)	510.514	234.110	262.171	485.536	529.224	560.171	562.318	10%	0%
Produção de energia (kWh)				98.235	295.828	1.054.427	1.093.079	-	4%

O aumento no consumo de água decorreu, principalmente, da utilização de água potável para irrigação devido à desativação do poço profundo, em razão de obra nos espelhos d'água, bem como da maior ocupação de unidades administrativas, que resultou na ampliação da população fixa e, conseqüentemente, da demanda por recursos hídricos.

No âmbito do engajamento institucional, foram realizadas ações de sensibilização do público interno voltadas para o descarte

adequado de resíduos e o fortalecimento da cultura da sustentabilidade, com destaque para as gincanas de recolhimento de latas de alumínio e de resíduos eletroeletrônicos. Em complemento, foram promovidas visitas técnicas à Central de Cooperativas de Catadores e ao Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), entidade parceira da Casa que atua na logística reversa e desenvolve iniciativas de relevante impacto social.

Também foram ofertadas oficinas de compostagem e de reaproveitamento de

materiais, além de uma ação educativa direcionada aos adolescentes aprendizes do órgão.

Em alinhamento à sustentabilidade socioambiental foi reinaugurada a feira de produtos orgânicos da Casa, a Ecofeira, evento semanal que tem por objetivo a promoção de hábitos saudáveis, além do fortalecimento da agricultura familiar e da produção sustentável.

A Praça de Logística Reversa, ponto de coleta de resíduos com descarte diferenciado, foi reinaugurada em local estratégico e de elevada circulação de pessoas. No período, foram encaminhados à logística reversa 1,5 tonelada de resíduos eletroeletrônicos, pilhas e baterias, bem como 69,7 kg de resíduos plásticos em PVC (cartões e crachás) reinseridos no ciclo produtivo, com fomento à economia circular. Foi também promovida a destinação correta de 55,6 kg de medicamentos vencidos e de 15,8 kg de embalagens.

Quanto às parcerias institucionais, foi renovada por cinco anos a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Além disso, fortaleceu-se a Rede Legislativo Sustentável, iniciativa conjunta das Casas Legislativas Federais e do TCU, voltada ao fomento da gestão pública sustentável no âmbito do legislativo nacional e que reúne 69 instituições, entre câmaras municipais, assembleias legislativas e tribunais de contas estaduais e municipais e três entidades colaboradoras. A Rede promoveu uma transmissão ao vivo com especialista de um órgão federal para o compartilhamento de boas práticas na descarbonização da instituição, com alcance de 653 visualizações.

Nesse contexto, a V Conferência Nacional de Sustentabilidade no Poder Legislativo foi

realizada com representantes de todos os estados da Federação, e público de 156 participantes certificados.

Nas compras e contratações, a Câmara manteve o padrão alcançado em 2024, ao assegurar que 100% dos editais de licitação publicados no exercício incorporaram critérios objetivos de sustentabilidade, de natureza ambiental e/ou social. Ao todo, foram realizados 117 pregões eletrônicos com a inclusão de exigências sustentáveis, o que evidencia a adoção sistemática desses critérios como prática transversal consolidada nos processos de compras públicas da Casa e potencializa o uso do poder de compra como instrumento indutor de mercados produtivos mais responsáveis.

Em relação à eficiência energética, destaca-se a instalação da nova iluminação LED no Plenário Ulysses Guimarães, visando a uniformização da cor e redução do consumo energético.

Além disso, visando diversificar e potencializar o uso de energia limpa, destaca-se a contratação de veículos locados, elétrico e híbrido, em 2025. Como resultado, um veículo 100% elétrico e cinco veículos híbridos foram incorporados à frota locada.

Figura 41 – Visita à cooperativa de catadores de materiais recicláveis



Fonte: EcoCâmara

Figura 42 – Viveiro aberto – Ação de sensibilização e engajamento



Fonte: EcoCâmara

Figura 43 – Feira de produtos orgânicos da Casa, Ecofeira

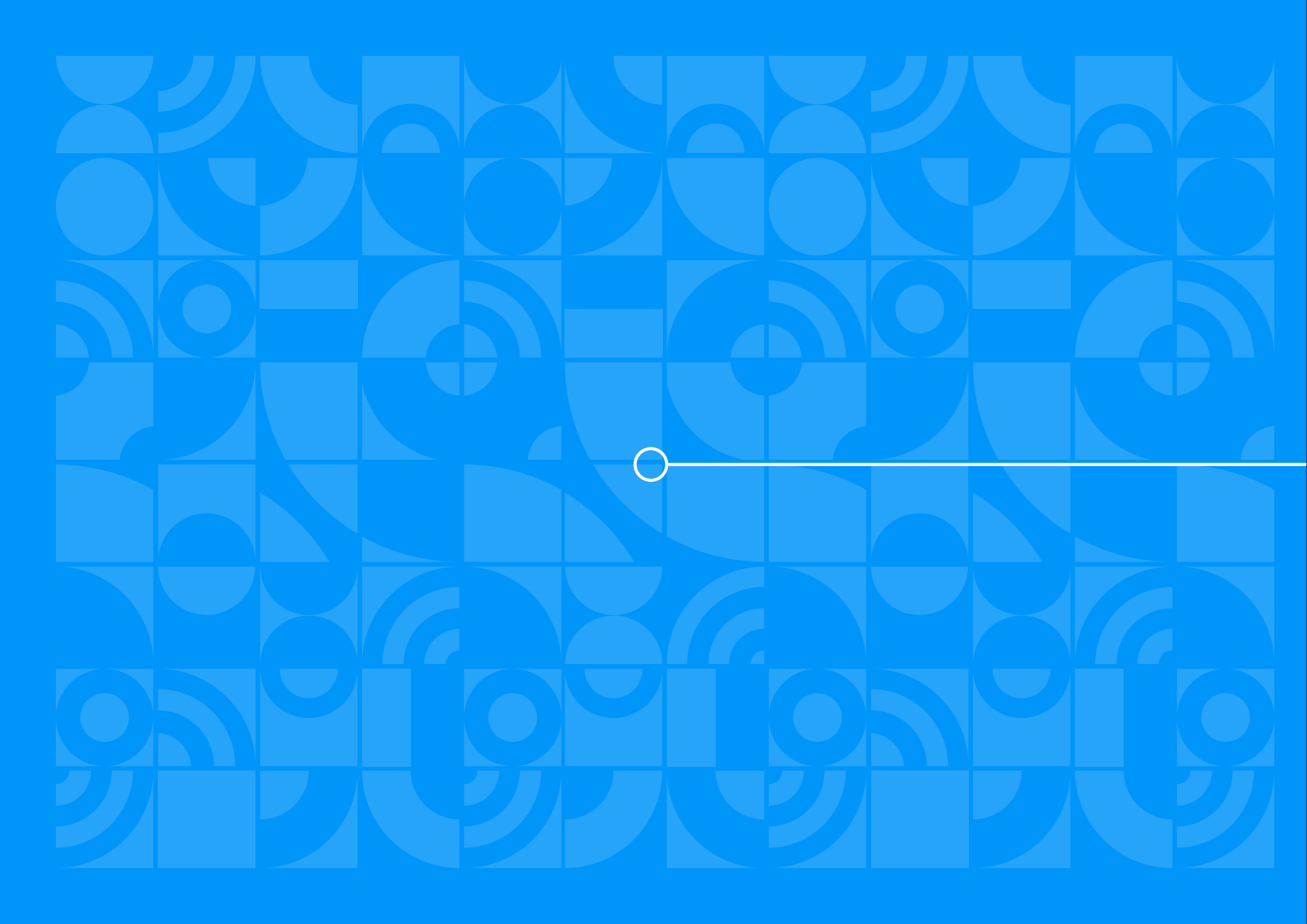


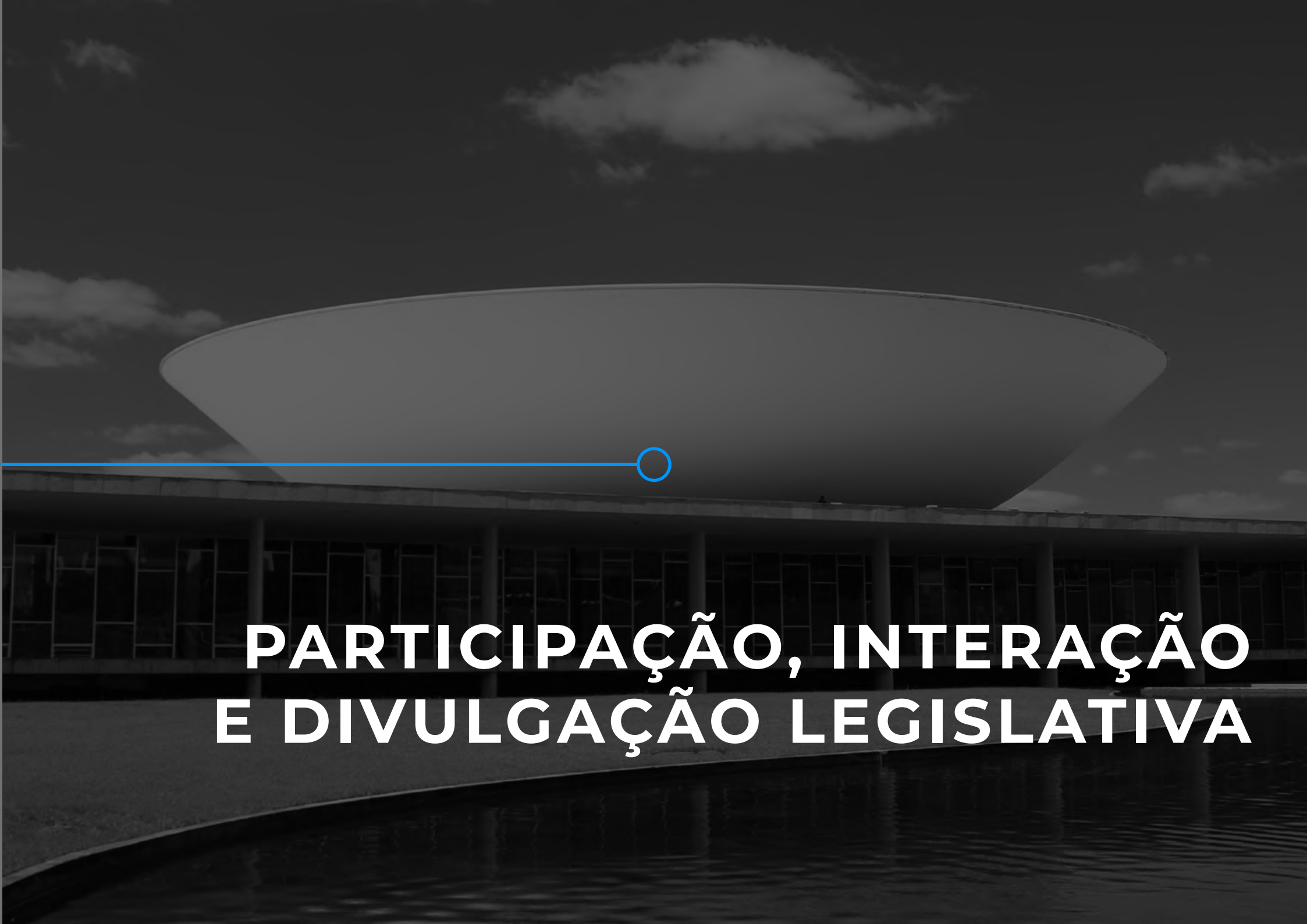
Fonte: EcoCâmara

No gerenciamento de resíduos sólidos, a Câmara manteve os monitoramentos periódicos da quantidade de materiais gerados, da qualidade da segregação na fonte, com foco na destinação ambientalmente adequada. Pelos dados obtidos, estima-se que aproximadamente 38,4% dos resíduos recicláveis gerados foram encaminhados às cooperativas de catadores que prestam serviços à Casa. Como medida de aprimoramento operacional, foram realizadas reuniões de alinhamento com as equipes responsáveis pela limpeza e coleta interna de todos os edifícios desta Instituição.

Foram ainda encaminhadas à compostagem 134 toneladas de resíduos orgânicos, provenientes do preparo dos alimentos nos restaurantes e lanchonetes da Casa, correspondendo a 100% desse tipo de resíduo gerado.

Como parte do processo de qualificação dos mecanismos de monitoramento institucional, o Painel de Sustentabilidade foi aprimorado e migrado para a plataforma Power BI, iniciativa que reforça a governança da informação e amplia o suporte analítico à tomada de decisão direcionada com base na gestão sustentável





PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA

PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA

6.1 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Câmara dos Deputados prioriza mecanismos de transparência que não apenas colocam dados à disposição da sociedade, como também organizam e traduzem a informação de maneira que ela se torne efetivamente acessível e compreensível.

Um desses instrumentos é a [Agência Câmara de Notícias](#), que, em 2025, completou 25 anos de atuação. Ao longo do ano, a Agência publicou 6.790 notícias e [16 páginas especiais](#) sobre assuntos em debate. O material pode ser reproduzido livremente pela imprensa, além de ser acessado diretamente pelo público no Portal da Câmara dos Deputados. A área de notícias é a mais acessada do portal, com 25,41% do total de 111.824.317 visualizações em 2025. Ao todo, o portal alcançou 29.051.944 usuários no ano.

Gráfico 16 - Portal institucional: áreas de conteúdo mais acessadas em 2025

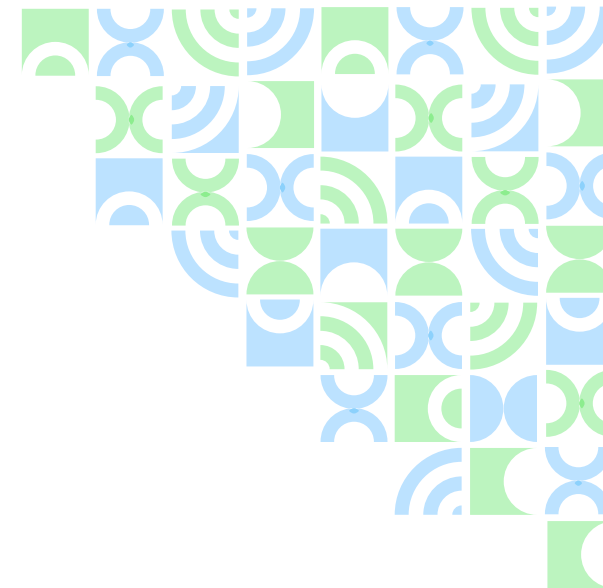
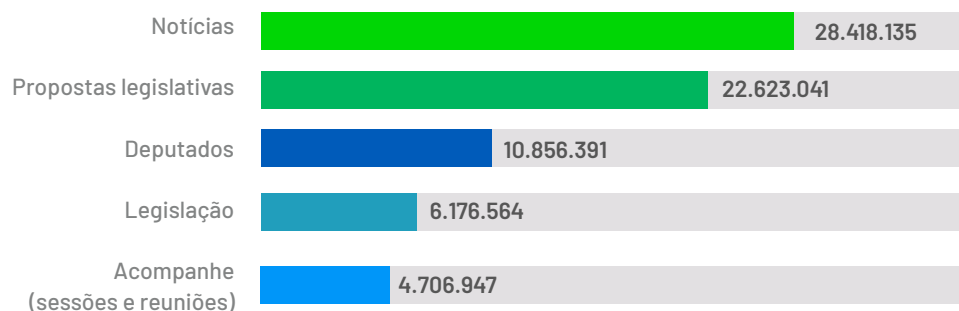


Gráfico 17 - Visualizações no Portal Institucional em %

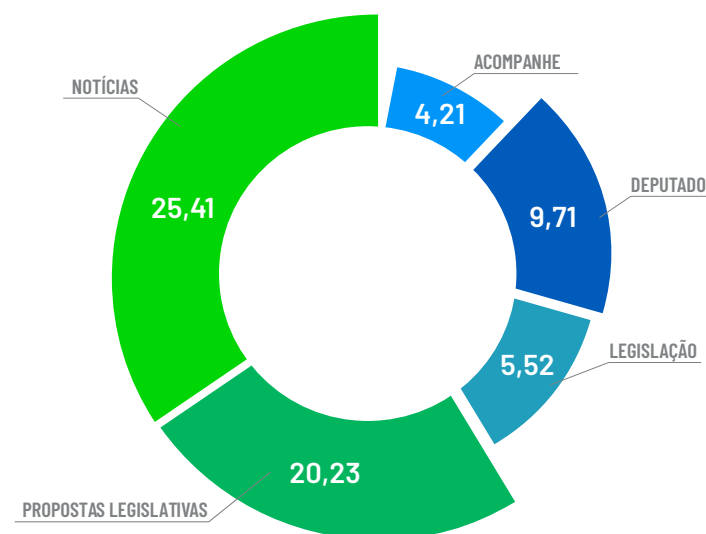


Figura 44 - Programa de Transparência Pública - selo Ouro



Fonte - Portal do TCU

Em 2025, a Associação dos Tribunais de Contas – Atricon, por meio de avaliação conduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), concedeu ao portal da Câmara dos Deputados o nível Ouro no Programa Nacional de Transparência Pública. A partir de melhorias em páginas e funcionalidades, o portal da Câmara atingiu 88,87% na avaliação.

Figura 45 - Premiados do Programa de Transparência Pública

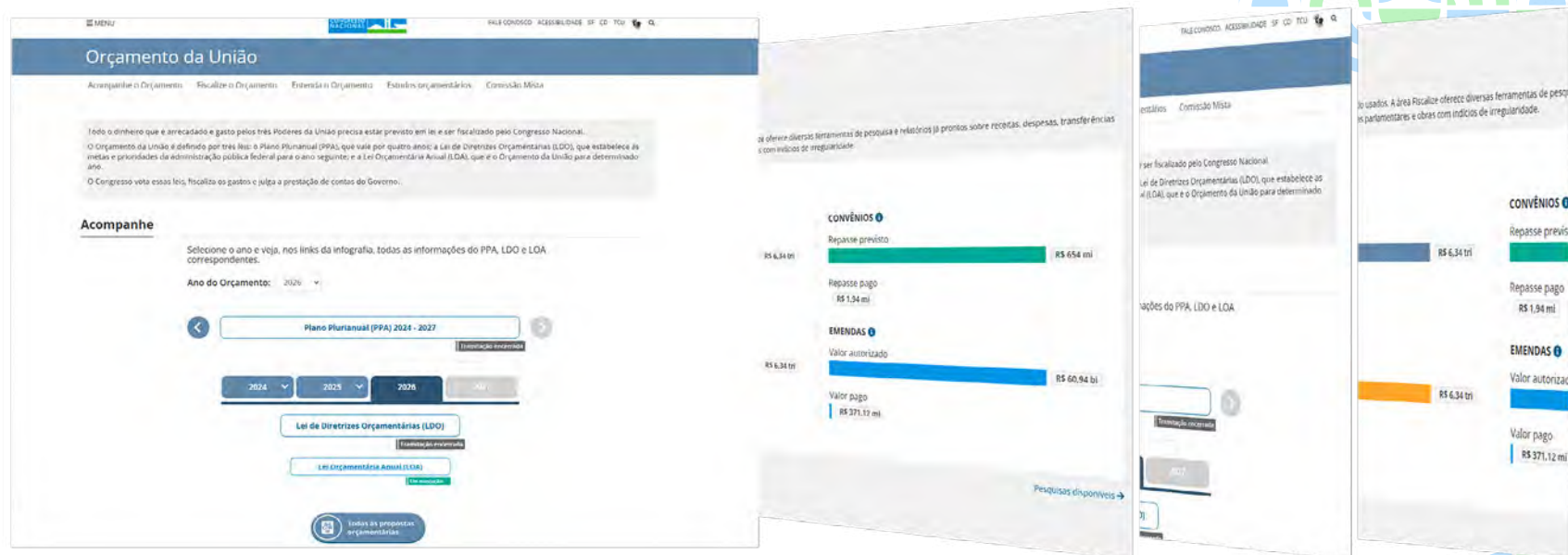


Fonte - Portal do TCU



Também em 2025, o [portal do orçamento do Congresso Nacional](#) ganhou uma nova versão para facilitar o acesso e a compreensão dos dados. Uma campanha envolvendo todos os canais da Câmara dos Deputados – Orçamento Aberto/Siga as emendas – destacou as informações sobre orçamento e emendas parlamentares.

Figura 46 - Portal do Orçamento do Congresso Nacional



Outros veículos próprios de comunicação atuaram para traduzir a atividade legislativa. Ao longo do ano de 2025, a Rádio Câmara veiculou 1.614 reportagens na Radioagência e 1.862 podcasts jornalísticos, incluindo campanhas informativas e 252 edições da Voz do Brasil.

Além da transmissão obrigatória da Voz do Brasil, o conteúdo da Rádio Câmara é reproduzido livremente em todo o Brasil por centenas de rádios parceiras. Já na TV Câmara, foram exibidas 1.797 reportagens, 613 programas de entrevistas e debates, além de 3.792 horas de transmissões do plenário e das comissões. Todas as reuniões legislativas são transmitidas ao vivo pela internet.

Em complementação à produção própria, a Rádio Câmara e a TV Câmara incluíram na programação, em 2025, conteúdos escolhidos por meio de um edital permanente para seleção

de obras audiovisuais. Os programas ampliaram a sintonia dos veículos com vozes diferentes em todo o país.

Nas contas da Câmara dos Deputados nas redes sociais, a representação da diversidade dos brasileiros e dos deputados, além do caráter informativo das publicações, foram reforçados em 2025, sempre buscando a transparência das atividades legislativas e a ampliação do acesso dos cidadãos, com adequação da linguagem às plataformas. Foram 18.538 publicações nas contas @camaradosdeputados no ano.

Entre os novos produtos, destacam-se as transmissões ao vivo (lives) das sessões de votação do Plenário e o videocast [Me Conta+](#), com entrevistas com deputados e especialistas, gravado no estúdio de vidro multimídia construído em frente ao corredor das comissões. Em especial no Instagram, o resultado foi o aumento no número dos seguidores (38%) e das interações (397%).

Tabela 7 - Alcance e seguidores das contas @camaradosdeputados em 2025

Rede social		Seguidores		Crescimento	
Canal	Alcance	31/12/2024	31/12/2025	Absoluto	Percentual
Instagram	12.518.536	232.448	319.856	87.408	38
Threads	446.026	55.018	64.660	9.642	18
YouTube	29.791.194	1.234.351	1.413.235	178.884	14
Bluesky	não informa	5.791	6.323	532	9
TikTok	1.229.393	120.043	127.873	7.830	7
Facebook	9.029.446	668.079	665.231	-2.848	-0,4

Os próprios critérios de divulgação adotados pela instituição ganharam mais visibilidade com a publicação da [Política de Comunicação da Câmara dos Deputados](#), em setembro de 2025. Entre as ações para sua implantação está a edição do [Manual de Comunicação da Câmara](#), em versão impressa e digital.



Foto: Depositphotos_238728452

6.2 INTERATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Além de garantir a transparência da atividade legislativa, um dos objetivos de 2025 foi aperfeiçoar e ampliar os canais de interação com os cidadãos. Para isso, a [página inicial do portal na internet](#) e a [página de serviços ao cidadão](#), foram reformuladas, como parte de um projeto estratégico da instituição, dando mais destaque para os serviços e possibilidades de participação.

Figura 47 - Página do portal institucional

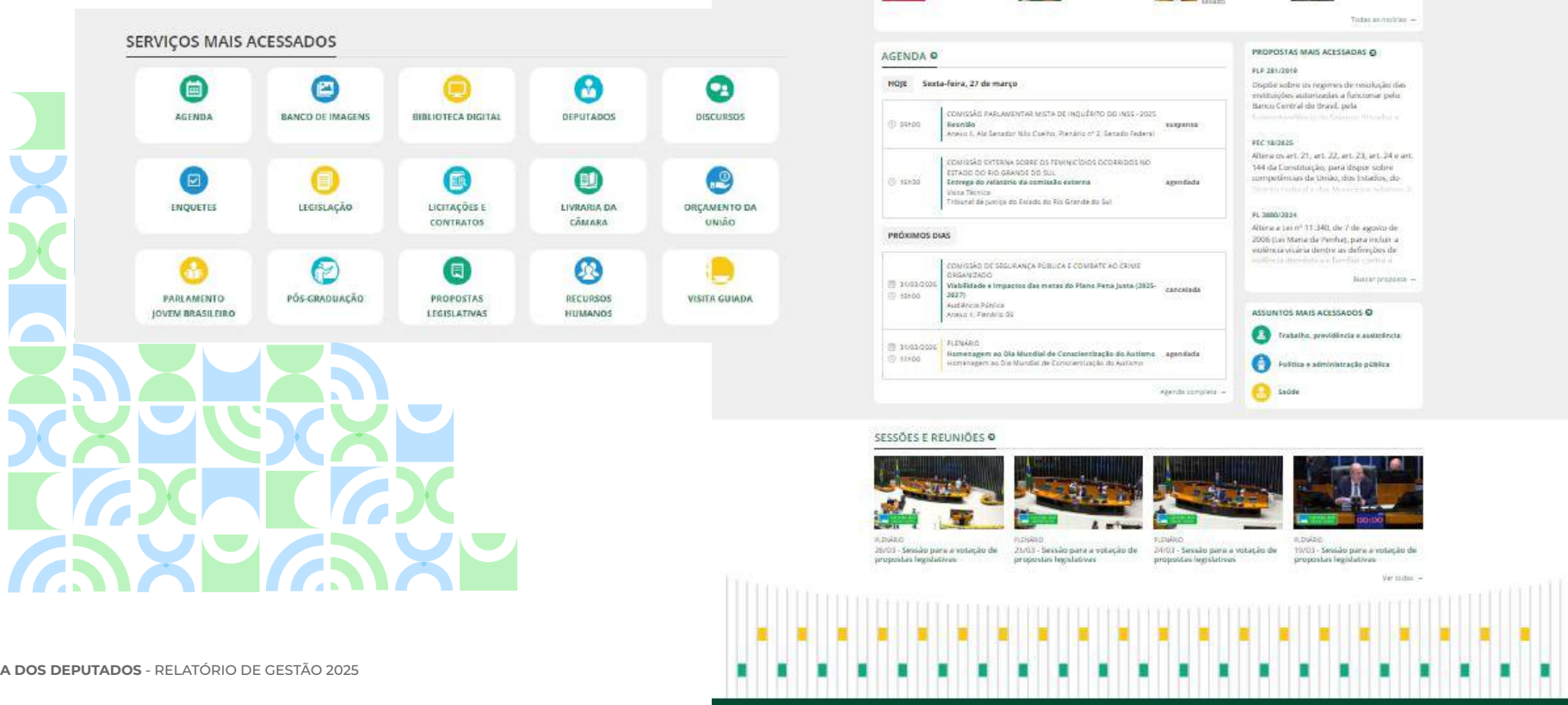


Figura 48 - Campanha canal de atendimento “Fale Conosco” pelo WhatsApp



Suzana:
Sobre o PL que aprova o aumento de salário do Conselho Tutelar de todo o Brasil, como está a aprovação?

Câmara dos Deputados:
O PL 2205/2025 está esperando a escolha de um relator na Comissão de Previdência e Assistência Social.

Fale conosco também pelo WhatsApp!
Envie sugestões, elogios, reclamações, opiniões ou solicite informações sobre a Câmara. Atendimento exclusivo por mensagens de texto.

(61) 3216-0000
Dias úteis | Das 8h às 19h

 **Acesse aqui**

APROXIMANDO A DEMOCRACIA DE TODOS OS BRASILEIROS



Em junho, a Câmara iniciou o atendimento do Fale Conosco pelo *WhatsApp* (61 3216-0000). O canal registrou 7.611 atendimentos em seis meses, superando o quantitativo do portal (6.734). Ao todo, somando-se os atendimentos pelo Disque-Câmara, foram 46.343 atendimentos ao cidadão.

A TV Câmara e a Rádio Câmara mantêm ainda canais de comunicação direta com o público por meio do *WhatsApp*. Pela ferramenta, os cidadãos podem enviar sugestões de pautas, comentários e perguntas.

Na TV Câmara, as transmissões ao vivo ampliaram o uso de QR codes, para permitir aos telespectadores votar em enquetes e acessar conteúdos no portal. No total, foram publicadas 10.098 telas interativas ao longo do ano.

As enquetes legislativas, um canal consolidado de interação, receberam mais de 492.220 votos e 16.445 comentários em 2025. Já as notícias do portal da Câmara tiveram 11.091 comentários. Foram realizados 297 debates interativos, com a participação de 1.005 cidadãos, 1.432 perguntas, 126.333 visualizações de página no portal e 384.817 visualizações no *YouTube* nos dias dos debates.

Além de relatórios produzidos internamente para acompanhar a participação popular e possibilitar a incorporação das contribuições dos cidadãos, a Câmara dos Deputados contratou, pela primeira vez em 2025, uma ferramenta para acompanhar as redes sociais, tanto nas contas institucionais como na repercussão de propostas legislativas em outras contas. Uma metodologia própria de análise foi desenvolvida.

Em 2025, foram ainda obtidos importantes avanços regulatórios e tecnológicos para a implementação do novo padrão de transmissão de TV 3.0 (DTV+), que vai permitir a incorporação de novos recursos de interatividade na televisão a partir de 2026. Técnicos da Câmara dos Deputados participaram do grupo de trabalho do Ministério das Comunicações que elaborou o novo padrão e das especificações do aplicativo para as emissoras legislativas em desenvolvimento com a Anatel.

6.3 ACESSO

Com o objetivo de ampliar o acesso às informações legislativas, a [Rede Legislativa de Rádio e TV Digital](#) iniciou uma nova fase de ampliação das transmissões de televisão aberta e gratuita em 2025, com a participação no Programa Brasil Digital, que levará o sinal de televisão a mais 400 cidades até o final de 2026. Em 2025, foram inauguradas oito estações de TV (Divinópolis – MG, Jacarezinho – PR, Luís Eduardo Magalhães – BA, Nova Andradina – MS, São Mateus do Sul – PR, Sapezal – MT, Venâncio Aires – RS, Tucuruí – PA) e três de rádio (Luís Eduardo Magalhães – BA, São Francisco – MG, Ourinhos – SP).

Em dezembro, o lançamento do livro [Interiorização da Rádio Pública](#) registrou a reflexão de pesquisadores de rádio do Brasil sobre a importância da rede legislativa para a comunicação no país.



Figura 49 - Rede Legislativa - dados

REDE LEGISLATIVA DE TV DIGITAL

128 milhões
de cidadãos alcançados
em 2.220 municípios



1.627 estações
em operação

REDE LEGISLATIVA DE RÁDIO

15 milhões
de cidadãos alcançados
em 75 municípios



30 estações
em operação

6.4 VISITAS GUIADAS E PÚBLICO INFANTO-JUVENIL

Casa onde os cidadãos são convidados a participar dos debates sobre as grandes questões nacionais, a Câmara dos Deputados recebe milhares de visitantes todos os dias, para acompanhar sessões no plenário, reuniões de comissões e outros eventos.

Além disso, um programa permanente recebe os cidadãos para visitas guiadas ao prédio do Congresso Nacional. Em 2025, foram 167.462 visitantes que percorreram o roteiro com informações históricas e cívicas. Novos recursos foram introduzidos para contemplar o público, como roteiros específicos sobre arquitetura e arte.

Em julho, no período de férias escolares, e em outubro, no mês das crianças, foram realizadas atividades especiais voltadas para esse público, que ganhou um espaço próprio no Salão Negro.

Em 2025 foi ainda realizada a terceira edição do Concurso Eu e a Lei, promovido em parceria entre a Rádio Câmara e o Programa Plenarinho para alcançar estudantes de 10 a 17 anos de todo o Brasil.

Espaço Plenarinho





6.5 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A Câmara dos Deputados desenvolve uma série de ações e de programas educativos que buscam disseminar conhecimentos sobre a democracia e o Poder Legislativo, para incentivar a aproximação entre Parlamento e sociedade.

Em 2025, foram promovidas duas edições bem-sucedidas do programa Estágio-Visita com a participação de 170 estudantes universitários. Adicionalmente, foi realizado um notável ciclo do [Projeto Politeia](#), que envolveu 214 participantes de ensino superior.

O programa infanto-juvenil Câmara Mirim recebeu 438 projetos de lei elaborados por estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental e contou com a participação de 14 instituições e 126 crianças e adolescentes na experiência de simulação parlamentar.

O [Portal Plenarinho](#) disponibilizou inúmeros jogos, quadrinhos, cartilhas e notícias para esse público relativos ao tema legislativo, e seu podcast, o Plenacast, chegou à sua quinta temporada, abordando temas como a regionalização dos conteúdos didáticos; saúde mental de educadores e educadoras; o perigo das bets para criança e jovens; além de oferecer mais uma edição especial da cartilha sobre as mulheres brasileiras inspiradoras.

Pelo segundo ano, o Plenarinho é finalista da competição SBGames, o maior evento

acadêmico de jogos e entretenimento digital da América Latina, com dois jogos diferentes. Foi inaugurado um espaço exclusivo para recepcionar as crianças com atividades como: desenho, jogos, pinturas e contação de histórias, durante a visita institucional aos finais de semana.

O [Portal EVC – Onde Educação Vira Cidadania](#), um espaço de aprendizagem que busca ampliar o acesso a conteúdo sobre política, cidadania, democracia e o papel do Poder Legislativo, contabilizou 66.778 visualizações e registrou 35.316 usuários, em 2025.

A formação para vereadores no programa [Intercâmbio Legislativo](#) recebeu 120 participantes, que tiveram a oportunidade de conhecer de perto os trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados e participar de formação em temas relevantes para a vereança. Nessa edição, para apoiar os parlamentares municipais no exercício constitucional das funções e no enfrentamento dos desafios diários, a Câmara publicou o livro [Vereadoras e vereadores: guia prático para uma mandato eficiente](#) com orientação para atuação eficaz e conectada à sociedade.



Foto: Fábio Chamon/Câmara dos Deputados

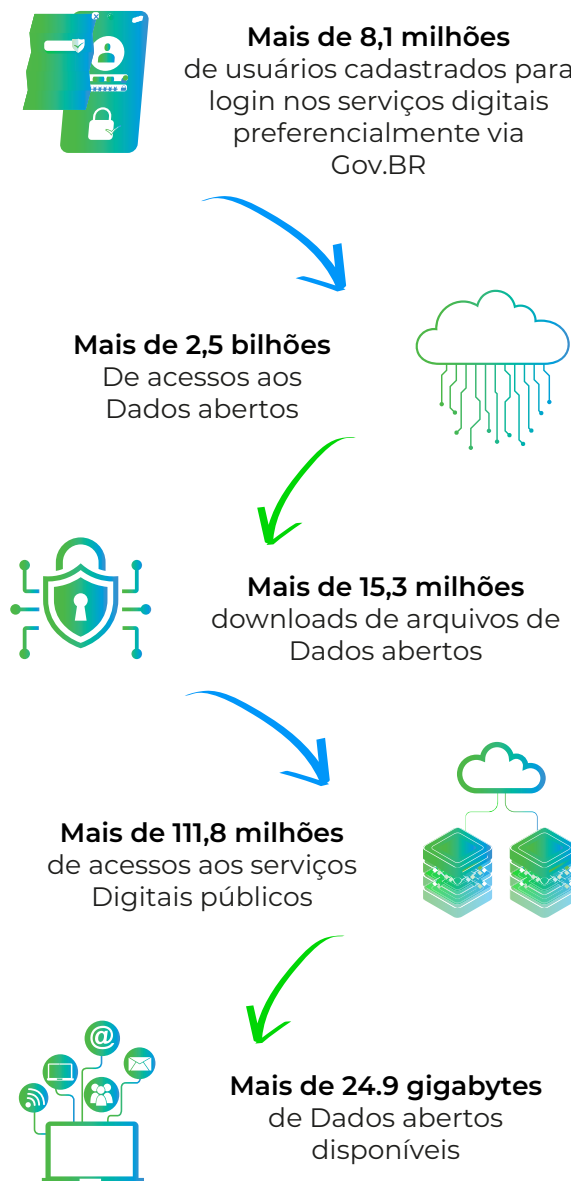
6.6 TRANSPARÊNCIA

A Câmara dos Deputados promove a transparência de forma abrangente, com o objetivo de assegurar a integridade e ampliar o acesso às informações legislativas. Essa prática fortalece a participação da sociedade, aprimora os mecanismos de governança e contribui para a elaboração de políticas públicas mais eficazes.

No Portal da Câmara, a seção [Transparência](#) reúne diversos dados e links que permitem acompanhar as atividades e os serviços administrativos relacionados ao tema. Entre as informações disponíveis, destacam-se números de [resultados legislativos](#), de [recursos humanos](#) e de [gastos parlamentares](#).

No mesmo Portal, é possível acessar as informações relativas à [prestação de contas](#) detalhada, com as informações que a Câmara dos Deputados submete anualmente ao Tribunal de Contas da União (TCU), agrupadas por temas: valor público; governança e gestão estratégica; fiscalização e controle; orçamento, finanças e contabilidade; licitações e contratos e gestão de pessoal. É importante, também, dar ênfase aos dados disponíveis na [página de dados abertos](#), em que os dados são entregues em forma pura, sem formatações visuais, organizados para facilitar o processamento em computadores.

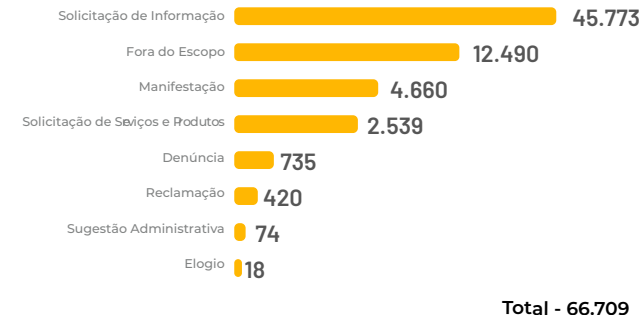
Figura 50 - Prestação de serviços públicos digitais em números



Com o propósito de facilitar o acesso da população e fortalecer sua relação com o Poder Legislativo, a Câmara dos Deputados disponibiliza diversos serviços públicos listados na [carta de serviços ao cidadão](#). Esse instrumento concentra, em uma única plataforma, todos os serviços oferecidos à sociedade, garantindo transparência, praticidade e proximidade no atendimento.

Ainda na gestão do relacionamento com o cidadão, está disponível a página [Fale Conosco](#), que oferece diversas opções de participação e manifestação. Em 2025, foram realizados 66.709 atendimentos. A seguir as tipologias das demandas e seus respectivos quantitativos.

Gráfico 18 - Tipos e quantidades de demandas enviadas pela sociedade



As solicitações de informação, principal categoria de mensagens encaminhadas pela sociedade, constituem um instrumento assegurado pela Lei de Acesso à Informação (LAI) – [Lei n. 12.527/2011](#). O [Painel de Dados de Atendimentos CD-LAI](#) disponibiliza acesso detalhado às informações referentes aos atendimentos realizados, permitindo maior transparência e acompanhamento pela sociedade.



6.7 PERFIL DOS DEMANDANTES DOS CANAIS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O monitoramento contínuo do perfil dos cidadãos que interagem com esta Casa, seja pelo Fale Conosco ou pelo Serviço Disque Câmara, é fundamental para avaliar o alcance desses canais e identificar oportunidades de aprimoramento e diversificação.

Na Figura 51, são apresentados dados percentuais desse perfil, distribuídos pelas categorias sexo, faixa etária e região geográfica.

6.8 PESQUISA DE SATISFAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO DE DEMANDAS PELOS CANAIS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

As respostas à pesquisa de satisfação para as demandas atendidas em 2025 indicam que 79% dos respondentes estão “muito satisfeitos” (nota 5) ou “satisfeitos” (nota 4). Por outro lado, 17% expressaram “muita insatisfação” (nota 1) ou “insatisfação” (nota 2). Para as avaliações que registraram algum nível de insatisfação, foram identificadas oportunidades de aprimoramento no atendimento e, quando necessário, fornecidas novas respostas ou esclarecimentos adicionais.

Figura 51 - Perfil dos demandantes

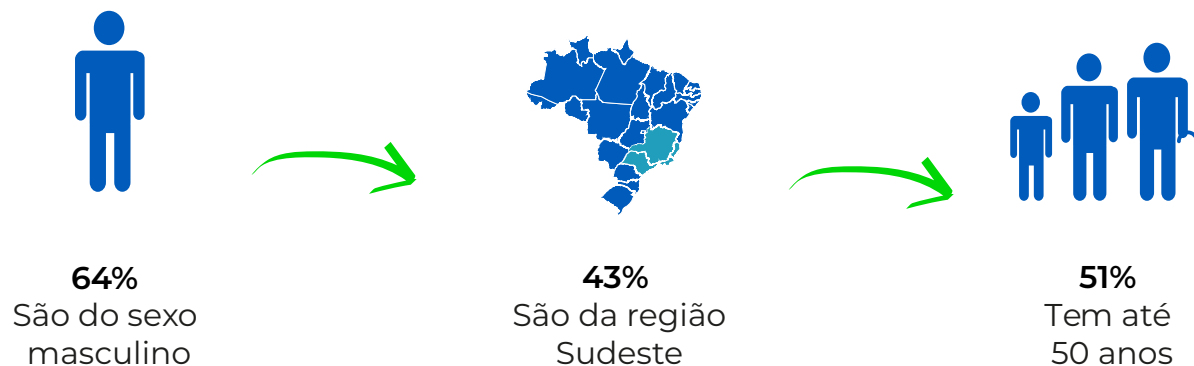


Foto: Ana Diniz/Câmara dos Deputados

6.9 AÇÕES DE INTEGRAÇÃO E TRANSPARÊNCIA SOCIAL

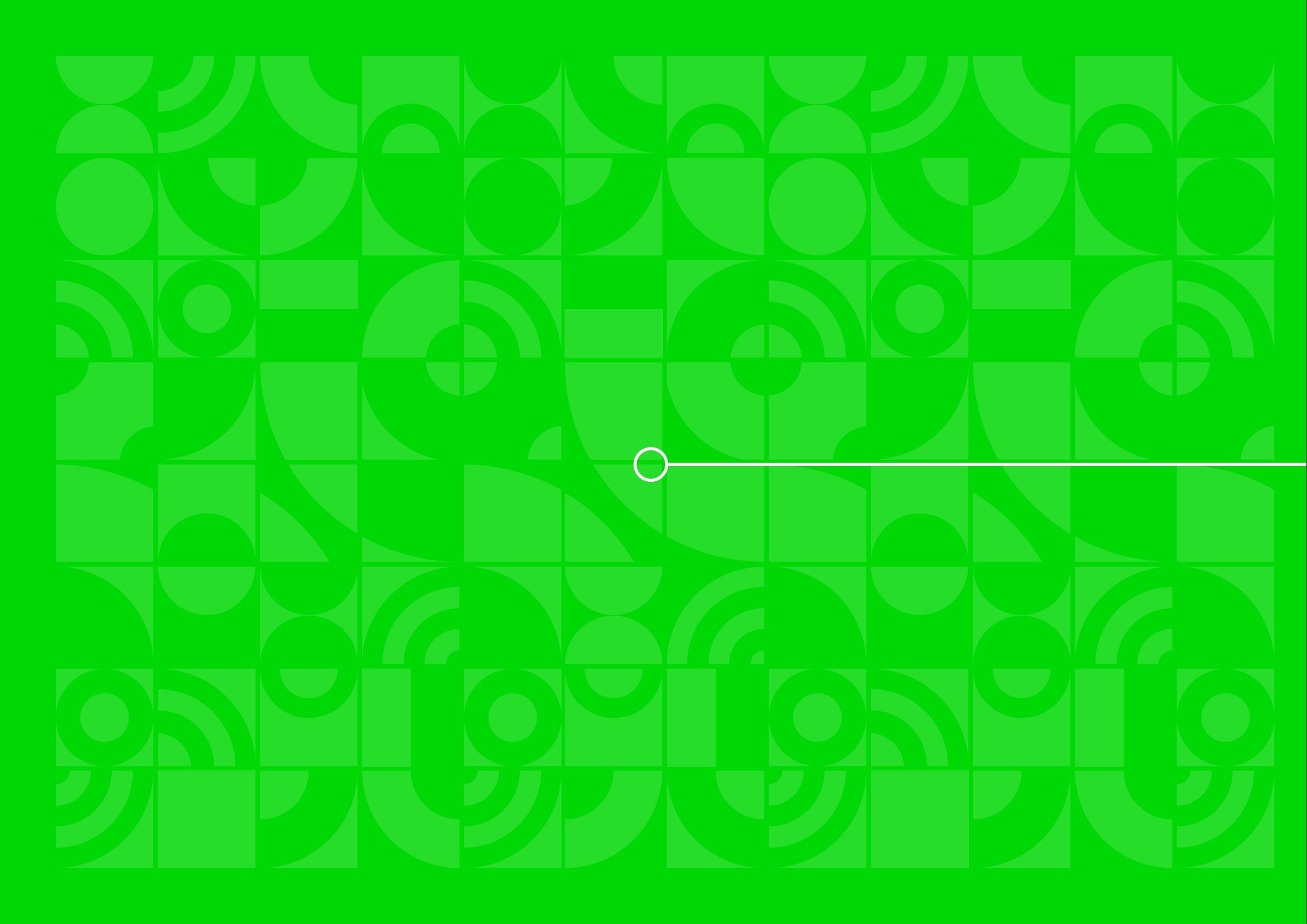
A Câmara dos Deputados passou a disponibilizar atendimento via WhatsApp e esta iniciativa gerou impacto significativo no volume de demandas registradas. O novo canal amplia as formas de interação dos cidadãos com a instituição, permitindo o envio de solicitações e manifestações de forma mais ágil e acessível.

Além disso, foi implementado o [Painel de Dados de Atendimentos CD-LAI](#), que possibilita a consulta a dados de atendimento, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação. Por meio desse painel, o cidadão pode acompanhar indicadores como quantidade de demandas atendidas por período e temática, perfil geral dos solicitantes, tempo médio de resposta, entre outros parâmetros relevantes.

A Casa também atualizou a sua [Carta de Serviços](#), a partir de um estudo fundamentado na legislação vigente sobre o conceito de serviço público. O processo incluiu também uma campanha interna para que as áreas informassem e revisassem os serviços oferecidos aos cidadãos, integrando-se à modernização do portal institucional. Agora sob o nome 'Serviços ao Cidadão', o conteúdo ganhou destaque na página inicial com um visual mais simples e intuitivo. Essa mudança facilita o acesso a prazos e canais de atendimento, reforçando o compromisso da Casa com a transparência e a melhoria constante na comunicação com a sociedade.

Com o objetivo de fortalecer a cultura da transparência na administração pública e aproximar a Câmara dos Deputados da sociedade, foi promovido o debate sobre [“Inteligência Artificial, Transparência Pública e Controle Social”](#), no âmbito do projeto Ciclo de Debates promovido pela Secretaria de Transparência. A iniciativa contribuiu para o cumprimento dos objetivos de estimular o debate qualificado, compartilhar boas práticas e apoiar o desenvolvimento de políticas e ferramentas que fortalecem a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Por fim, a Casa ofereceu o curso [“Transferegov.br para Legislativos: transparência nas transferências da União”](#), voltado para apresentar as principais funcionalidades da plataforma Transferegov.br, capacitando cidadãos, servidores públicos e demais interessados para acompanhar a aplicação dos recursos públicos e fortalecer a transparência orçamentária. O curso, composto por videoaulas didáticas, facilita a compreensão dos conceitos relacionados às transferências de recursos públicos e incentiva o uso adequado da plataforma.





INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CONFORMIDADE

Lei complementar
[n. 101/2000](#)

Leis
[n. 4.320/1964](#)
[n. 10.180/2001](#)

Decreto-Lei
[n. 200/1967](#)

Resolução CD
[n. 20/1971](#)

Portaria DG
[n. 62/2017](#)

Figura 52 - Balanço patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Bens e Direitos	Obrigações
R\$ 6,26 Bilhões	R\$ 1,46 Bilhão
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Ativo menos passivo
	R\$ 4,80 Bilhões

Todos os valores apresentados neste capítulo foram arredondados. Para informações detalhadas, consulte as demonstrações contábeis disponíveis no [Portal da Câmara](#).

7.1 BALANÇO PATRIMONIAL

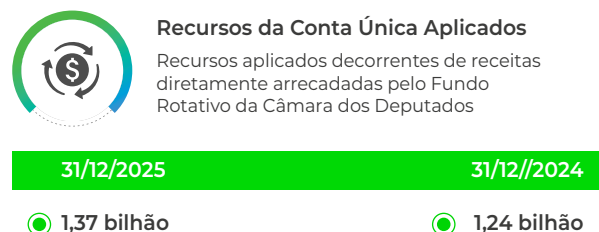
Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade por meio de contas representativas do patrimônio público.

Para mais informações acesse notas explicativas às Demonstrações Contábeis

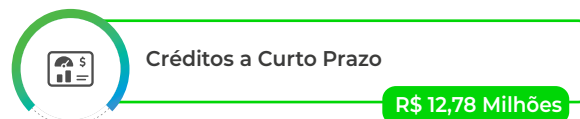
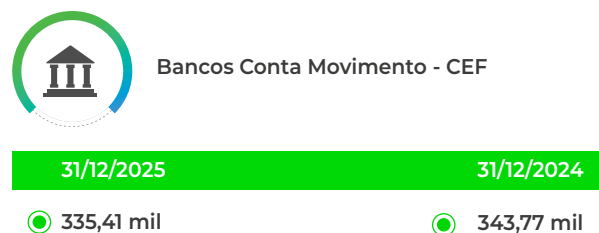
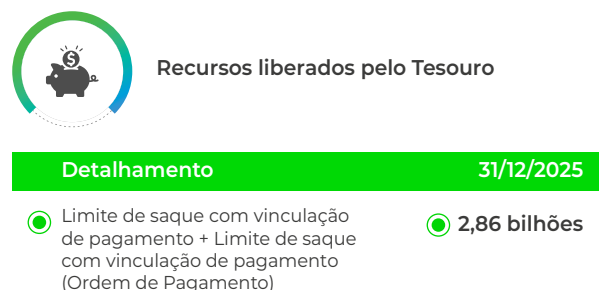
Figura 53 - Detalhe Ativo e Passivo

	ATIVO R\$ 6,26 Bilhões
Ativo circulante	R\$ 4,26 Bilhões
Caixa e equivalentes de caixa	4,23 bilhões
Créditos a curto prazo	12,78 milhões
Estoques	10,14 milhões
VPDs pagas antecipadamente	4,58 milhões
Ativo não circulante	R\$ 2,00 Bilhões
Ativo realizável a longo prazo	21,32 milhões
Imobilizado	1,98 bilhão
Intangível	5,98 milhões
	PASSIVO R\$ 1,46 Bilhão
Passivo circulante	651,63 milhões
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	417,24 milhões
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	1,14 milhão
Provisões a curto prazo	71,50 milhões
Demais obrigações	161,75 milhões
Passivo não circulante	815,19 milhões
Provisões a longo prazo	815,19 milhões

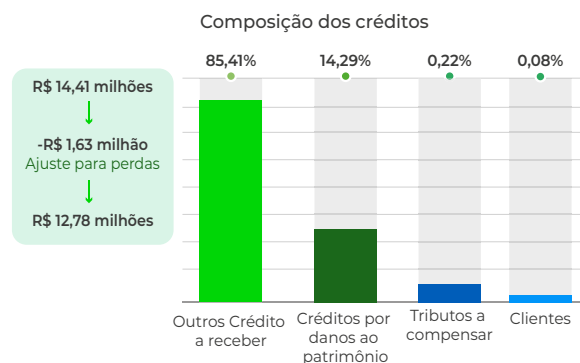
Figura 54 - Ativo circulante = R\$ 4,26 bilhões



A variação positiva de 10% decorre, principalmente, dos rendimentos auferidos com essa aplicação.

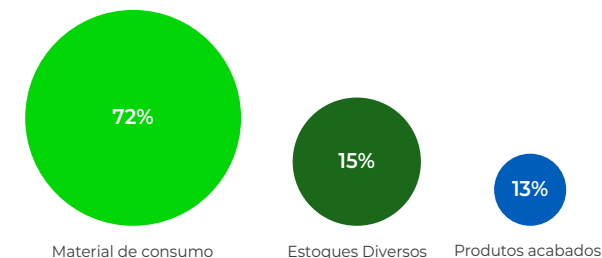


Clientes e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

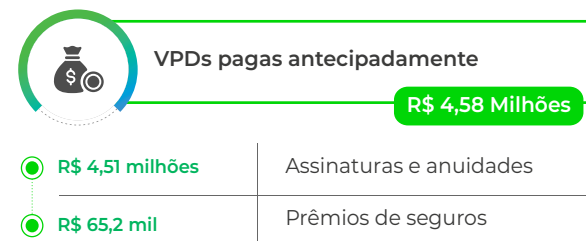


Principais valores a receber

R\$ 4,36 milhões	De bancos públicos federais em virtude da cessão de direitos de operacionalização da folha de pagamento
R\$ 2,77 milhões	De rendimentos de aplicações financeiras
R\$ 2,57 milhões	De infrações legais e contratuais
R\$ 1,89 milhão	De créditos por dano ao patrimônio - folha de pagamento

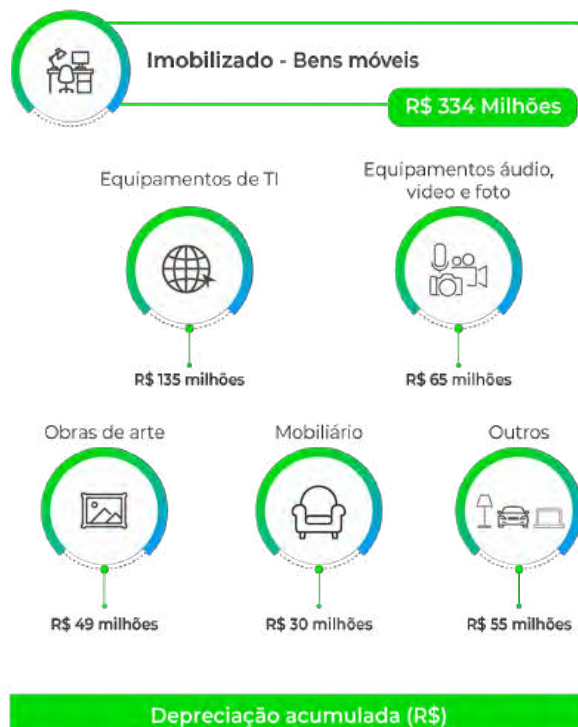
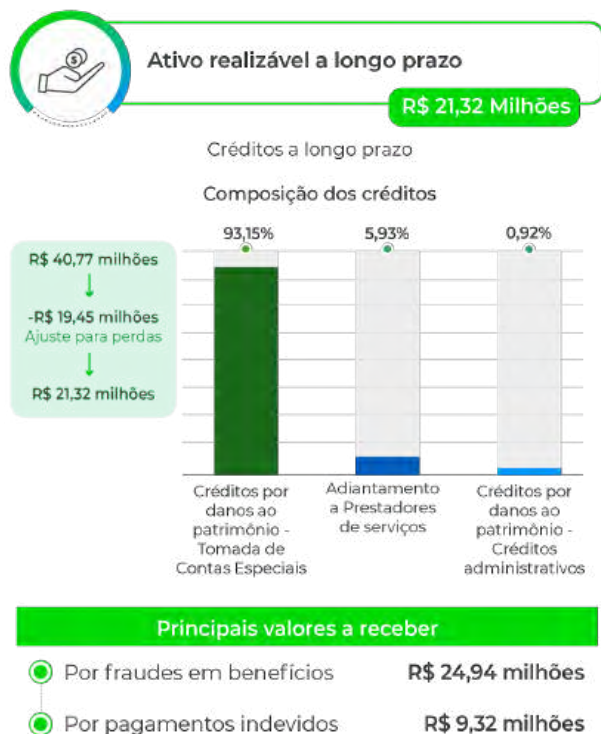


Manutenção de bens imóveis e instalações	R\$ 2,23 milhões
Elétrico e eletrônico	R\$ 1,45 milhão
Gêneros de alimentação	R\$ 1,09 milhão
Expediente	R\$ 840,5 mil
Ferramentas	R\$ 296,8 mil
Outros	R\$ 1,36 milhão



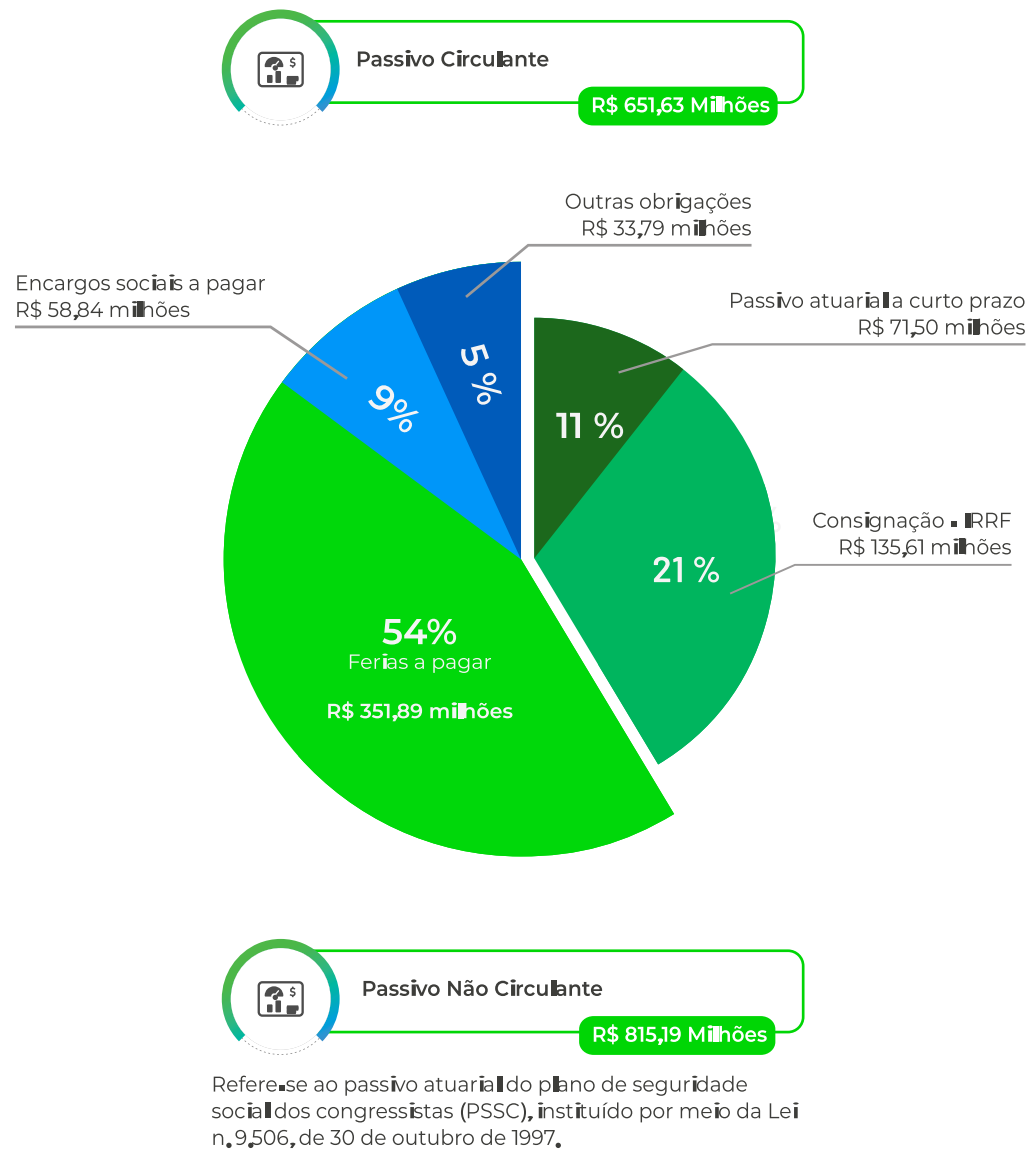
Para mais informações acesse notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Figura 55 - Ativo não circulante = R\$ 2 bilhões



Para mais informações acesse notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Gráfico 19 - Passivo circulante e passivo não circulante R\$ 1,46 bilhão



Para mais informações acesse notas explicativas às Demonstrações Contábeis



Foto: Depositphotos_238714694



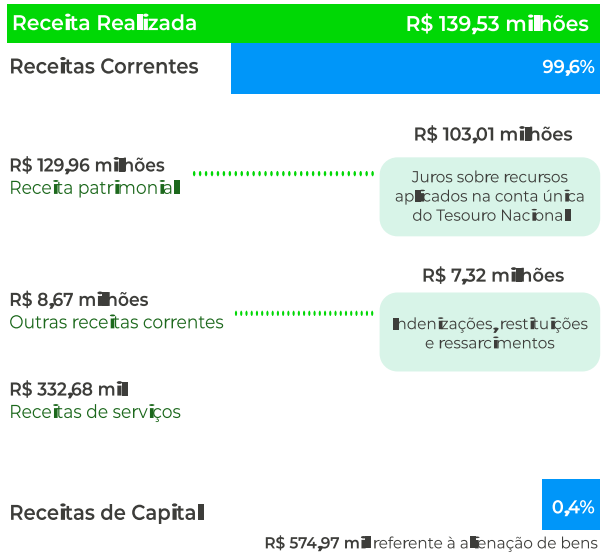
7.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas.

Tabela 8 – Balanço orçamentário: Receita

Receita			
Especificação	Prevista atualizada (a)	Realizada (b)	Saldo (c) = (b) – (a)
Receitas Correntes	R\$ 156,51 milhões	R\$ 138,96 milhões	(R\$ 17,55 milhões)
Receitas de Capital	R\$ 208,04 mil	R\$ 574,97 mil	R\$ 366,93 mil
Total	R\$ 156,72 milhões	R\$ 139,53 milhões	(R\$ 17,19 milhões)

Figura 56- Balanço orçamentário: receita realizada



Para mais informações acesse notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Foto: Depositphotos_538303272

Tabela 9 - Balanço orçamentário: despesa

Despesa			
Especificação	Dotação atualizada (a)	Empenhada (b)	Saldo da dotação (c) = (a) – (b)
Despesas Correntes	R\$ 8,35 bilhões	R\$ 7,38 bilhões	R\$ 961,89 milhões
Despesas de Capital	R\$ 246,97 milhões	R\$ 113,23 milhões	R\$ 133,74 milhões
Total	R\$ 8,59 bilhões	R\$ 7,50 bilhões	R\$ 1,09 bilhão

Gráfico 20 - Balanço orçamentário: despesa empenhada (R\$ em bilhões)

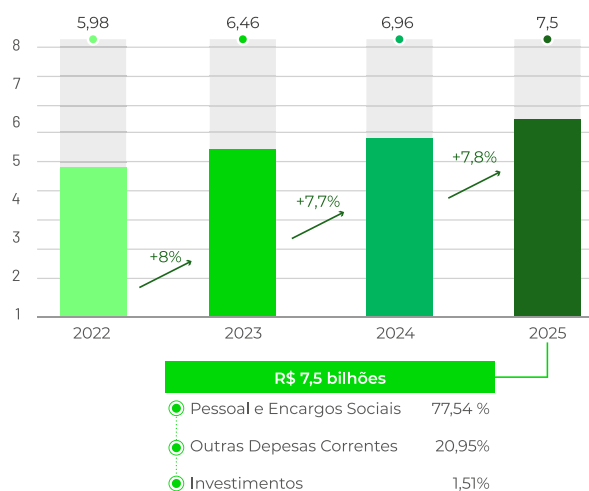


Gráfico 21 - Execução de restos a pagar processados (R\$ em milhões)

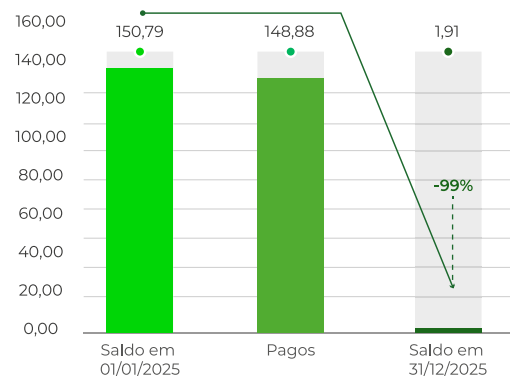
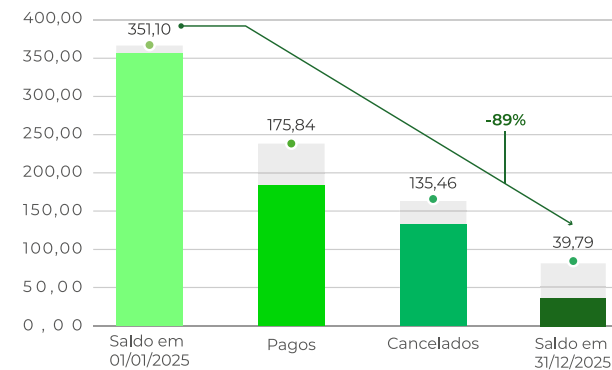


Gráfico 22 - Execução de restos a pagar não processados (R\$ em milhões)

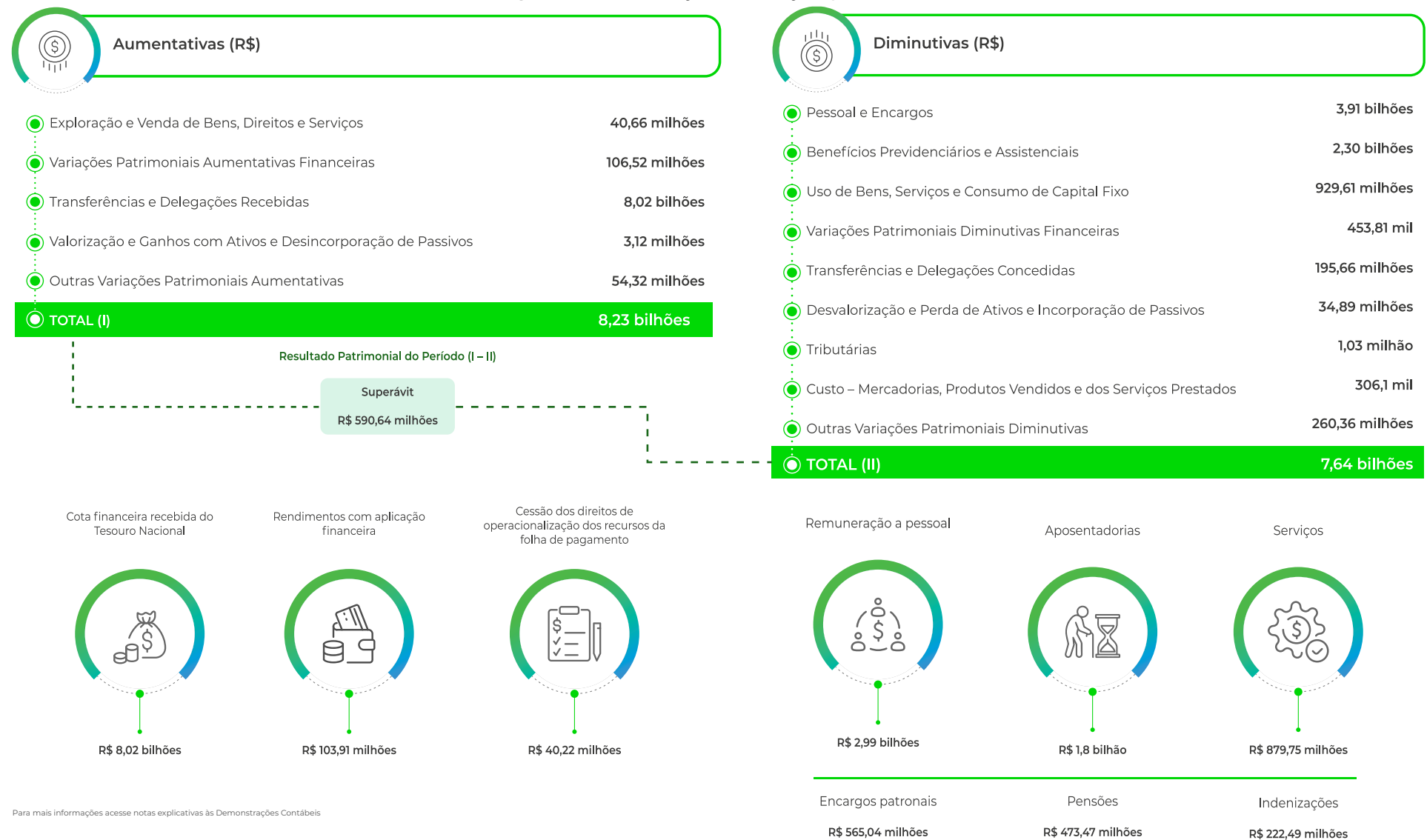


Para mais informações acesse notas explicativas às Demonstrações Contábeis

7.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstrativo que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Figura 57 - Demonstração das variações patrimoniais



7.4 BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Tabela 10 - Balanço financeiro (em R\$)

Especificação	Ingressos	Dispêndios
Orçamentários	139,53 milhões	7,50 bilhões
Transferências financeiras	8,02 bilhões	188,37 milhões
Extraorçamentários	486,5 milhões	327,52 milhões
Total	8,64 bilhões	8,02 bilhões
Resultado financeiro		630 milhões
Saldo do exercício anterior		3,60 bilhões
Saldo para o exercício seguinte		4,23 bilhões

7.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

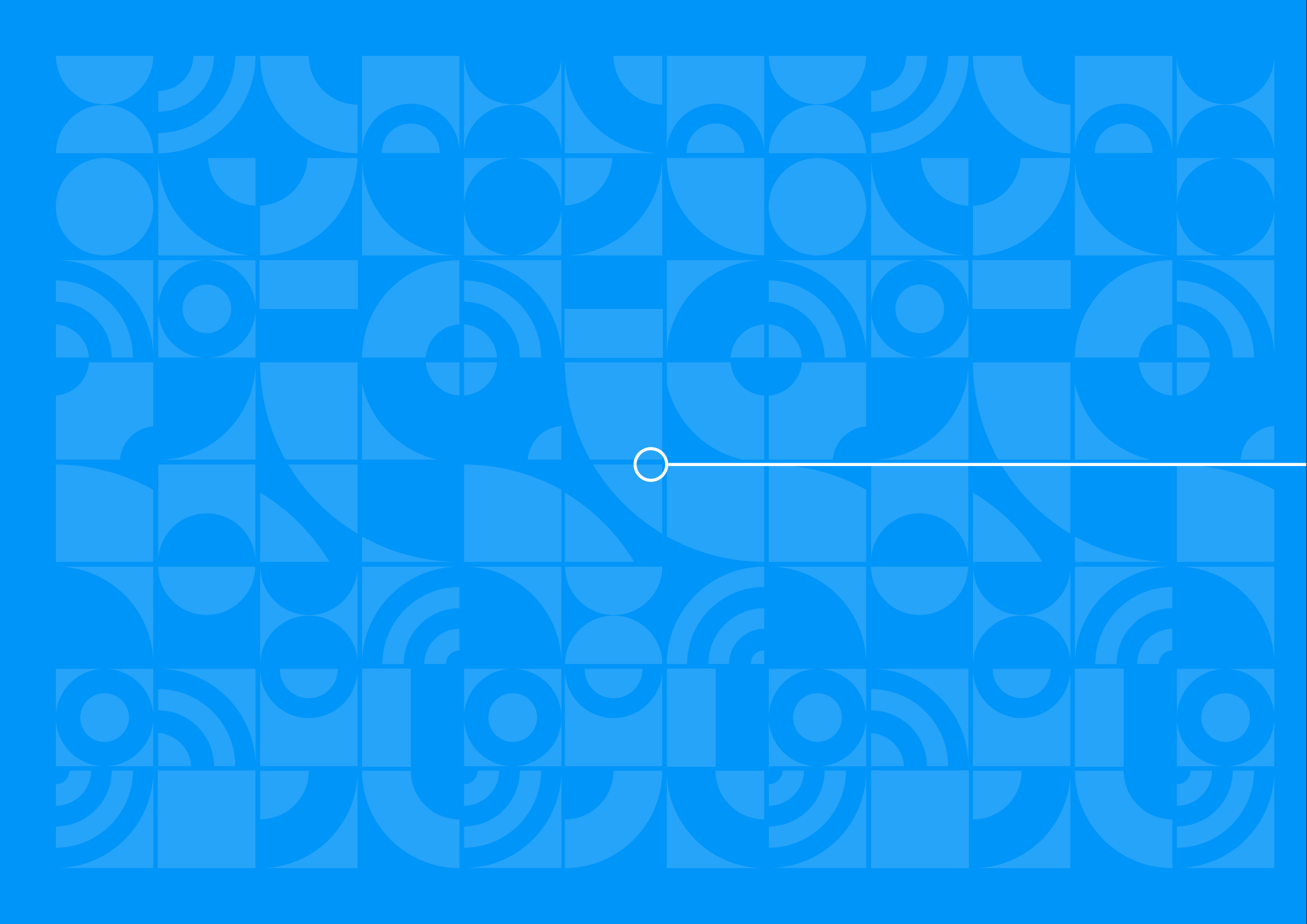
Tabela 11 - Demonstração dos fluxos de caixa (em R\$)

Especificação	Ingressos	Dispêndios	Fluxo líquido
Fluxo das atividades operacionais	8,17 bilhões	7,48 bilhões	688,81 milhões
Fluxo das atividades de investimentos	574,97 mil	59,43 milhões	(58,85 milhões)
Fluxo das atividades de financiamentos	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			630 milhões
Caixa e equivalentes de caixa inicial			3,60 bilhões
Caixa e equivalentes de caixa final			4,23 bilhões

Para mais informações acesse notas explicativas às Demonstrações Contábeis

7.6 RELATÓRIO CONTÁBIL DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025

O [relatório contábil](#) contém a declaração do contador, as demonstrações contábeis e as notas explicativas, e está disponível para ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados.





TÓPICOS ESPECIAIS

TÓPICOS ESPECIAIS

Em 2025, a Câmara dos Deputados participou da realização de eventos especiais e da comemoração de datas como os 65 anos do Palácio do Congresso Nacional (abril), o 11º Fórum Parlamentar dos BRICS (junho) e o Encontro Interparlamentar da COP 30 (novembro).

A importância destes eventos pode ser exemplificada por seus resultados e pela significativa repercussão demonstrada em seus números, tal como no período de realização do 11º Fórum Parlamentar do BRICS, em que 3.931 veículos de imprensa internacionais, nacionais e regionais divulgaram 4.657 reportagens sobre o evento.

8.1 BRICS

De 3 a 5 de junho de 2025, o Congresso Nacional sediou o [11º Fórum Parlamentar do BRICS](#). Sob o lema “O papel dos Parlamentos do BRICS na construção de uma governança global mais inclusiva e sustentável”, o encontro promoveu debates sobre o papel dos parlamentos na construção de uma governança global inclusiva e sustentável, com foco nos eixos: cooperação em saúde global; comércio, investimentos e finanças; mudança do clima; governança da inteligência artificial; reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança; desenvolvimento institucional, com vistas a ampliar a repercussão das reflexões do Fórum junto à Cúpula de Líderes do BRICS.

Durante o evento, foram realizadas duas reuniões temáticas: a Reunião de Mulheres Parlamentares do BRICS e a Reunião dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos parlamentos do bloco. Além disso, os eixos prioritários foram aprofundados em sessões de trabalho plenárias, com discussões que incluíram, entre outros temas, clima e sustentabilidade, inteligência artificial responsável e inclusiva, reforma da arquitetura multilateral de paz e segurança e o fortalecimento da cooperação interparlamentar. Ao término do evento, foi apresentado o documento final com os encaminhamentos dos debates, a ser enviado à Cúpula de Líderes dos países do BRICS.

A delegação brasileira reuniu 35 deputados e 18 senadores, enquanto as delegações

estrangeiras somaram 195 participantes. No balanço do encontro, registrou-se a participação de 16 delegações e um total de mais de 4.500 credenciados, incluindo parlamentares, representantes de embaixadas, servidores da Câmara e do Senado e equipes de apoio técnico e logístico.

A realização do 11º Fórum Parlamentar do BRICS reforçou a relevância da cooperação interparlamentar como instrumento de articulação e construção de consensos em torno de desafios comuns. A adoção do documento final e seu encaminhamento à Cúpula de Líderes do BRICS evidenciam o compromisso dos parlamentos com uma agenda voltada à governança multilateral, ao desenvolvimento sustentável e à inclusão. No encerramento, a condução dos trabalhos foi transferida à Índia, próxima a exercer a presidência do BRICS.





8.2 COP30

Entre 10 e 21 de novembro de 2025, a cidade de Belém (PA) sediou a [30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas \(COP30\)](#). No contexto da Conferência, a Câmara dos Deputados manteve equipe dedicada ao apoio aos parlamentares que participaram da agenda oficial e de outros compromissos vinculados à programação da COP30, contribuindo para a articulação institucional e para o suporte necessário ao cumprimento das atividades parlamentares no âmbito do evento.

Na COP30, a Câmara dos Deputados participou por meio do apoio direto às delegações parlamentares brasileiras presentes na Conferência, assim como pela atuação organizacional, em conjunto com o

Senado Federal e a União Interparlamentar (UIP), para viabilizar a Reunião Interparlamentar da COP30 (com suporte logístico à UIP e na condução do evento), realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), em Belém. As ações contribuíram para aproximar os parlamentos das negociações climáticas e para qualificar o debate sobre caminhos legislativos e institucionais voltados à implementação de compromissos e medidas relacionadas ao enfrentamento da mudança do clima.

A iniciativa reuniu parlamentares de 47 países com o objetivo de discutir como os parlamentos podem transformar compromissos climáticos em ações concretas em cada país, considerando que parte relevante dos acordos internacionais depende de aprovação legislativa e de

instrumentos normativos nacionais.

A Reunião Interparlamentar foi organizada em quatro eixos de debate: implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC); resiliência e adaptação climática; redução de emissões de metano; justiça climática, com ênfase em abordagens centradas na saúde e na perspectiva de gênero. Destacou-se, ainda, o papel dos parlamentos na conversão de compromissos internacionais em normas, fiscalização e alocação orçamentária.

Cabe ressaltar que, em 2025, começaram os preparativos para celebrar, em 2026, os 200 anos da instituição. Um [hotsite comemorativo](#) entrou no ar no final do ano.

Figura 58 – Parlamentares brasileiros na Reunião Parlamentar da COP30



Figura 59 – Local do evento COP30

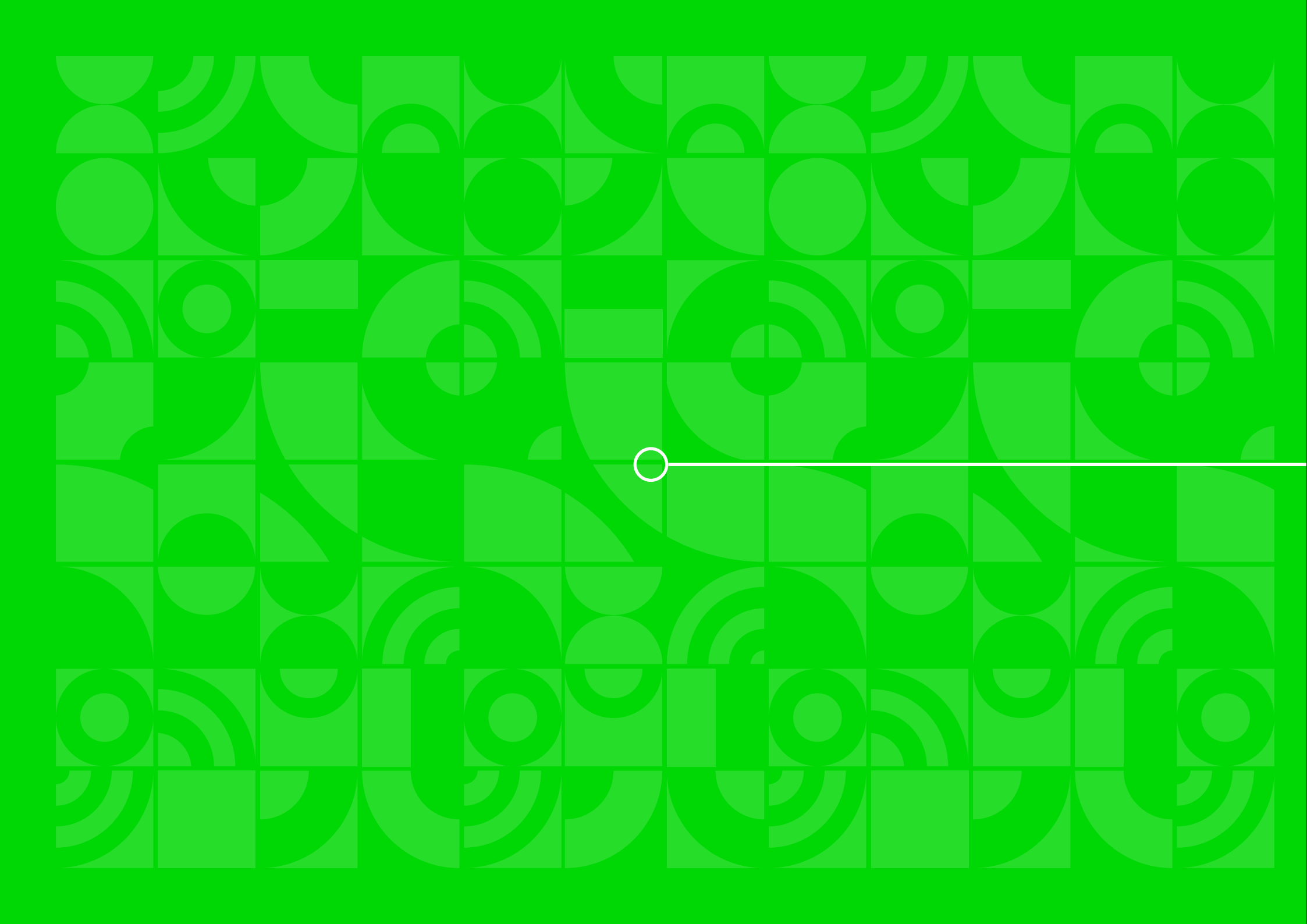


200 ANOS | CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEMOCRACIA

APONTANDO
PARA O **FUTURO**







ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS E APÊNDICES

9.1 Declaração de integridade do Relato Integrado

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2025, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir as competências constitucionais e legais que lhe são próprias, bem como de evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos.

A preparação e a elaboração deste documento foram apoiadas nas diretrizes e nos elementos do relato integrado recomendado pelo Tribunal de Contas da União. Para determinar os critérios de materialidade dos temas apresentados na Prestação de Contas Anual, foram consideradas as informações relevantes que podem interferir na capacidade da área administrativa de gerar valor no cumprimento da missão institucional da Casa.

O relatório destaca a atuação e a produção das áreas legislativas, em seguida esclarece como a governança e a gestão da Casa, pormenorizada por áreas temáticas, suportam essas ações, em especial quanto à gestão de recursos orçamentários, humanos e tecnológicos, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade. Além disso, demonstra a relação da Câmara dos Deputados com a sociedade e suas ações em temas relevantes da atualidade, como acessibilidade, sustentabilidade, transparência e participação social.

Assim, o CGE, formado pelos titulares das unidades administrativas representantes da governança desta Casa, em conjunto com o Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, declaram que o Relatório de Gestão do exercício de 2025 está alinhado ao novo modelo de prestação de contas e que suas informações são íntegras.

Guilherme Barbosa Brandão
Diretor-Geral

Lucas Ribeiro Almeida Júnior
Secretário-Geral da Mesa

Amanda M. Ramalho de Carvalho
Diretora-Geral Adjunta

Christiane Satiê Moritsugu Bisinoto
Secretária-Geral da Mesa Adjunto de Planejamento da Atividade Legislativa

Cláudio Roberto de Araujo
Diretor-Executivo de Comunicação e Mídias Digitais

Cristina Cascaes Sabino
Diretora de Gestão de Pessoas

Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor Administrativo

José Evande Carvalho Araújo
Consultor-Geral

Sebastião Neiva Filho
Diretor de Inovação e Tecnologia da Informação

Bruno Bitencourt de Amorim
Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão

Lília Ribeiro Fernandes
Secretária de Controle Interno

Evandro Lopes Costa
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

